

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Caminhos para o fortalecimento das

Escolas de Saúde PÚBLICA do SUS

Visitas
Técnicas

Ações

Mobilização

Oficinas

Apoio

Encontros
Virtuais

DISTRIBUIÇÃO
VENDA PROIBIDA
GRATUITA

Brasília - DF
2021

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
Departamento de Gestão da Educação na Saúde

Caminhos para o
fortalecimento das
**Escolas de
Saúde Pública do SUS**



Brasília – DF
2021

2021 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvsm.s.saude.gov.br

Tiragem: 1ª edição – 2021 – 500 exemplares

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
Departamento de Gestão da Educação na Saúde
SRTVN Quadra 701, Via W5 Norte, Lote D
Edifício PO 700, 4º andar
CEP: 70719-040 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3315-3848
Site: www.saude.gov.br/sgtes
E-mails: sgtes@saude.gov.br / degex@saude.gov.br

Direção técnica:

Mayra Isabel Correia Pinheiro
Tania França

Coordenação técnica:

Cidália Luna Alencar Feitosa de Oliveira
Musa Denaise de Sousa Morais de Melo
Vinícius Nunes Azevedo
Tania França

Projeto gráfico e capa:

Eduardo Grisoni

Normalização:

Luciana Cerqueira Brito – Editora MS/CGDI

Fotos:

Carinne Magnago
Tânia França

Elaboração de texto:

Adriana Fortaleza Rocha da Silva
Carinne Magnago
Juliana Ferreira Lima Marques
Maria Aparecida Timo Brito
Soraya A. Belisário
Tania França
Thais Mendonça de Souza

Revisão técnica, colaboração e assessoria:

Danielle Bremgartner Alencar Neves
Estela Maura Padilha
Janainna Nogueira da Silva
Josefa Maria de Jesus
Juliana Ferreira Lima Marques
Marília Tolentino da Silva
Thais Mendonça de Souza

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde.

Caminhos para o fortalecimento das Escolas de Saúde Pública do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021.

202 p. : il.

ISBN 978-65-5993-105-7

1. Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. 2. Administração em saúde. 3. Saúde pública. I. Título.

CDU 614

Catalogação na fonte – Coordenação-Geral de Documentação e Informação – Editora MS – OS 2021/0204

Título para indexação:

Paths to the strengthening of SUS Public Health Schools

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AVASUS	Ambiente Virtual de Aprendizado do SUS
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPESC	Centro de Estudos, Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CIES	Comissão Estadual Permanente de Integração Ensino-Serviço
CIR	Comissão Intergestores Regional
COAPES	Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-Saúde
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
COREME	Comissão de Residência Médica
COREMU	Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde
COSEMS	Conselho de Secretarias Municipais de Saúde
Covid-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
DEGES	Departamento de Gestão da Educação na Saúde
EaD	Educação a Distância
EPS	Educação Permanente em Saúde
ESPs	Escolas de Saúde Pública
IES	Instituição de Ensino Superior
IMS	Instituto de Medicina Social
ISC	Instituto de Saúde Coletiva
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNEPS	Política Nacional de Educação Permanente em Saúde
PNH	Política Nacional de Humanização
PPAES	Grupo de pesquisa Políticas, Programas e Ações de Educação na Saúde
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPSUS	Programa Pesquisa para o SUS
PTI	Plano de Trabalho Individual
Rede BiblioSUS	Rede de Bibliotecas e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde
RedEscola	Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública
Rede UNA-SUS	Rede da Universidade Aberta do SUS
RENASF	Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família
RET-SUS	Rede de Escolas Técnicas do SUS
SAGU	Sistema Aberto de Gestão Acadêmica Unificado
SGA	Sistema de Gestão Acadêmica
SGTES	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TI	Tecnologia da informação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

AGRADECIMENTOS

Aos dirigentes e ao corpo social das ESPs integrantes do projeto;

À Maria Ruth dos Santos, que integrou a equipe condutora na primeira fase do projeto;

Aos expositores convidados: Isabela Pinto e Monique Esperidião, do ISC/UFBA; Felipe Asensi, do IMS/UERJ; Fabrícia Rocha, da Escola de Saúde Pública Visconde de Saboia; Victor Pacheco, Escola de Saúde Pública do Ceará; e Aldiney Doreto, da Escola de Saúde Pública do Paraná.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO.....	9
CONTEXTO	11
PARTICIPANTES DO PROJETO.....	13
NOS CAMINHOS DO APOIO INSTITUCIONAL EM SAÚDE.....	15
O apoio institucional em saúde.....	18
O apoiador institucional.....	21
Métodos e efeitos.....	23
Os movimentos operados pelo projeto	24
MOVIMENTOS DE MOBILIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA DO SUS.....	27
Diagnóstico situacional das Escolas de Saúde Pública	29
Localização.....	29
Caracterização administrativa	30
Organização político-pedagógica e ofertas educativas.....	32
Estratégias de divulgação e de disseminação do conhecimento	37
Parceiros e apoiadores	38
Desafios e necessidades de apoio institucional.....	40
Visitas técnicas	43
Desafios e fortalezas	45
Expectativas de apoio institucional	65
Articulação interinstitucional	66
<i>Jurídico e documental</i>	68
<i>Gestão do ensino</i>	69
<i>Pesquisa</i>	71
<i>Financiamento</i>	71
Oficinas de trabalho e encontros virtuais.....	73
AÇÕES DE FORTALECIMENTO DAS ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA: DOCUMENTO ORIENTADOR	101
APRESENTAÇÃO.....	102

INTRODUÇÃO.....	103
ANTECEDENTES.....	105
Ações para o fortalecimento das Escolas de Saúde Pública.....	108
<i>Eixos temáticos</i>	108
Articulação interinstitucional.....	109
Jurídico e documental.....	111
Gestão do ensino.....	113
Pesquisa.....	116
Financiamento.....	117
Lições.....	119
AS PROTAGONISTAS DO PROJETO: ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA.....	121
As Escolas de Saúde Pública e suas nuances.....	123
Escola de Saúde Pública de Manaus (ESAP/SEMSA-AM).....	125
Escola Tocantinense do SUS Dr. Gismar Gomes (ETSUS-TO).....	129
Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas (FESP-TO).....	133
Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis (ESP-BA).....	137
Escola de Saúde Pública de Iguatu (ESPI-CE).....	141
Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE-PE).....	143
Fundação Estadual de Saúde (FUNESA-SE).....	147
Escola de Saúde Pública do Ceará – Paulo Marcelo Martins Rodrigues (ESP-CE).....	151
Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia - Sobral (ESP-VS-CE).....	155
Escola de Saúde Pública “Dr. Jorge David Nasser” (ESP-MS).....	159
Escola Municipal de Saúde Pública de Aparecida de Goiânia (ESP-GO).....	165
Escola de Saúde de Goiás (ESP-GO).....	169
Escola de Saúde Pública (ESP-MT).....	173
A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG).....	177
A Escola Municipal de Saúde (EMS-SP).....	181
A Escola de Saúde Pública do (ESP - RS).....	185
Centro Integrado de Educação Permanente em Saúde (CIEPS - SC).....	189
Escola de Saúde Pública Centro Formador de Recursos Humanos (ESP-PR).....	193
Escola de Saúde Pública de São José dos Pinhais (ESP-SJP-PR).....	195
REFERÊNCIAS.....	199

PREFÁCIO

O que são as Escolas de Saúde Pública (ESP)? Como surgiram? Como fortalecê-las e ampliar o impacto de sua atuação no desenvolvimento da gestão e assistência em saúde por meio da educação? Perguntas como essas fundamentaram a execução do Projeto “Apoio Institucional às Escolas de Saúde Pública”, por intermédio da tríade ensino-pesquisa-extensão, realizado em parceria com o Instituto de Medicina Social (IMS), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Tal iniciativa, entre outras realizações, permitiu o mapeamento e a caracterização mais apropriados das instituições, o que proporcionou a seu corpo social momentos de debates sobre questões relevantes atinentes à educação permanente, oportunizando, mediante qualificação de seu corpo técnico, uma avaliação crítica dos seus processos de trabalho, além da identificação da missão técnica e social desempenhada por eles.

Conhecer as particularidades das ESP, identificando-se potencialidades e fragilidades sob a perspectiva da tríade ensino-pesquisa-extensão e possíveis meios para valorizar seu papel, foi uma tarefa relevante exercida por este projeto.

Estudar, desenvolver e qualificar técnica, científica e metodologicamente as bases de formação em saúde no Brasil constituem-se em um dos principais desafios das instituições formadoras deste segmento, o que deve convergir para os princípios e as diretrizes das ESP.

Trata-se, portanto, de um rico material de leitura, importante para gestores federais, estaduais, distritais e municipais, a fim de buscar-se um enfoque mais preciso e crítico para essa pauta tão relevante ao desenvolvimento da saúde pública no país, visando ao aprimoramento da assistência à saúde da população, missão precípua do Sistema Único e de todos os seus componentes.

Boa leitura!

Departamento de Gestão da Educação na Saúde

APRESENTAÇÃO

O Ministério da Saúde (MS), por intermédio do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, da Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (DEGES/SGTES), buscando fortalecer as Escolas de Saúde Pública (ESPs) como locus privilegiado de educação permanente, implementou o Projeto *Apoio Institucional às Escolas de Saúde Pública sob a tríade do ensino-pesquisa-extensão*, mediante parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/MS) e o Centro de Estudos, Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CEPESC), do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ).

Conduzido pelo grupo de pesquisa *Políticas, Programas e Ações de Educação na Saúde* (PPAES/IMS/UERJ), o projeto buscou promover e desenvolver ações dialógicas e coletivas, em direção à reflexão e ao enfrentamento dos desafios que se apresentam às ESPs, vislumbrando como horizonte uma formação em saúde mais coerente e adequada às necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS).

Esta publicação apresenta o percurso da implementação do projeto, destacando, em especial, os movimentos que resultaram na definição de conceitos e consensos que visam ao reconhecimento e ao desenvolvimento institucional das ESPs e as suas expectativas de apoio institucional, que buscam equacionar os problemas vivenciados por elas no seu cotidiano. Mais ainda, oferece aos gestores, dirigentes e técnicos das ESPs um documento orientador para o desenvolvimento de ações que possam fortalecer essas instituições.

Anseia-se que esta publicação estimule a criação e a multiplicação de oportunidades e redes de diálogo, a reflexão e a colaboração, que, transformadas em processos permanentes de participação, sejam capazes de criar e recriar modos de gerir, ensinar, aprender e cuidar, na perspectiva da Educação Permanente em Saúde (EPS), para a qual toda intervenção deriva da análise problematizadora dos contextos reais da prática.

Ressalta-se que o processo iniciado com este projeto não se finda em si mesmo. Ao contrário, trata-se de um movimento de construção e reconstrução constantes, como pede a própria EPS. Dito de outra forma, o projeto do qual derivou esta publicação se encerra, mas a Escola de Saúde Pública é permanente.

Um agradecimento especial às ESPs participantes do projeto, por tê-lo acolhido em suas instituições, por integrar todos os momentos de diálogo e confiar na proposta de trabalho.

CONTEXTO

O SUS, com suas bases estruturadas na reforma sanitária brasileira, apresenta a competência de ordenar a formação dos profissionais da área. Nesse sentido, as políticas públicas de saúde, ora fundamentadas nas diretrizes do SUS, têm provado seu importante papel no desencadeamento de mudanças no processo de educação das profissões da saúde (BRASIL, 2018).

Em 2003, a educação na saúde adquire o caráter de política a partir da criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS), que, ao longo de seus 17 anos de existência, vem adotando diferentes estratégias indutoras para a qualificação da gestão. Por meio de seu Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES), tem sob sua responsabilidade as políticas relativas à reorientação da formação profissional e à educação permanente dos trabalhadores do SUS, com ênfase na integração entre as instituições de ensino, os serviços de saúde e a comunidade (FRANÇA; MAGNAGO, 2019).

Assumindo esses compromissos, o MS, em 2004, institui a PNEPS como estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor. Fruto dos esforços empreendidos por aqueles que defendem a educação como forma de promover a transformação das práticas de saúde, a PNEPS considera o trabalho como seu eixo estruturante, dá ênfase às metodologias ativas de conhecimento e à pedagogia problematizadora e se apoia na aprendizagem significativa, sugerindo que toda intervenção emana da reflexão crítica e problematizadora sobre a realidade vivida pelos educandos, no caso, profissionais reais em ação na rede de serviços de saúde (BRASIL, 2004a, 2018; FRANÇA; MAGNAGO, 2019).

Ao longo é preciso pontuar, nesse contexto, que, ao longo do processo de implementação da PNEPS, assistiu-se à ampliação, nos três níveis de gestão (municipal, estadual e federal), do número de instituições formadoras de profissionais para o SUS – ESP, Centros Formadores e Núcleos de Saúde. Muitas delas integram a denominada Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola), que se configura como um espaço de diálogo entre instituições de ensino favoráveis à construção de consensos sobre uma educação permanente que valorize a produção de mudanças das práticas profissionais e da organização do trabalho e que fortaleça o controle social (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Esse conjunto de instituições, em especial as ESPs, representa um importante papel na configuração da PNEPS, tanto em suas bases conceituais como em dispositivos organizacionais, posto que tem a educação permanente como norteadora de suas ações. Nesse sentido, constitui-se locus privilegiado para a formação dos trabalhadores do SUS, oferecendo cursos presenciais e a distância, em diferentes modalidades e para diferentes instituições e público. Além disso, vivencia processos políticos e discute seu próprio desenvolvimento institucional (CARDOSO *et al.*, 2017).

As ESPs são compreendidas, então, como estruturas que têm potencial para a formação estratégica de quadros para o sistema público de saúde, sendo especialmente fundamentais para a operacionalização da PNEPS, abrigando, em alguns casos, a Comissão Estadual Permanente de Integração Ensino-Serviço (CIES) e, em outros, sendo as responsáveis pela condução da política no estado (CARDOSO *et al.*, 2017).

Nesse contexto, e considerando-se as atribuições do DEGES/SGTES/MS, que incluem, entre outras, a busca pela integração dos setores da saúde e educação para o fortalecimento das instituições formadoras no interesse do SUS, faz-se necessário o acompanhamento e apoio das ações de ensino na área da saúde como mais uma estratégia para promover a transformação da educação das profissões da saúde. Por meio do referido apoio, pode-se fortalecer a capacidade de gestão das escolas na perspectiva da descentralização e da autonomia, e subsidiar o desenvolvimento institucional e seus processos políticos, gerenciais e pedagógicos, com vistas a qualificar a sua atuação e seu valor social.

Com base no exposto, o DEGES/SGTES/MS propôs o Projeto *Apoio Institucional às Escolas de Saúde Pública sob a tríade do ensino-pesquisa-extensão*, assumindo como objetivo principal a promoção do desenvolvimento de ações fundamentadas nos pressupostos do apoio institucional em saúde para o fortalecimento da atuação das ESPs do País.

PARTICIPANTES DO PROJETO

- ✦ *Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco – Recife, PE*
- ✦ *Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis – Salvador, BA*
- ✦ *Escola de Saúde Pública de Manaus – Manaus, AM*
- ✦ *Escola de Saúde Pública de Mato Grosso – Cuiabá, MT*
- ✦ *Escola de Saúde Pública de Santa Catarina – Florianópolis, SC*
- ✦ *Escola de Saúde Pública do Ceará – Fortaleza, CE*
- ✦ *Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG*
- ✦ *Escola de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS*
- ✦ *Escola de Saúde Pública do Iguatu – Iguatu, CE*
- ✦ *Escola de Saúde Pública do Paraná – Curitiba, PR*
- ✦ *Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser – Campo Grande, MS*
- ✦ *Escola de Saúde Pública São José dos Pinhais – São José dos Pinhais, PR*
- ✦ *Escola de Saúde Pública Visconde de Saboia – Sobral, CE*
- ✦ *Escola Municipal de Saúde de São Paulo – São Paulo, SP*
- ✦ *Escola Municipal de Saúde Pública de Aparecida de Goiânia – Aparecida de Goiânia, GO*
- ✦ *Escola Tocantinense de Saúde Pública – Palmas, TO*
- ✦ *Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas – Palmas, TO*
- ✦ *Fundação Estadual de Saúde de Sergipe – Aracajú, SE*
- ✦ *Superintendência da Escola de Saúde de Goiás – Goiânia, GO*





**NOS CAMINHOS DO APOIO
INSTITUCIONAL EM SAÚDE**



NOS CAMINHOS DO APOIO INSTITUCIONAL EM SAÚDE

Um dos maiores desafios no SUS tem sido o de substituir os modos hegemônicos de gerir pessoas, processos de trabalho, recursos e políticas públicas de saúde, dando lugar a práticas inovadoras de gestão comprometidas com a transformação dos processos e das práticas laborais e das relações exercidas entre os sujeitos (OLIVEIRA, 2011; FALLEIRO *et al.*, 2014). Entre as iniciativas e inovações experimentadas, estão em destaque os arranjos de apoio institucional em saúde em diversos contextos do país.

O apoio institucional em saúde pode ser compreendido como um método de intervenção que opera o apoio em espaços coletivos e dialógicos de cogestão constituídos por diferentes sujeitos, com vistas a promover mudanças, novos processos e modos de produzir, analisar, supervisionar e avaliar práticas institucionais de gestão e de saúde. Trata-se, então, de uma estratégia gerencial que se assenta no princípio da cogestão, que busca, essencialmente, produzir relações dialógicas e democráticas de discussão, negociação e pactuação entre os atores imbricados em determinado contexto (CAMPOS, 2015).

A cogestão como base do apoio institucional busca, então, construir relações e desenvolver ações que valorizem a liberdade e a autonomia dos sujeitos e dos coletivos sobre suas próprias realidades. Assim, o apoio institucional procura enfrentar as práticas verticais, hierarquizadas e autoritárias presentes nas relações intra e interinstitucionais, propondo a criação de fluxos democráticos que provoquem transformações na rede de poder institucional (OLIVEIRA, 2011; GUIZARDI; CAVALCANTI, 2010).

O trabalho do apoiador institucional, nesse entendimento, visa a aumentar a capacidade dos sujeitos, dos coletivos e das instituições de refletir e intervir na sua realidade enquanto produzem bens e serviços para outros. Nessa esteira, no cenário saúde, o MS assume papel de apoiador institucional de estados e municípios, buscando fortalecer a gestão descentralizada e promover mudanças dos modelos de gestão e de atenção dos sistemas e serviços de saúde em prol da ampliação do acesso e da qualidade dos serviços de saúde (BRASIL, 2013).

Para tanto, cada secretaria do MS se organiza internamente para se inserir na lógica do apoio integrado, de modo a potencializar a ação federal de cooperação a estados e municípios, considerando, nesse processo, os eixos de operacionalização, formação e monitoramento e avaliação (BRASIL, 2013).

A partir do *eixo operacionalização*, busca o estabelecimento de diálogos cooperativos, reforçando-se a horizontalidade no trato de questões políticas e gerenciais no campo da saúde; a qualificação dos processos e das práticas de gestão e do cuidado em saúde; a articulação técnica-política entre os diversos atores do SUS; e a integração e coordenação de agendas na implementação de políticas de saúde. Com o *eixo formação*, visa à utilização das diretrizes da educação permanente no SUS; ao estabelecimento de parcerias com instituições

A tentativa analítica de aglutinar, em uma frase coerente, os termos mais recorrentes na nuvem de palavras originou o seguinte conceito sintético para apoio institucional em saúde, sendo este o adotado para a estruturação da proposta de apoio do projeto de que trata este documento:

Método de intervenção que opera o apoio em espaços coletivos e dialógicos de cogestão constituídos por diferentes sujeitos, com vistas a promover mudanças e novos processos e modos de produzir, analisar, supervisionar e avaliar práticas institucionais de gestão e de saúde.

Verifica-se que o conceito construído se aproxima fortemente da concepção de apoio institucional proposta por Campos (2000b, 2015), segundo o qual o apoio institucional é uma estratégia gerencial que se assenta no princípio da cogestão, que busca, essencialmente, produzir relações dialógicas e democráticas de discussão, negociação e pactuação entre os atores imbricados em determinado contexto.

Esse conceito deriva do Método Paideia (CAMPOS, 2015), que nasce de uma crítica ao modelo taylorista de gestão, cuja racionalidade preconiza a fragmentação de tarefas objetivas, com vistas ao aumento da produtividade sem elevação dos custos de produção.

Não à toa, o Método Paideia, ou Método da Roda, tem como eixo básico o caráter anti-Taylor, que se opera pela constituição de coletivos organizados de sujeitos, promovendo-lhes capacidade crítica, analítica e de intervenção sobre os seus modos de produzir bens e serviços, como estratégia para a promoção da democracia institucional e de mudanças que impliquem o atendimento às necessidades sociais (CAMPOS, 2000b).

Nessa perspectiva, esse método reconhece que os coletivos operam e produzem efeitos em pelo menos três dimensões interdependentes: gerencial, política e pedagógico-terapêutica.

A *dimensão gerencial* insere-se na proposta clássica de administração, que inclui o planejamento, o monitoramento e a avaliação de processos de trabalho, mas operados de modo participativo nos coletivos. A *dimensão política* adota a cogestão como estratégia de modificação das redes e relações de poder e de construção da democracia institucional. Por fim, a *pedagógico-terapêutica* reconhece que os processos de gestão disparam a produção de novos saberes e subjetividades, operando mudanças nos próprios sujeitos (CAMPOS, 2000b).

A constituição de sujeitos, das necessidades sociais e das instituições é um produto de relações de poder, do uso de conhecimentos e de modos de circulação de afetos. A metodologia Paideia objetiva ampliar a capacidade das pessoas de lidarem com poder, com circulação de saberes e afetos; ao mesmo tempo que estão fazendo coisas, trabalhando, cumprindo tarefas,

aprendendo ou sendo cuidadas por equipes de saúde (CAMPOS *et al.*, 2014, p. 985).

Na saúde coletiva, as primeiras experiências de cogestão foram implantadas na década de 1990, mas foi nos anos 2000, após, portanto, a propositura metodológica de Campos (2000b), que os dispositivos do Método Paideia começaram a ser adotados. Em 2003, esses dispositivos foram reconhecidos como princípios básicos da Política Nacional de Humanização (PNH) implementada pelo MS (BRASIL, 2004b, p. 9-10):

1. Valorização da dimensão subjetiva e social em todas as práticas de atenção e gestão, fortalecendo/estimulando processos integradores e promotores de compromissos/responsabilização;
2. Estímulo a processos comprometidos com a produção de saúde e com a produção de sujeitos;
3. Fortalecimento de trabalho em equipe multiprofissional, estimulando a transdisciplinaridade e a grupalidade;
4. Atuação em rede com alta conectividade, de modo cooperativo e solidário, em conformidade com as diretrizes do SUS;
5. Utilização da informação, da comunicação, da educação permanente e dos espaços da gestão na construção de autonomia e protagonismo de sujeitos e coletivos.

Embora o conceito de apoio institucional não figure no primeiro documento que apresenta os pressupostos da PNH, que só viria a ser descrito no documento base de 2004, o MS assume o compromisso de constituir grupos de apoiadores regionais para o fomento às práticas de humanização (BRASIL, 2004b). Atualmente, os três eixos de aplicação do Método Paideia encontram-se bem definidos no âmbito dessa política, para a qual apoio institucional é compreendido como (BRASIL, 2010, p. 55):

Função gerencial que reformula o modo tradicional de se fazer coordenação, planejamento, supervisão e avaliação em saúde. Um de seus principais objetivos é fomentar e acompanhar processos de mudança nas organizações, misturando e articulando conceitos e tecnologias advindas da análise institucional e da gestão. Ofertar suporte ao movimento de mudança deflagrado por coletivos, buscando fortalecê-los no próprio exercício da produção de novos sujeitos em processos de mudança é tarefa primordial do apoio.

Verifica-se que essa proposta de apoio é ampla, podendo ser utilizada em diferentes campos e contextos, conforme se verificou nas experiências documentadas na literatura, que empreenderam o apoio institucional como:

- a) estratégia para o estabelecimento de processos participativos de gestão, de construção de redes e de relações democráticas entre profissionais, gestores e usuários;

- b) método de reelaboração e qualificação do processo de trabalho, planejamento, monitoramento e avaliação;
- c) recurso pedagógico em processos de qualificação profissional e EPS;
- d) dispositivo operacionalizador da produção de afetos.

O apoiador institucional

Compreendendo-se que a função do apoio institucional em saúde é disparar processos de mudança nas práticas de saúde e de gestão em saúde, o objeto de trabalho do apoiador institucional é, sobretudo, então, o processo de trabalho dos coletivos que se organizam para produzir ações de saúde (BRASIL, 2010; BELLINI *et al.*, 2016).

Nesse sentido, os apoiadores institucionais trabalham com os apoiados, auxiliando-os com a construção de coletivos; não operam, portanto, como assessores ou supervisores. Nesses espaços, o grupo, com o apoiador, reflete e analisa criticamente o seu processo de trabalho, diagnostica a realidade na qual estão inseridos e, a partir desse diagnóstico, elabora planos de intervenção. Nesse movimento, o apoiador apresenta e tem seu papel norteado por diretrizes, políticas e programas institucionais, sobrelevando as reflexões coletivas sobre as necessidades da população usuária dos serviços. Para tanto, é preciso estabelecer uma relação mediada por contratos entre o apoiador e os apoiados, nos quais os objetivos e os métodos de trabalho coletivo sejam esclarecidos (CAMPOS, 2000a).

Para a PNH, o apoiador institucional tem a função de (BRASIL, 2010, p. 56):

- 1) estimular a criação de espaços coletivos, por meio de arranjos ou dispositivos que propiciem a interação entre os sujeitos;
- 2) reconhecer as relações de poder, afeto e a circulação de conhecimentos propiciando a viabilização dos projetos pactuados pelos atores institucionais e sociais;
- 3) mediar junto ao grupo a construção de objetivos comuns e a pactuação de compromissos e contratos;
- 4) trazer para o trabalho de coordenação, planejamento e supervisão os processos de qualificação das ações institucionais;
- 5) propiciar que os grupos possam exercer a crítica e, em última instância, que os profissionais de saúde sejam capazes de atuar com base em novos referenciais, contribuindo para melhorar a qualidade da gestão no SUS.

Em suma, compreende-se o apoiador institucional como o ator que tem por atribuições disparar e mediar processos coletivos de reflexão e conduzir, acompanhar e avaliar as ações realizadas por esses coletivos dialógica e democraticamente (PAIXÃO; TAVARES, 2014).

Esses conceitos resumem, de maneira precisa, aqueles apresentados nos estudos encontrados na revisão da literatura, os quais foram condensados em nuvem de palavras.

Figura 2 – Nuvem de palavras representativa do conceito de apoiador institucional



Fonte: Elaboração própria.

A tentativa analítica de aglutinar os termos da nuvem originou o seguinte conceito sintético para apoiador institucional:

Ator que, ao ser incluído nos grupos, serve de apoio e assume a função de mediador e promotor de processos coletivos de diálogo e análise, com vistas a mudanças institucionais de gestão e práticas de saúde.

Métodos e efeitos

Em geral, os meios de operacionalização do apoiador institucional ancoram-se, sobretudo, no Método da Roda, que preconiza a construção de espaços coletivos como um meio e como um objetivo do apoio. Esses espaços podem ser definidos como um arranjo organizacional concreto, estruturado para promover e disparar a produção de coletivos, que se destina ao diálogo, à troca de afetos e desejos, à análise crítica e à pactuação (CAMPOS, 2000b).

São três as modalidades de espaço coletivo: conselhos de cogestão; colegiados de gestão; e dispositivos. Esta tem caráter episódico, enquanto as outras têm caráter regular e duradouro. Nos conselhos se exerce a cogestão, por convenção, entre atores internos e externos aos coletivos que se expressam e pactuam propostas e planos de intervenção. Os colegiados voltam-se para a gestão entre os atores internos, diretamente responsáveis pela produção de bens e serviços de valor de uso (CAMPOS, 2000a). Os dispositivos, por sua vez, são os diferentes espaços de participação, troca e produção de saberes e subjetividades, nos quais, de maneira não sistemática, são promovidos encontros entre diferentes atores envolvidos com a produção de valores de uso. Assim, são exemplos de dispositivos: assembleias, reuniões, encontros para discussão de casos, oficinas de trabalho, visitas dialogadas, rodas de conversa, capacitações e seminários.

Os efeitos desses dispositivos, segundo indica a literatura, são a resolução de conflitos, a promoção e a construção de coletivos de análise, as ações de monitoramento e avaliação, as pactuações, a construção de instrumentos para supervisão, os processos de formação/educação permanente, a elaboração de normas, os processos de autoavaliação e o exercício da corresponsabilidade; mais ainda, a mobilização de coletivos, a ampliação do poder de agir e da capacidade de análise e de gestão democrática, o olhar crítico para as fortalezas e fragilidades dos sujeitos institucionais e dos seus papéis na produção colegiada do cuidado, a análise de demanda institucional, a análise situacional do serviço, o contrato com as ofertas de apoio, o trabalho em equipe multiprofissional e as alterações de comportamento individual e de postura com relação ao coletivo (MACHADO; MATTOS, 2015; SANTOS *et al.*, 2015; SILVA *et al.*, 2015; CARDOSO *et al.*, 2016; GARCIA JÚNIOR *et al.*, 2016; MELO *et al.*, 2016).

Também são verificadas mudanças no cotidiano dos processos de trabalho, a melhoria das relações de trabalho, a ativação de redes de coletivos preocupados com a qualificação da assistência e da gestão, o exercício de coprodução e corresponsabilização coletiva, a problematização da realidade, maior segurança, autonomia e satisfação profissional (CARDOSO *et al.*, 2016; GARCIA JÚNIOR *et al.*, 2016; MACHADO *et al.*, 2018).

Com base no exposto, assumiu-se o Método Paideia como proposta de condução do projeto em perspectiva, com vistas ao fortalecimento das ESPs enquanto instituições de ensino e de diálogo que operam práticas de gestão, vislumbrando-se disparar movimentos de mudanças que contribuam para a sua emancipação e seu desenvolvimento institucional.

Assim, buscou-se empreender novas configurações relacionais, produtivas e gerenciais, nas quais a parceria, o diálogo, a produção e a troca de conhecimentos, de afetos e de desejos fossem práticas habituais. Nesse sentido, espaços coletivos plurais de encontros, de discussão, de negociação e de pactuação foram construídos.

Os movimentos operados pelo projeto

O primeiro passo consistiu em identificar as ESPs brasileiras, para que pudessem ser convidadas a participar do projeto. Nesse momento, os questionamentos norteadores foram: o que define uma ESP? Quais são as ESPs?

Para responder a essas questões, inicialmente se procurou identificar o conceito de ESP e as características que as diferenciam de outras instituições formadoras do SUS. Tal conceito, no entanto, não foi identificado na literatura, em documentos ministeriais ou mesmo nos portais do MS ou da RedEscola. O segundo passo foi, então, mapear as ESPs brasileiras, tomando-se como ponto de partida a página virtual da RedEscola, que lista as diferentes instituições que a compõem: Escolas de Saúde, Núcleos e Centros Formadores e Universidades.

Desse conjunto foram selecionadas, em um primeiro momento, aquelas denominadas como Escolas de Saúde Pública, sendo posteriormente acrescidas estruturas com outras denominações, mediante a adoção de alguns critérios – regionalização; âmbito administrativo, tanto estadual como municipal; diversidade de ações educativas realizadas; e participação direta ou indireta de processos educativos *lato sensu*.

Na sequência, procedeu-se à consulta aos endereços eletrônicos das instituições, com o objetivo de levantar informações preliminares acerca da estrutura, da organização e das estratégias de formação ofertadas, assim como acessar documentos institucionais de interesse. Com essa atividade, pretendeu-se mapear e elaborar um diagnóstico situacional inicial dessas instituições. Entretanto, os resultados obtidos não produziram dados suficientes para tal, o que motivou a solicitação de envio dos documentos institucionais disponíveis e a aplicação de um questionário *on-line* a ser preenchido pelos dirigentes das ESPs.

O diagnóstico inicial das ESPs possibilitou o desenho de uma proposta de apoio institucional a ser operacionalizada ao longo do projeto. Para tanto, foram adotados como dispositivos de apoio as visitas técnicas, as oficinas de trabalho e os encontros virtuais. Estes foram motivados pela pandemia do novo coronavírus¹.

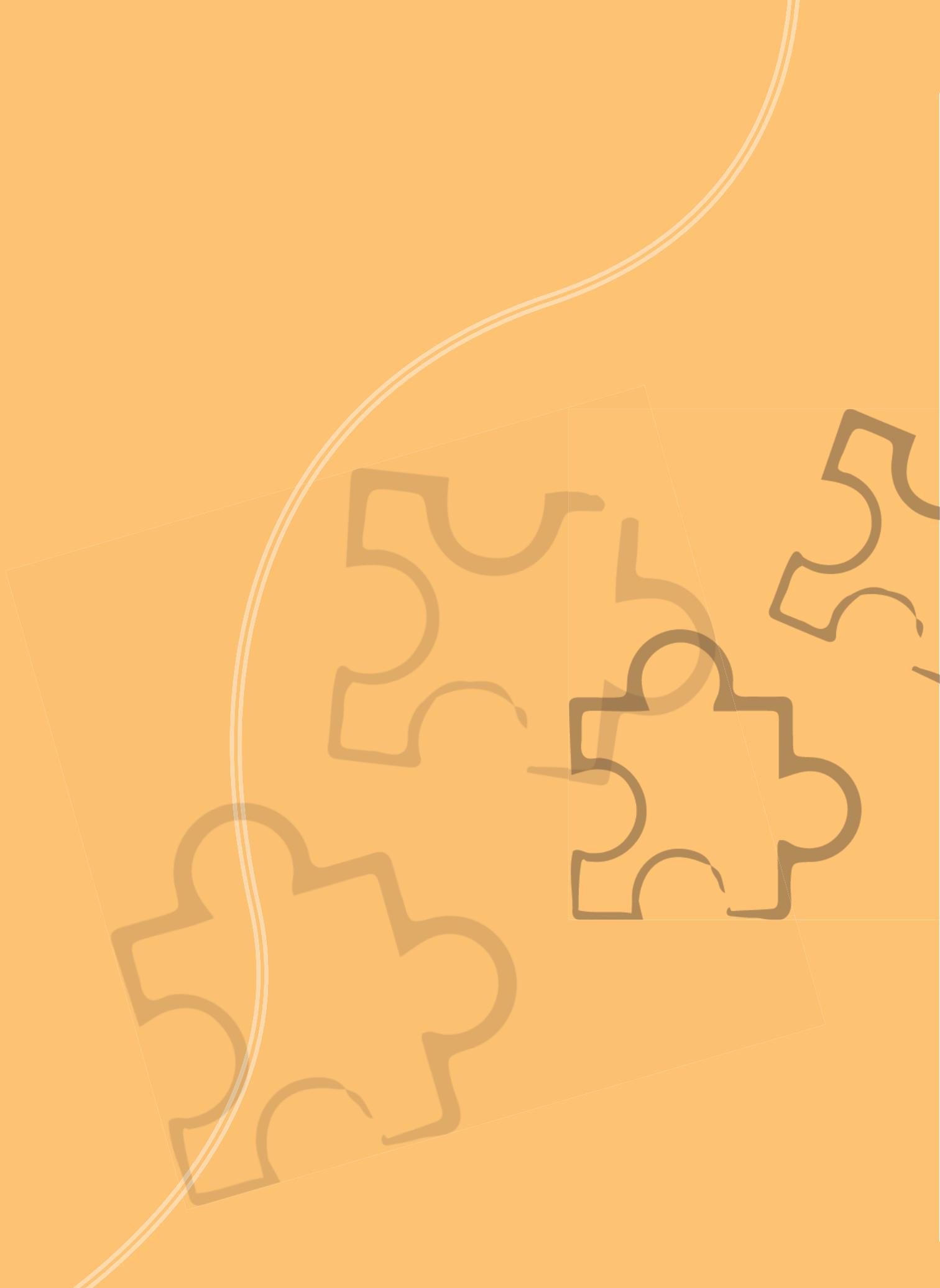
¹ Coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (*Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2* - SARS-CoV-2), que provoca a *coronavirus disease 2019* (covid-19).

Tomando-se como referência as concepções e os pressupostos do Método Paideia, buscou-se disparar, a partir desses dispositivos, momentos de reflexão e análise crítica do processo de trabalho visando à problematização da realidade cotidiana das ESPs, à identificação dos nós que limitam a sua atuação, ao consenso de medidas de enfrentamento e desatamento desses nós e à elaboração de estratégias de ação que minimizassem os desafios por elas enfrentados.

Figura 3 – Síntese dos momentos operacionalizados pelo projeto



Fonte: Elaboração própria.





MOVIMENTOS DE MOBILIZAÇÃO
DAS ESCOLAS DE
SAÚDE PÚBLICA DO SUS



Diagnóstico situacional das Escolas de Saúde Pública

Em que pese o fato de que cada ESP possui suas particularidades e que, em nenhum momento, pretendeu-se tecer comparações entre essas instituições, o diagnóstico situacional aqui descrito não se pretende representativo do conjunto das ESPs, mas situa as características que lhe são similares e díspares. Buscou-se tecer um modelo descritivo da realidade complexa em que as ESPs se inserem para que, em momento posterior, os nós críticos identificados fossem alvo de intervenção ou objeto de propostas de ações estratégicas futuras.

Assim, enquanto retrato parcial de um contexto em permanente mudança, o diagnóstico apresentado é fruto de um conjunto de processos localizados em determinado período, que, portanto, refletem a situação das ESPs daquele dado momento. O que se apresenta aqui reflete a composição de um conjunto de informações obtidas mediante consulta aos *sites* e documentos institucionais² e aplicação de um *survey on-line* aos dirigentes das ESPs.

Figura 4 – Meios de obtenção de informações para composição do diagnóstico situacional das Escolas de Saúde Pública



Fonte: Elaboração própria.

Localização

As 19 ESPs incluídas no projeto estão distribuídas nas cinco regiões brasileiras, em 14 estados e 18 municípios diferentes, dos quais apenas quatro não são capitais das unidades federadas. Doze delas são estaduais e sete municipais.

² Quando da inexistência de site institucional da ESP, também foram consultados os portais e documentos das secretarias de saúde ou do município/estado.

Figura 5 – Localização das Escolas de Saúde Pública participantes do projeto



Fonte: Elaboração própria.

A prevalência nas capitais permite refletir sobre a concentração geográfica das ESPs em nível estadual, o que pode produzir impactos na sua capacidade eficiente de acolher e atender às demandas específicas dos trabalhadores do interior.

Caracterização administrativa

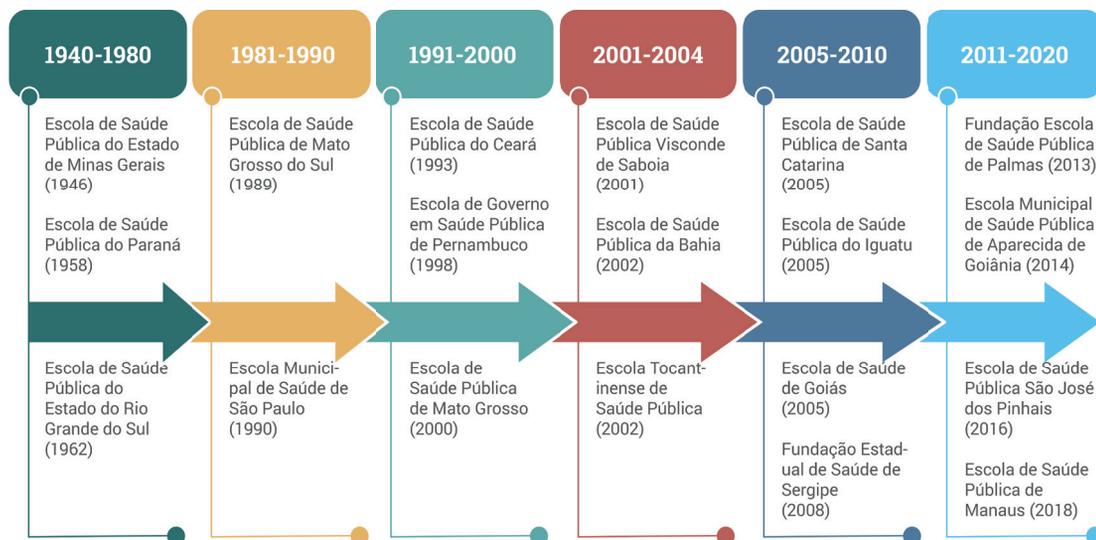
Os *sites* e documentos institucionais das ESPs possuem uma forte heterogeneidade de formas, conteúdos e sentidos, que se reflete nas dessemelhanças verificadas com os dirigentes das ESPs, no que tange a aspectos administrativos, estruturais e organizacionais.

Um primeiro aspecto refere-se às lacunas de informação nos *sites* e documentos institucionais: enquanto alguns são mais minuciosos em termos de detalhamento, outros apresentam apenas conteúdo genérico. Ademais, à época da consulta, havia ESPs que não tinham *site* institucional, o que inviabilizava o acesso facilitado a informações.

Um segundo aspecto alude à forte diversidade normativa entre os documentos institucionais. Em função de as ESPs terem sido criadas em momentos jurídico-político-institucionais variados ao longo dos séculos XX e XXI e de os entes da federação terem autonomia para definir suas próprias regras, inclusive dos seus órgãos, as ESPs caracterizam-se por essa diversidade. Os atos de fundação, a posição jurídica na administração pública, a

vinculação orçamentária e a natureza jurídica são exemplos dessa diversidade, o que reforça a singularidade de cada ESP para o alcance dos seus objetivos.

Figura 6 – Linha do tempo de criação das Escolas de Saúde Pública participantes do projeto



Fonte: Elaboração própria.

A ESP mais longeva foi criada em 1946, isto é, muito antes da instituição do SUS; contudo, a maior parte data sua inauguração a partir dos anos 2000, em especial, pós-SGTES, tendo sido criadas por meio de lei (ordinária ou complementar) ou decreto dos respectivos poderes, estadual ou municipal. Frisa-se que a lei tem mais força normativa, pois, para a sua formação, concorrem conjuntamente os Poderes Legislativo e Executivo. O decreto, por sua vez, não passa pela discussão e aprovação legislativa; é simplesmente elaborado e assinado pelo presidente, governador ou prefeito, conforme o caso, e não pode criar, extinguir ou modificar direitos e obrigações (FRANÇA, 2008).

No conjunto de ESPs, há autarquias e fundações, mas a maioria constitui-se setor ou órgão vinculado à Secretaria de Saúde, o que sugere que essas instituições são consideradas estratégicas pela gestão local. Essa constatação também é corroborada pela posição hierárquica delas no organograma: segundo e terceiro níveis, majoritariamente. Por outro lado, a subordinação institucional às Secretarias de Saúde pode significar subordinação orçamentária e refletir, ainda, uma subordinação decisória, o que indica caráter limitado da autonomia financeira e administrativa, conforme apontado pelos dirigentes das ESPs. Reflexo disso é que parte delas não possui sede própria, funcionando em espaços alugados ou cedidos, o que pode denotar pouco investimento na infraestrutura. Sobre esse aspecto, os dirigentes afirmaram que a estrutura física, em geral, é inadequada e que seus equipamentos, mobiliários e insumos materiais são precários.

Sobre o público-alvo, a maior parte das ESP atende pessoal de nível superior e técnico desde a sua criação, duas passaram a atender o público técnico após a sua integração com Escolas Técnicas do SUS e uma mantém-se atendendo apenas pessoal de nível superior.

Nos documentos analisados e conforme ratificado pelos dirigentes, o foco no público de trabalhadores do SUS merece destaque como um ponto imprescindível para o fortalecimento do sistema público de saúde e de desenvolvimento da sua força de trabalho.

Quanto à organização político-pedagógica, grande parte possui regimento interno, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político Pedagógico (PPP), e poucas possuem Sistema de Gestão Acadêmica (SGA), de modo que os processos são, em geral, realizados manualmente em documentos impressos ou em planilhas eletrônicas. Esses instrumentos facilitam a gestão, segundo os dirigentes das ESPs que os utilizam.

- O **regimento interno** é um documento que reúne um conjunto de regras – direitos e obrigações – definidas por um grupo para regulamentar o seu funcionamento.

- O **PDI** é um instrumento de grande valia para as instituições de ensino, pois imprime a necessidade de planejamento das atividades educativas com base no diagnóstico da realidade e em função da missão e dos objetivos institucionais. Ademais, facilita os processos de avaliação e, por conseguinte, a reorientação das atividades desenvolvidas em caso de necessidade. Para as ESPs, ter um PDI e atualizá-lo periodicamente pode ser determinante para processos internos e externos de avaliação institucional, em especial para aquelas que concorrem em editais de agências de fomento e desejam ou são autorizadas a certificar suas ofertas educativas pelo Ministério da Educação (MEC).

- ✦ O **PPP** sistematiza os objetivos e as metas da instituição de ensino. É projeto porque reúne propostas de ação concreta a ser executada durante determinado período; é político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade; e é pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. Ao juntar as três dimensões, o PPP ganha a força de um guia, flexível o bastante para se adaptar às necessidades institucionais e de formação, e leva em consideração a realidade social, cultural e econômica onde estão inseridas (LOPES, 2010).

- ✦ O **SGA** é um sistema de gerenciamento de informações direcionado às instituições de ensino que automatiza processos pedagógicos internos e que unifica e controla os diferentes fluxos administrativos.

Formação é a principal atividade ofertada pelas ESPs. Foram também mencionadas atividades de consultoria, regulação de estágios e pesquisas na rede de serviços de saúde, elaboração de material didático, realização de processos seletivos e eventos e participação em instâncias gestoras e grupos de trabalho. Essas informações indicam esforço das ESPs em cumprir sua função de promover a integração ensino-pesquisa-extensão.

Figura 8 – Escopo de atividades das Escolas de Saúde Pública



Fonte: Elaboração própria.

Os processos de formação são atividades predominantes no conjunto das ESPs, que promovem regularmente ou sob demanda diferentes ações educativas presenciais, semipresenciais e a distância (EaD). Contudo, menos da metade das ESPs possui autorização para certificar todas as ações educativas ofertadas.

Tabela 1 – Modalidades e periodicidade das ofertas educativas das Escolas de Saúde Pública

Modalidade	Periodicidade regular	Sob demanda	Não oferta
Educação Permanente	13	6	-
Residências	13	2	4
Especialização	11	6	2
Educação Continuada	9	8	2
Aperfeiçoamento	8	9	2
Curso Técnico Profissional	7	5	7
Educação em Saúde para a População	2	12	5
Mestrado Profissional	1	1	17

Fonte: Informações obtidas por meio de *survey on-line* respondido pelos dirigentes das ESPs.

Segundo os dirigentes, essas ofertas são definidas por solicitação da gestão e dos trabalhadores do SUS, pelas necessidades de saúde identificadas no território e por pactuação nas instâncias colegiadas, sendo oferecidas aos trabalhadores do SUS e, em alguns casos, a estudantes e ao público em geral.

A partir da caracterização das ofertas educativas das ESPs, é possível inferir a potencialidade que elas têm em se constituírem espaços privilegiados para atuação e efetivação da PNEPS, enquanto estratégia de transformação das práticas de formação, de atenção, de gestão, de formulação de políticas, de participação popular e de controle social no setor da saúde. Pelo fato de se conectarem diretamente aos vários cenários, aos processos de trabalho e às necessidades do SUS, as ESPs podem contribuir, por meio de suas ofertas educativas, para a transformação das práticas profissionais, da organização do trabalho, para a busca de soluções para os problemas locais e para a sustentável melhoria da qualidade do cuidado em saúde.

Grande parte das ESPs também realiza monitoramento e avaliação de suas ações, segundo os seus dirigentes, principalmente quanto às ofertas educativas desenvolvidas, aos resultados imediatos (número de cursistas e egressos) e aos insumos utilizados. Por outro lado, são poucas as que monitoram e/ou avaliam os impactos das atividades no território, embora seja esse o objetivo primeiro da EPS: produzir mudanças institucionais que propiciem o enfrentamento das necessidades do SUS.

É nesse sentido que o monitoramento e a avaliação são diretrizes básicas da PNEPS, validadas pelos seus principais documentos normativos. Esses processos são vistos como parte do esforço mais amplo para melhorar-se a formulação de políticas públicas para alcançarem-se as metas, o que contribuirá para o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão das intervenções em desenvolvimento, considerando-se o contexto político-decisório de uma estruturação governamental e uma gestão orientada por resultados, para melhorar a eficácia do sistema de saúde, do qual fazem parte as ESPs.

No entanto, como é amplamente reconhecido, existem muitas lacunas e insuficiências nos processos de EPS que dificultam o emprego de indicadores qualitativos e quantitativos, métodos e instrumentos de monitoramento e avaliação nos diversos momentos da formação.

Estratégias de divulgação e de disseminação do conhecimento

Estratégias de comunicação e divulgação são adotadas por todas as ESPs, especialmente por meio do *site* institucional, de correspondência escrita administrativa (ofícios e memorandos), de correio eletrônico e de redes sociais (Facebook, WhatsApp, Instagram, YouTube e Twitter). Tais atividades são realizadas majoritariamente por funcionários das ESPs que também desempenham outras funções. Quanto à disseminação do conhecimento, parte delas possui revista científica e/ou boletim de notícias

Figura 9 – Instrumentos de comunicação e divulgação utilizados pelas Escolas de Saúde Pública



Fonte: Elaboração própria.

Segundo os dirigentes, as ESPs gozam de muita autonomia no que se refere ao estabelecimento de estratégias de comunicação, e os canais *on-line* são rotineiramente atualizados. Sobre isso, cabe ressaltar que uma das etapas do projeto consistiu em captar informações prévias nos *sites* institucionais, por meio das quais se constatou desatualização, lacunas e, em alguns casos, inexistência de informações sobre as ESPs; não foram verificadas, no entanto, as redes sociais.

Considerando-se o contexto atual de popularização digital, o estabelecimento de canais de comunicação e de divulgação com seu público-alvo e com a comunidade, em geral, torna-se imperativo. Mais ainda: por constituírem-se instituições públicas, recai sobre elas

a obrigatoriedade de atenderem aos preceitos da Lei de Acesso à Informação. A avaliação documental também reforça esse contexto: não se verificou menção a um programa de transparência institucional que esteja orientado pela publicidade, pela compreensibilidade das informações e pelas demais premissas da referida lei. Vale observar que a existência de tal programa é essencial no âmbito da administração pública. Também não foram encontradas informações relacionadas a estratégias de *compliance*³ e integridade que estejam orientadas por padrões ético-normativos de conduta pessoal dos agentes públicos que a compõem.

Parceiros e apoiadores

As ESPs estabelecem parcerias com instituições de ensino superior, outras Escolas de Saúde Pública e escolas técnicas públicas e privadas existentes nas regiões de saúde onde se localizam considerando sua competência técnica, a possibilidade de certificação de cursos e o domínio de conhecimento em temas específicos.

Segundo os informantes da maioria das ESPs, as Secretarias de Saúde apoiam suas atividades, em especial no que se refere à definição, divulgação e execução das ofertas educativas, além de apoiarem com infraestrutura e logística. As instituições de ensino parceiras, por sua vez, apoiam, sobretudo, a execução das ofertas com cessão de infraestrutura. O MS, mediante financiamento, e as redes colaborativas das quais fazem parte as ESPs também foram mencionadas (RedEscola, Rede de Escolas Técnicas do SUS – RET-SUS e outras) como parceiras e apoiadoras.

É de ressaltar que as parcerias são de extrema importância para o compartilhamento de experiências e práticas que podem multiplicar-se em novas iniciativas, consolidando-se a integração do serviço com o ensino, a pesquisa e a extensão, objetivo comum das ESPs.

Quanto às contribuições das parcerias à gestão das ESPs, merece destaque a indicação pelos dirigentes dos Conselhos de Saúde. Conforme prevê a legislação que regulamenta o SUS, essas instâncias colegiadas são fundamentais para a formulação de políticas e para a destinação de recursos em respeito às necessidades de saúde locais. O posicionamento dos dirigentes em relação aos conselhos reforça a importância do controle social e da gestão participativa no âmbito das estruturas do SUS, incluindo-se as ESPs.

³ Refere-se a um conjunto de disciplinas que orientam o cumprimento das normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para as atividades da instituição. Uma instituição “em compliance” é aquela que, por cumprir e observar rigorosamente a legislação à qual se submete e aplicar princípios éticos nas suas tomadas de decisões, preserva ileso sua integridade.

Também se considera que os conselhos facilitam a gestão institucional e as parcerias com as áreas técnicas das Secretarias de Saúde, cujo trabalho conjunto e articulado com as ESPs pode ser potente para ampliar e melhorar as ofertas educativas e tecnológicas, dando resposta mais próxima e associada às demandas e realidades locais.

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) também facilitam a gestão das ESPs, segundo a maior parte dos respondentes. Cabe ressaltar, no entanto, que algumas ESPs não desenvolvem parcerias com estas instâncias colegiadas ou consideram que tais parcerias não alteram em nada as suas atividades.

Figura 10 – Parceiros e apoiadores das Escolas de Saúde Pública



Fonte: Elaboração própria.

Desafios e necessidades de apoio institucional

Foi também averiguado o grau de dificuldade que as ESPs enfrentam quanto a aspectos específicos. Poucos recursos orçamentário-financeiros para muitos projetos, liberação desses recursos e problemas na infraestrutura física constituem-se elementos que causam muita dificuldade para o desenvolvimento das atividades e da gestão. Por outra via, aspectos da organização interna, disputas políticas, coordenação do trabalho e identificação de problemas e prioridades, bem como o diálogo com outras instituições de ensino, são elementos que não interpõem dificuldades.

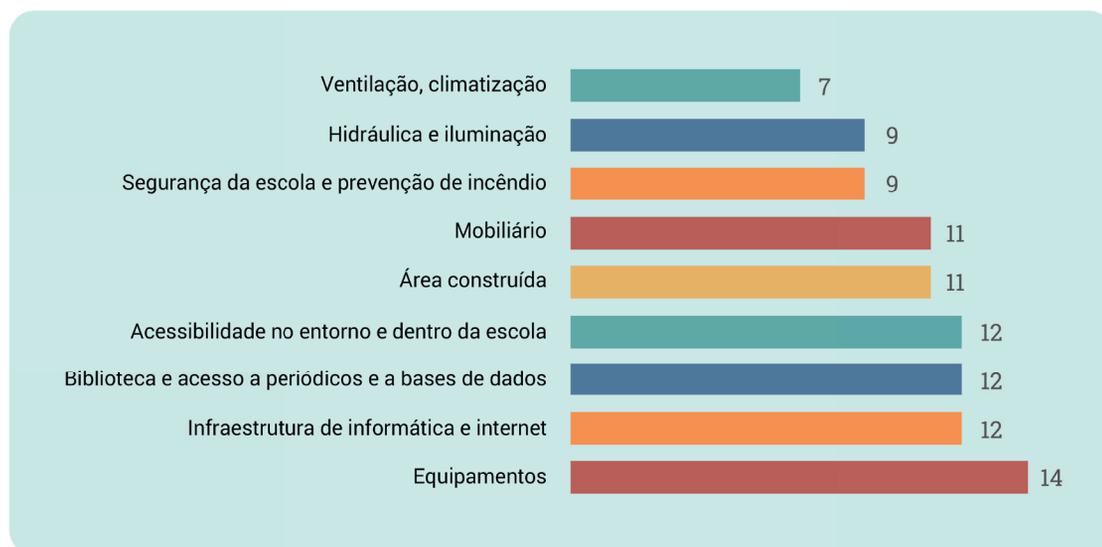
Tabela 2 – Grau de dificuldade enfrentada pelas Escolas de Saúde Pública

Aspectos	Grau de dificuldade		
	Nenhuma	Pouca	Muita
Entendimento da Portaria GM/MS nº 1996, de 20 de agosto de 2007, que instituiu a PNEPS	14	4	1
Ausência/insuficiência de normatização em relação à elaboração e execução de projetos	9	8	2
Desorganização da equipe no local	10	9	--
Coordenação do trabalho	9	10	--
Infraestrutura física	4	8	7
Diálogo com instituições de ensino	8	10	1
Identificação de problemas e prioridades	6	12	1
Negociação, pactuação e aprovação de projetos	2	13	4
Poucos recursos orçamentário-financeiros para muitos projetos	1	9	9
Liberação de recursos financeiros	1	12	6
Execução financeira pela escola	2	12	5
Ausência de reuniões para deliberações e acompanhamento dos projetos	11	7	1
Disputas políticas	6	10	3

Fonte: Informações obtidas por meio de *survey on-line* respondido pelos dirigentes das ESPs.

Em se tratando da estrutura física, foram muitos os elementos apontados como frágeis e que, portanto, dificultam a gestão e/ou o desenvolvimento das atividades das ESPs.

Figura 11 – Áreas da estrutura física que apresentam fragilidades que dificultam a gestão e o desenvolvimento das atividades das Escolas de Saúde Pública



Fonte: Elaboração própria.

Questionados sobre as **necessidades de apoio institucional**, os dirigentes citaram diversos aspectos relativos aos processos acadêmico-pedagógicos, técnicos, estruturais e logísticos e, em especial, ao financiamento. Alguns dos apontamentos são de caráter mais amplo, outros mais direcionados às ESPs em específico, como se verifica:

- Ampliação da oferta de bolsas de residência médica e multiprofissional, auxílio no pagamento das bolsas para alunos da residência e apoio financeiro à publicação de livros e periódicos;
- Auxílio ao acesso a periódicos e a bases de dados;
- Articulação com o MEC em favor do credenciamento das instituições e, por consequência, da certificação dos processos educativos oferecidos;
- Articulação com o Conselho Estadual de Educação em favor da realização de cursos de especialização;
- Implantação de processos e sistema de monitoramento e avaliação das ações educativas e de desempenho de egressos;
- Desenvolvimento de instrumentos de análise do cenário externo para a identificação das reais necessidades de atuação das ESPs;
- Apoio à preceptoria e à implementação da perspectiva da interprofissionalidade nos processos de formação em saúde;
- Qualificação profissional para os gestores no que tange à governança e à auditoria institucional, à metodologias ativas de ensino-aprendizagem e à avaliação de tecnologias em saúde;

- Fortalecimento dos cursos técnicos e de estratégias de gestão participativa;
- Manutenção e desenvolvimento das atividades de EaD;
- Fomento de cooperações internacionais;
- Apoio para a aquisição de um variado contingente de materiais;
- Adoção de um financiamento específico para as ESPs com repasses mensais;
- Manutenção e regularidade do financiamento da PNEPS;
- Articulação interinstitucional, no sentido de ampliar e potencializar o escopo de ações e de viabilizar linha de financiamento nos editais do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) para as ESPs;
- Apoio à inserção das ESPs na Rede da Universidade Aberta do SUS (Rede UNA-SUS) viabilizando sua participação no âmbito nacional;
- Apoio à organização, publicação e divulgação de materiais com as experiências exitosas e ou inovadoras das ESPs;
- Apoio para o desenvolvimento de processos de auditoria interna, avaliação institucional e compliance;
- Apoio jurídico-administrativo;
- Apoio ao compartilhamento de tecnologias educacionais.

Visitas técnicas

A proposta de realizar visitas técnicas a todas as ESPs, para além dos objetivos técnicos expressos no diagrama abaixo, visou ampliar a participação dessas instituições a partir da interatividade de seus trabalhadores, ao mesmo tempo que possibilitou a identificação de práticas e de processos de trabalho específicos de cada escola. A intenção foi de conhecer o potencial dessas instituições e debater sobre suas fragilidades, mirando a produção de novos conhecimentos e a indução de novas práticas.

Figura 12 – Objetivos das visitas técnicas às Escolas de Saúde Pública



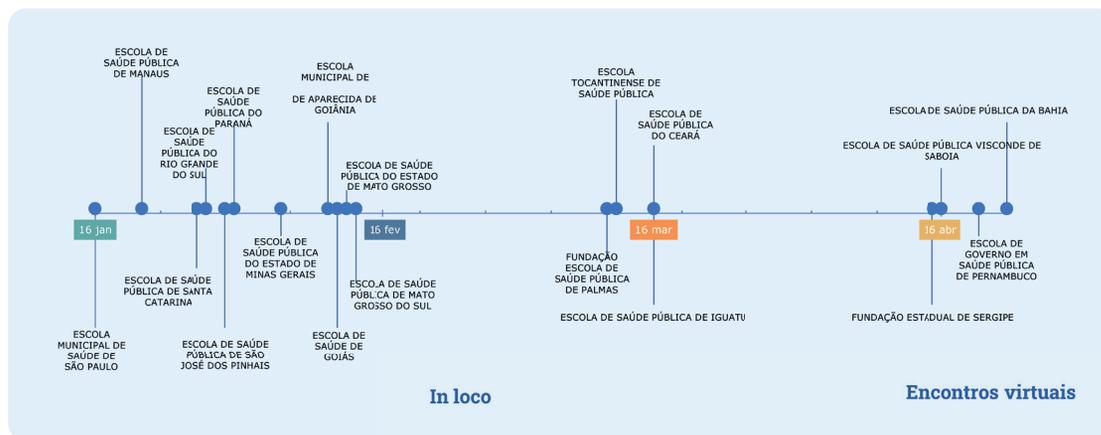
Fonte: Elaboração própria.

Para a realização das visitas técnicas, uma agenda foi previamente pactuada com os dirigentes das ESPs. Com pequenas alterações, o cronograma foi cumprido até a segunda semana de março de 2020, quando o governo brasileiro decretou as primeiras medidas para contenção da pandemia de covid-19⁴, incluindo o isolamento social domiciliar, com consequente interrupção das atividades que requeriam deslocamento da equipe visitante. A partir desse momento, algumas visitas foram substituídas por encontros dialogados virtuais, em plataforma de webconferência. Em que pesem algumas limitações inerentes à estratégia

⁴ O primeiro caso de covid-19 no Brasil foi confirmado no dia 25 de fevereiro, mas foi apenas na segunda semana de março que o MS publicou as primeiras medidas para tentar frear a propagação da doença.

escolhida, acredita-se que os encontros virtuais alcançaram satisfatoriamente os objetivos propostos para a atividade.

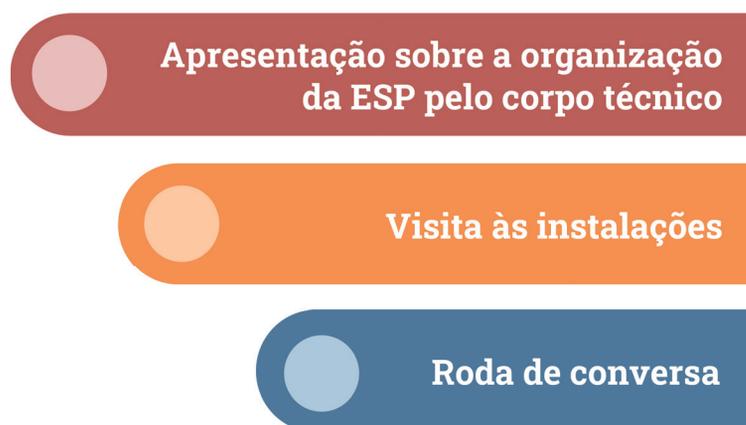
Figura 13 – Cronograma de realização das visitas técnicas e dos encontros virtuais com as Escolas de Saúde Pública



Fonte: Elaboração própria.

As visitas técnicas foram orientadas considerando-se os seguintes momentos: apresentação sobre a organização, sobre o funcionamento e sobre as atividades das ESPs por seu corpo técnico; visita às instalações; e roda de conversa com o corpo social sobre as fortalezas, os desafios e as expectativas de apoio institucional. Cumpre esclarecer que cada ESP organizou a visita conforme julgou melhor. Assim, esses momentos não se deram necessariamente nesta ordem.

Figura 14 – Momentos das visitas técnicas às Escolas de Saúde Pública



Fonte: Elaboração própria.

As visitas não objetivaram estabelecer comparações, mas, sim, organizar um conjunto de elementos julgados como imprescindíveis pelas ESPs para que possam desenvolver e aprimorar a sua atuação, contribuindo para o fortalecimento do SUS. Nesse sentido, a equipe visitante não se preocupou com uma organização rígida e predeterminada dos encontros. Ao contrário, buscou promover uma roda de conversa, com a liberdade de expressão dos profissionais das ESPs, cujas participações foram definidas entre eles.

Sistematizar, consolidar e apresentar todas as informações coletadas durante as visitas constituiu-se um desafio. Aqui, sem pretensão quantitativa ou identificatória, optou-se por agrupar os elementos similares, em especial aqueles emergidos durante as rodas de conversa, nas quais foram discutidos aspectos relativos ao funcionamento, à dinâmica, à composição, à estrutura, às atividades desenvolvidas pelas ESPs, bem como as suas principais fortalezas e fragilidades.

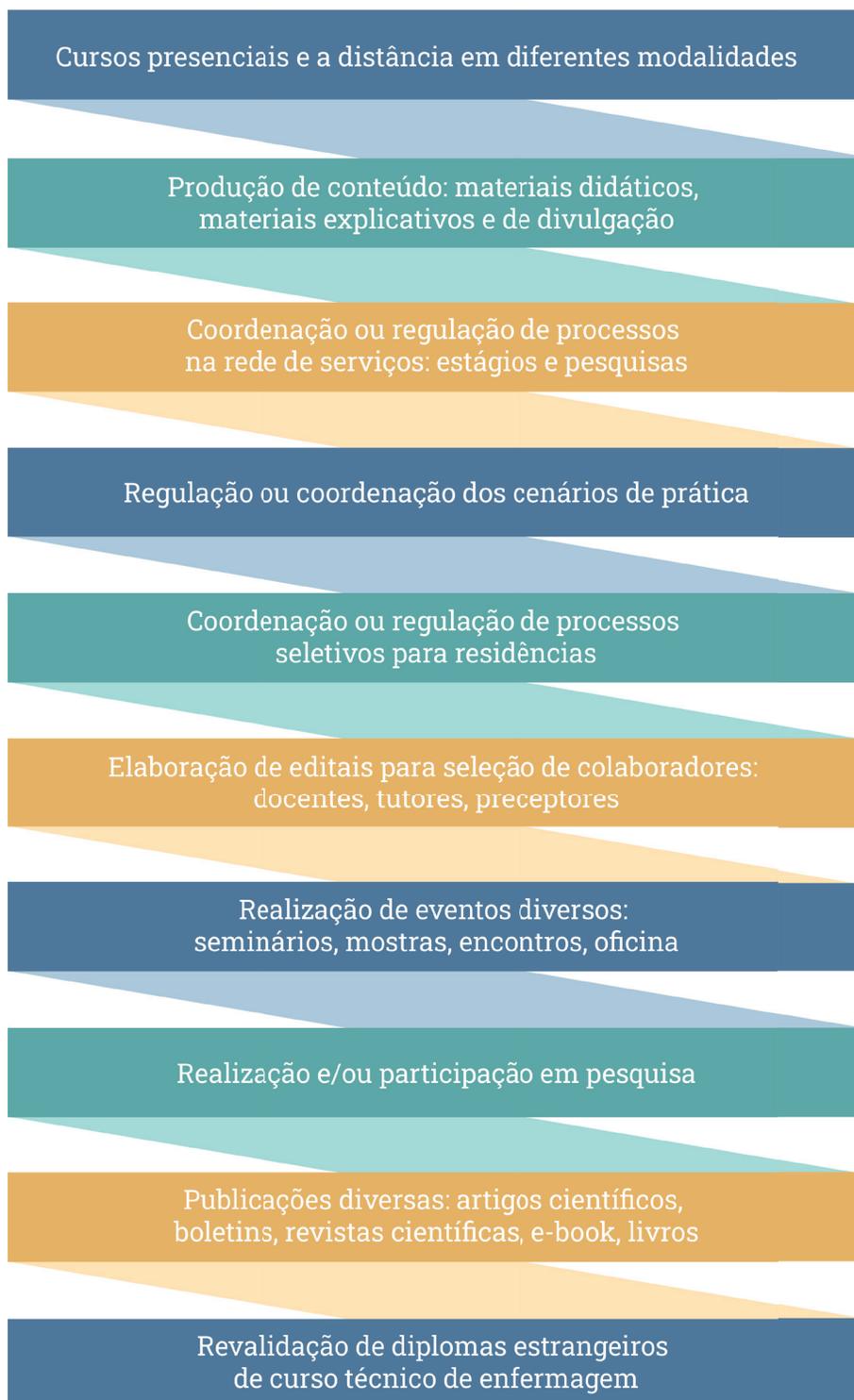
Desafios e fortalezas

As ESPs integrantes do projeto, sejam elas de âmbito estadual ou municipal, compõem um conjunto diversificado de instituições distribuídas desigualmente em todo o território nacional. Essa constatação deu-se na fase diagnóstica inicial e foi reafirmada a partir das visitas, quando se observou não apenas a heterogeneidade, a amplitude e o alcance dessas instituições, mas também as diferenças no que concerne às ações desenvolvidas, à infraestrutura e à composição da equipe.

Pontos em comum também se destacaram, entre eles, o compromisso dos profissionais com o SUS e com a PNEPS; o compromisso e a relação de afeto da equipe para com as ESPs e a defesa de sua manutenção; a visão das ESPs como um espaço político importante; a dedicação com o que se faz e a certeza de sua importância.

Nesse conjunto de instituições, consideradas as limitações e especificidades de cada uma, constatou-se um leque amplo e variado de ações realizadas:

Figura 15 – Síntese do conjunto de atividades desempenhadas pelas Escolas de Saúde Pública



Fonte: Elaboração própria.

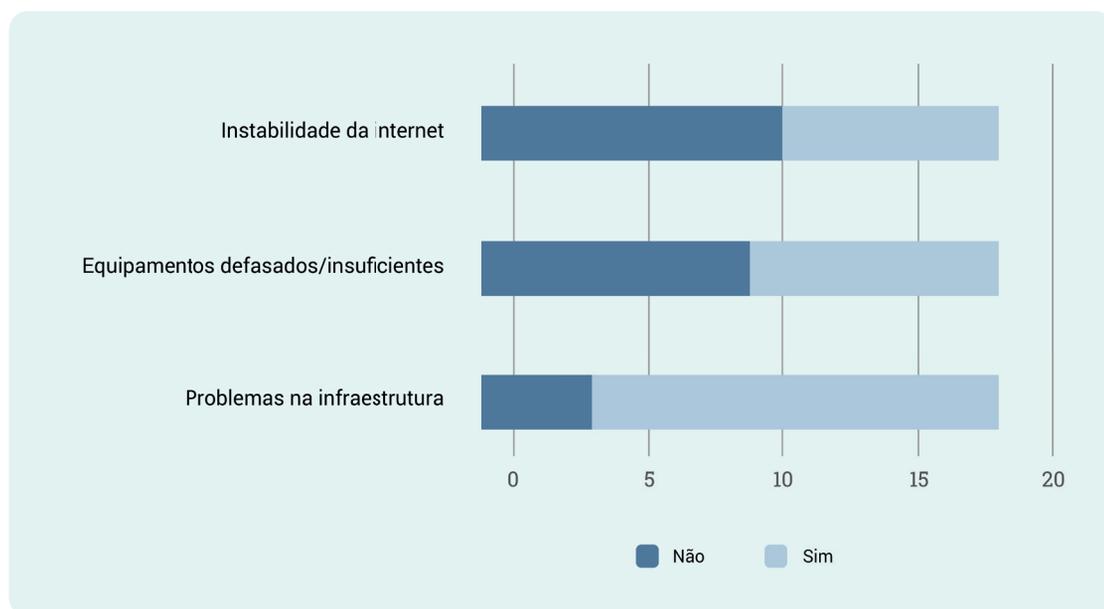
✦ Estrutura física e equipamentos

Em que pese o fato de a maioria das ESPs possuir sede própria, essa situação foi considerada, por muitas delas, como sendo uma fortaleza, por conferir estabilidade de funcionamento, e uma fragilidade, pelo fato de a sede apresentar deficiências estruturais que dificultam o pleno desenvolvimento das atividades da instituição.

Sete escolas funcionam em uma estrutura alugada, o que foi apontado como uma fragilidade, já que a maioria desses locais apresenta limitações de uso, quer seja pelo compartilhamento com outras instituições, quer seja pela área física insuficiente ou em más condições. À época da visita, uma das escolas estava em vias de mudança. A despeito de estar em um espaço alugado, a mudança para outro espaço levantou o receio de se perder uma estrutura já estabelecida e organizada para as funções da ESPs.

As limitações estruturais, apontadas pelo corpo técnico, são de diferentes naturezas: problemas de infraestrutura, que imprimem investimentos em reformas ou mudança de local; insuficiência ou defasagem de equipamentos, como computadores e aparelhos de audiovisual, e de insumos didáticos, em especial acervo bibliográfico; e instabilidade da rede de internet.

Figura 16 – Distribuição das Escolas de Saúde Pública segundo condições de infraestrutura



Fonte: Elaboração própria.

A existência, ou não, de biblioteca foi outro ponto abordado nas visitas. Ainda que quase todas as escolas possuam biblioteca, esta variou em tamanho, estrutura, atualidade do acervo e acesso a bases de dados científicas. Variou também o fato de o espaço contar, ou não, com o profissional bibliotecário, presente em metade das instituições. No que se refere ao acervo, esse foi classificado de diferentes formas – antigo, defasado, mínimo necessário, misto (atual e desatualizado) e doado. As limitações do acervo foram relatadas mesmo naquelas instituições que possuem bibliotecário, de modo que, para poucas, o acervo é considerado atualizado e bem direcionado às suas necessidades.

A maioria das ESPs tem acesso apenas às bases científicas livres e de conteúdo gratuito – Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Rede de Bibliotecas e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde (Rede BiblioSUS) –, e é pontuado como fragilidade o não acesso livre ao Portal de Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Destaca-se que uma das escolas relatou sediar a primeira BVS de âmbito municipal.

Outro ponto levantado e que se constitui como uma fragilidade para boa parte das escolas é a existência, ou não, de veículo próprio, encontrando-se as seguintes situações: veículo próprio; veículo alugado; ausência de veículo.

O fato de a escola possuir veículo não significa necessariamente ausência de dificuldades. Nesse grupo, há instituições que consideram o número de veículos insuficiente para dar conta das demandas, os veículos muito antigos ou com problemas que os impedem de circular (e não há recursos disponíveis para compra de novos) ou ainda escolas que possuem mais de um veículo e em boas condições, porém não possuem motoristas em número suficiente para operá-los. Em alguns casos, os veículos utilizados pelas ESPs pertencem e servem a toda a Secretaria de Saúde ou mesmo à prefeitura, havendo, então, a necessidade de agendamento para uso com o sistema do órgão.

Esse fato reveste-se de importância no desenvolvimento das atividades das escolas, uma vez que a maioria delas realiza ações descentralizadas no território e/ou no estado, alcançando diversos municípios e tendo, para isso, que percorrer longas distâncias. A presença de veículos próprios, em boas condições e com motoristas suficientes, certamente confere maior liberdade e autonomia ao cronograma de atividades de cada escola.

✦ **Corpo profissional**

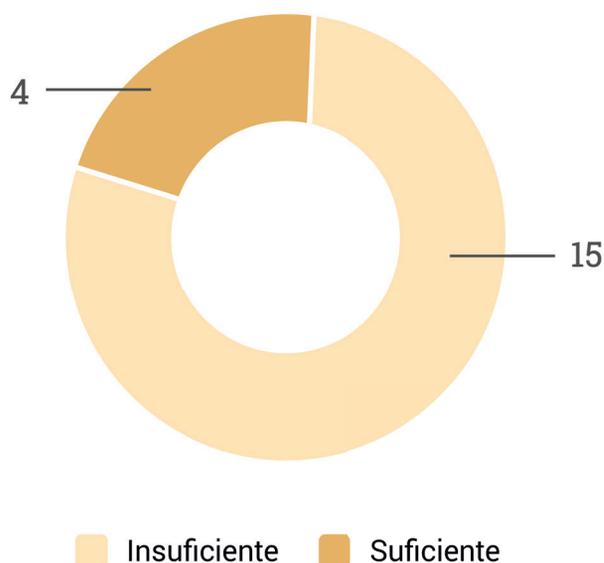
A equipe foi avaliada como um ponto forte em todas as escolas visitadas, tendo sido ressaltados o compromisso e a dedicação com o trabalho realizado. São consideradas integradas, comprometidas e proativas. Em sua maioria, as equipes são multiprofissionais, compostas majoritariamente por servidores experientes e qualificados (doutores, mestres ou especialistas).

A dessemelhança reside, sobretudo, no tamanho: foram identificadas desde equipes diminutas, com quatro ou cinco integrantes, até equipes mais robustas, com mais de 150 (cento e cinquenta) integrantes.

Contudo, a equipe também se apresenta como uma fragilidade, em alguns casos. O motivo de tal classificação reside nos seguintes fatos:

- Insuficiência numérica para o desenvolvimento das ações atinentes à escola e para o atendimento às demandas de formação, o que requer rotineiramente o estabelecimento de parcerias com profissionais inseridos em diferentes unidades do sistema para o desenvolvimento das atividades;

Figura 17 – Distribuição de Escolas de Saúde Pública segundo suficiência, ou não, de profissionais para o atendimento de todas as demandas



Fonte: Elaboração própria.

- Vários servidores em condição de aposentadoria, sem perspectiva de reposição;
- Ausência de quadro próprio de servidores e/ou docentes;
- Equipe composta por servidores da Secretaria Estadual ou Municipal de Saúde à disposição ou cedidos por outros órgãos da gestão.

A ausência e/ou exiguidade de pessoal de tecnologia da informação (TI) também foi apontada como uma fragilidade pela maioria das escolas visitadas. Poucas possuem esses profissionais lotados na escola e/ou em número suficiente para o desenvolvimento das ações preconizadas. Tal situação dificulta, entre outras questões, a manutenção de equipamentos, a criação de sistemas necessários à gestão e ao acompanhamento das atividades, bem como limita ou impossibilita a oferta de EaD.

✦ Seleção e remuneração de colaboradores

Como se disse anteriormente, em sua maioria, as equipes das escolas são multiprofissionais e qualificadas, mas, ao mesmo tempo, insuficientes para o desenvolvimento de todas as atividades previstas ou para o atendimento a todas as demandas. Então, faz-se necessário o estabelecimento de parcerias com trabalhadores do serviço de saúde e de outras instituições para atuarem como docentes, preceptores ou tutores.

Várias ESPs selecionam os seus colaboradores a partir de edital. Em dois casos, quando todos os inscritos cumprem os requisitos de formação e experiência previstos em edital, a escolha dá-se por meio de sorteio, cujo resultado nem sempre é satisfatório, já que pode ser sorteado um profissional que não atenda efetivamente às necessidades do processo formativo em questão, pois não há uma avaliação prévia das habilidades.

Em uma das escolas, está em negociação uma proposta de fazer-se a seleção por meio de pontuação, o que conferirá maior direcionalidade ao processo. Uma ainda não possui critérios de seleção definidos e outras quatro não fazem seleção de colaboradores. Nestas, os docentes são majoritariamente servidores da própria escola e da Secretaria de Saúde, convidados para tal.

Quanto às possibilidades de remuneração aos colaboradores, isto é, àqueles convidados ou contratados para atuar como docentes, preceptores ou facilitadores de processos de formação, como boa parte das instituições não possui dotação orçamentária própria nem autonomia administrativa e financeira, constatou-se um cenário de dificuldades e até mesmo de impossibilidade de se realizar qualquer pagamento.

No que se refere à remuneração de profissionais internos (servidores) para atuação como docentes/preceptores, identificaram-se algumas possibilidades, em especial aquelas relativas ao pagamento de hora-aula. Essa prática é viabilizada por meio de alguns instrumentos, como leis, resoluções e portarias.

A possibilidade do pagamento não elimina a existência de limites e de dificuldades, com a ausência de regulamentação ou espera pela publicação das regras de remuneração; valores defasados ou fixos de bolsas; pagamento dirigido apenas a alguns grupos; regras limitantes ao exercício da preceptoría; ausência de instrumentos oficiais e de critérios claros que determinem as questões relativas aos preceptores, o número e o pagamento de bolsas; rodízio do pagamento de bolsas de preceptoría; e permissão aos servidores para atuarem apenas fora do horário de trabalho ou, em alguns casos, permissão para atuarem no horário de trabalho, porém com necessidade de compensação das horas não trabalhadas.

Outras situações relativas aos servidores também foram identificadas:

- Possibilidade de remuneração, gratificação ou complementação salarial para preceptores de programas de residência;
- Existência de horário diferenciado de funcionamento da escola, estabelecido em decreto governamental, permitindo que os servidores possam atuar como docentes e receber por isso, desde que compensem a carga horária;
- Pagamento de hora-aula para servidores públicos regulamentado pela Secretaria de Saúde;
- Contratação de empresa terceirizada para viabilização do pagamento de hora-aula.

Uma das escolas relatou a possibilidade de pagamento de hora-aula para profissionais internos e externos, sendo os valores estabelecidos em edital de seleção específico para cada oferta educacional. Outra relatou a existência de uma minuta de lei para pagamento de hora-aula, tanto para servidores como para profissionais externos, porém ainda aguardava sua publicação.

No que tange ao pagamento de profissionais externos, também foram encontradas diferentes situações, sendo que, aqui, os impedimentos também se apresentaram.

No grupo positivo, isto é, daqueles que podem pagar, foi referida a existência de portaria para pagamento de hora-aula, instrução normativa possibilitando o pagamento de bolsa para docentes de outra instituição e a regulamentação do pagamento de bolsas para tutores/preceptores e docentes das universidades.

No grupo negativo, verificou-se ausência de estratégias ou regulamentação para pagamento de preceptores, tutores, supervisores e/ou apoiadores pedagógicos e a existência de entraves burocráticos que dificultam tentativas de implementação de mecanismos de pagamento; impossibilidade de remunerar aulas no formato EaD e orientações de trabalhos finais de curso; e não regulamentação da prática de tutoria no local.

Ainda sobre isso, também foi relatado que há diferenças quanto a possibilidades de pagamento de preceptores por instituições de ensino públicas e privadas, pois, em alguns casos, há permissividade para as privadas pagarem profissionais de saúde da rede para atuarem como preceptores, ao passo que as públicas não podem fazê-lo.

✦ Sistema de Gestão Acadêmica

A maioria das escolas visitadas não possui SGA, quesito apontado como uma fragilidade. Nesse conjunto, os registros dos processos ainda são realizados de forma manual e/ou em planilhas de Excel.

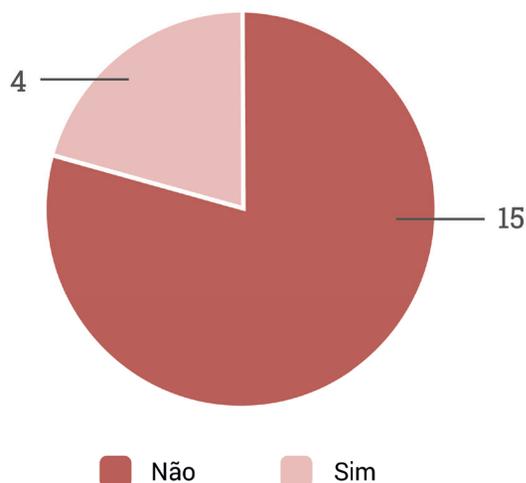
Em uma tentativa de suprir essa carência, uma das escolas relatou ter participado do projeto-piloto para implantação de um SGA nas instituições que compõem a RET-SUS, por meio de convênio entre o MS e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Contudo, o processo nessa ESP não avançou.

Por outro lado, entre as ESPs que afirmaram possuir ao menos um SGA, uma delas também participou do projeto acima mencionado e tem trabalhado em cooperação com a UFRN no processo de customização desse sistema (levantamento de requisitos), que ainda apresenta limitações e não processa todas as demandas. Essa mesma ESP, no entanto, convive atualmente com outros três sistemas, cujos processos não são integrados. Além disso, também realiza processos manuais.

Outra ESP possui um sistema de acompanhamento de cursos, que foi criado por uma empresa e customizado pela escola. Por possuir uma equipe de analistas e programadores de TI, tem desenvolvido outros sistemas de forma a atender às necessidades da gestão.

As outras duas escolas que possuem SGA classificaram-no como insuficiente, pois já não atendem a todas as necessidades de processamento das ações desenvolvidas.

Figura 18 – Distribuição de Escolas de Saúde Pública segundo existência, ou não, de sistema de gestão acadêmica



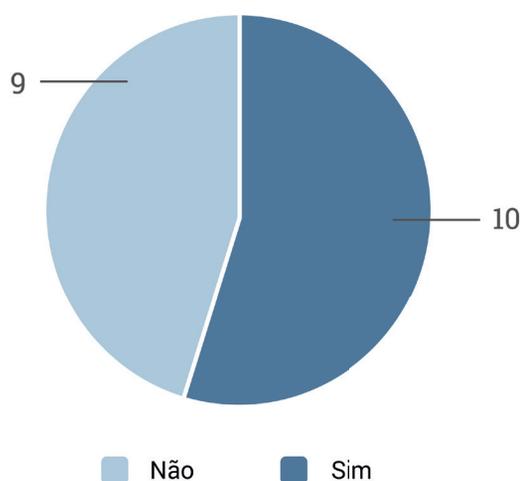
Fonte: Elaboração própria.

✦ Certificação lato sensu

Dentre as fragilidades identificadas no conjunto de escolas integrantes do projeto, a não certificação do *lato sensu* constitui-se como uma questão importante. Embora a maioria das escolas relatem oferecer essa modalidade de formação, a certificação não é realizada por boa parte delas.

Caracterizando melhor o que se entende por essa oferta, tem-se um cenário em que as escolas organizam e regulam todo o processo para a viabilização dos cursos *lato sensu* – divulgação, inscrição, conferência de documentos, seleção, aplicação de provas, elaboração de conteúdo, acompanhamento –, mas não possuem autorização do Sistema de Ensino.

Figura 19 – Distribuição de Escolas de Saúde Pública segundo autorização para certificar, ou não, cursos lato sensu



Fonte: Elaboração própria.

Mesmo entre as escolas que certificam, diferentes situações foram constatadas, como:

- Escola credenciada pelo MEC como instituição de ensino superior (IES);
- Escola reconhecida como IES, mas as especializações ofertadas são reconhecidas apenas pelo Conselho Estadual de Educação, e não pelo MEC⁵;
- Escola que certifica o *lato sensu* presencial, mas não o disponibiliza na modalidade EaD, pois não tem autorização⁶.

⁵ O credenciamento - mediante deliberação do CNE homologada pelo MEC. (Resolução CNECES nº 01, de 6 de abril de 2018).

⁶ Os cursos de especialização somente poderão ser oferecidos na modalidade a distância por instituições credenciadas para esse fim, conforme o disposto no § 1º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 1996, e o Decreto nº 9.057, de 2017. (Resolução CNECES nº 01, de 6 de abril de 2018).

Segundo os participantes, o impedimento para a certificação de cursos *lato sensu* é resultado de vários fatores:

- Dificuldade em cumprir os requisitos necessários ao processo de credenciamento estabelecidos tanto pelo Conselho Estadual de Educação quanto pelo MEC;
- Não reconhecimento/oficialização da ESP pela gestão;
- Ausência de quadro docente fixo com a qualificação necessária exigida;
- Ausência de quadro próprio de funcionários;
- Reconhecimento apenas como escola técnica.

A impossibilidade de certificação é contornada por meio do estabelecimento de parcerias com universidades públicas e privadas, federais e estaduais, as quais ficam responsáveis por esse processo.

✦ **Participação em programas de residências**

A maioria das escolas relatou participação em programas de residência médica, multiprofissional ou uniprofissional, sendo essa participação compreendida como uma fortaleza.

Ocorre aqui situação análoga à oferta e certificação das formações *lato sensu*, sendo necessário, portanto, caracterizar em que consiste essa participação, a qual se manifesta em diferentes formatos.

A participação das ESPs em programas de residência dá-se de forma direta – escola coordena o programa, propicia a tutoria e/ou certifica – ou de forma indireta – por meio de colaboração, apoio e suporte em alguns processos relativos a essa modalidade de formação.

No primeiro formato, foram identificadas escolas que possuem programas próprios de residência, algumas delas com longa tradição nessa oferta. Outro conjunto de ESPs participa das residências no segundo formato, ou seja, apoiando e/ou coordenando os processos – seleção, gestão financeira e formação de preceptores. Outros tipos de apoio estão arrolados a seguir:

- Apoio no processo de criação de programas de residência;
- Apoio no que se refere à gestão financeira das bolsas de residências;
- Apoio na utilização do espaço da escola e dos equipamentos;
- Elaboração de minuta de lei para pagamento de bolsas de residência e docentes;
- Regulação dos programas de residência de todo o estado;
- Coordenação de programas;
- Execução do programa, com autonomia para certificação;

- Execução do programa, sem autonomia para certificação (universidade certifica);
- Execução do programa em parceria com outras instituições – todas assinam o certificado;
- Estabelecimento de convênios com hospitais de outras cidades para o recebimento de residentes;
- Formação de preceptores;
- Sedia e participa de Comissões de Residência Médica e Multiprofissional (COREME/COREMU).

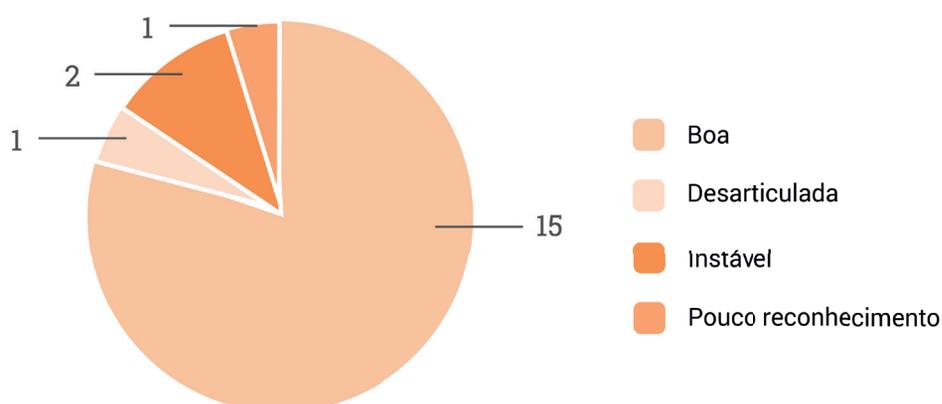
✦ Relacionamento com a gestão municipal/estadual

A partir do que foi relatado nas rodas de conversa, a relação das ESPs com a gestão estadual/municipal foi classificada como boa, desarticulada, instável ou de pouco reconhecimento.

Vários foram os elementos analisados para se chegar a essa classificação, devido, mais uma vez, à diversidade de situações encontradas e à dificuldade de dimensionar-se a amplitude dessa relação. Essa classificação não é absoluta, pois a predominância de uma situação não elimina a possibilidade da existência de outra, mesmo que em menor escala. Ela apenas retrata os elementos ressaltados por ocasião da visita.

A maioria das escolas apontou ter uma boa relação com a Secretaria de Saúde, quer seja ela estadual ou municipal, e com a gestão de uma forma geral. Essa boa relação pode ser exemplificada pelos relatos de apoios advindos desses órgãos, bem como pela participação das ESPs em diversos programas e atividades, para além da elaboração e oferta de cursos, e pela percepção por parte da gestão da contribuição da escola no cenário do SUS.

Figura 20 – Distribuição de Escolas de Saúde Pública segundo relacionamento com a gestão



Fonte: Elaboração própria.

O lugar ocupado por muitas das escolas no organograma da Secretaria de Saúde nem sempre traduz, de fato, a sua importância perante a gestão e a intensidade do papel desempenhado. Por exemplo, há ESPs ligadas diretamente ao gabinete do Secretário de Saúde que, porém, na prática, respondem a uma área técnica em específico ou não são reconhecidas/valorizadas pela gestão. De outro lado, há ESPs legalmente constituídas como unidades administrativas autônomas, mas que não têm dotação orçamentária nem autonomia administrativa e financeira. Há, ainda, escolas situadas no terceiro e quarto escalão da Secretaria de Saúde que gozam de alguma autonomia administrativa e são efetivamente apoiadas por sua gestão. Significa dizer, então, que o grau de autonomia, o reconhecimento e a boa relação com a gestão independem da posição ocupada pela ESP no organograma da estrutura de governo.

No que tange à participação das escolas em atividades diversas da gestão, também foi averiguada uma variedade importante de ações e contribuições destas. A natureza e extensão dessas ações permitem inferir a importância do papel desempenhado pelas escolas para a gestão, seja ela do município ou do estado. Algumas delas são elencadas abaixo:

- Participação na elaboração do Plano de Saúde e do Plano de EPS do município/estado;
- Organização de Conferências de Saúde;
- Participação em diversos programas do estado;
- Coordenação e assento em conselhos deliberativos;
- Consulta às ESPs para emissão de pareceres autorizativos.

Contudo, mesmo para as ESPs que têm boa relação com a gestão, os desafios/as dificuldades também se apresentam em diferentes magnitudes e intensidades, a exemplo de:

- Convênios de IES para campos de estágios elaborados diretamente com a prefeitura/procuradoria jurídica e sem contrapartida/participação da escola;
- Alta rotatividade de Secretários de Saúde, o que resulta em mudanças organizacionais constantes, bem como no reconhecimento e apoio às ESPs;
- Desarticulação das políticas de educação no estado: ESP, Educação Popular e Educação para o Controle Social.

Uma escola relatou haver desarticulação e pouca integração com alguns setores da gestão municipal, de modo que várias questões passam direto pelo gabinete do prefeito sem o seu conhecimento nem a sua participação.

Por ocasião da visita, uma das escolas estava vivendo uma situação de conflito com a gestão estadual, um momento de mobilização dos servidores, com vários setores da

administração em greve, inclusive servidores da escola. Outra havia passado, pouco tempo antes, pela tentativa de retirada de sua autonomia, de longa data, para transformá-la em um setor da Secretaria de Saúde. Assim, tem-se o reconhecimento como mais um elemento a ilustrar essa discussão. Esse pouco reconhecimento ou desconhecimento por parte da gestão acerca da definição, das finalidades, da importância, do papel e das ações desenvolvidas por sua ESP resulta em situações como as elencadas abaixo:

- Dificuldade histórica da Secretaria de Saúde na determinação do que é atribuição da ESP;
- Dificuldade de entendimento por parte dos órgãos de controle das atividades desenvolvidas pelas ESPs;
- Indefinição do papel da ESP;
- Funcionamento da ESP como um “apêndice” da gestão;
- Falta de entendimento por parte do poder municipal de que a formação/educação complementa e fortalece a assistência;
- Reconhecimento de “fato” (atua como ESP), mas não de “direito” (não é legalmente considerada ESP);
- Perda de autonomia da ESP ao longo do tempo.

É importante lembrar que a maior parte das ESPs não tem dotação orçamentária própria, sendo elas dependentes da gestão, seja ela de âmbito municipal ou estadual, o que torna ainda mais crucial um bom relacionamento entre elas.

✦ **Integração das ações na rede**

Várias escolas relataram ter boa integração de suas ações com as redes de serviços estadual, regional e municipal, em uma relação definida como orgânica com o sistema de saúde. Nesse grupo, a realização de processos descentralizados, por meio de ações e ofertas educativas, apresentou-se como uma prática corriqueira e inserida no cotidiano das escolas.

Ademais, as ESPs também acompanham *in loco* os cursos e as turmas descentralizadas; supervisionam apoiadores locais e/ou regionais; atuam de forma articulada com os núcleos regionais de saúde; realizam encontros nos territórios; pactuam a formação nas instâncias de gestão; organizam os processos de ações de educação na saúde do estado/município; e estabelecem parcerias com instituições de ensino locais.

Os processos formativos são ofertados em consonância com as necessidades e prioridades epidemiológicas de cada regional, buscando-se atender tanto às demandas locais e regionais como àquelas advindas de outros órgãos do estado, dos municípios, da própria rede

ou mesmo do MS. Há também quem trabalhe com os indicadores de formação associados ao número de intervenções realizadas no território.

Também foram pontuadas a capilaridade do trabalho com reflexos em todo o estado ou na macrorregião, a boa adesão dos trabalhadores, mesmo na impossibilidade de serem remunerados, bem como o reconhecimento por parte dos gestores (locais ou estaduais) e a importância da escola para a rede e para os profissionais. Em algumas situações, a escola é considerada como uma referência nas regionais e macrorregiões ou como referência para a operacionalização da PNEPS no estado/município.

A preocupação com a integração educação-saúde e com a elaboração de currículos dinâmicos, integrados e adequados ao contexto regional também foi relatada. Outras ações desenvolvidas pelas ESPs são o apoio institucional e pedagógico, como ação estruturante a todo o sistema, e o apoio às Unidades de Saúde da Família e de Atenção Especializada.

Contudo, a despeito dessa boa interação, alguns problemas também ocorrem, entre eles a evasão nos cursos ofertados pelas ESPs, que deriva do descumprimento das pactuações por parte de gestores quanto à garantia de liberação oportuna dos trabalhadores, ao transporte e/ou aos recursos para deslocamento e ajuda de custo para alimentação.

Nas escolas onde a interação com a rede ainda se dá de forma fragmentada, as dificuldades que se apresentam são:

- Autorizações para a realização de cursos sem a anuência do serviço;
- Dificuldade para coordenar, organizar e dimensionar todas as ações de educação permanente desenvolvidas no estado/município, uma vez que são realizadas de forma fragmentada por outras áreas técnicas ou por outro setor, das quais nem sempre a ESP participa ou toma conhecimento;
- Descontrole e a não fiscalização dos estágios na rede;
- Presença de alunos de cursos não conveniados com a ESP na rede, porém sem contrapartida e sem a participação da escola no processo de regulação.

A integração é inexistente para uma das escolas, tendo sido relatado que grande parte dos serviços de saúde não tomam os princípios da PNEPS como referência para o desenvolvimento das ações de formação. Nesse sentido, há desarticulação entre as ações da ESP, que se norteia pela educação permanente, e as outras áreas técnicas, que reproduzem métodos de ensino desvencilhados das necessidades do serviço.

✦ Relacionamento com as instituições de ensino

Constatou-se que a maioria das escolas possui uma boa relação com as instituições de ensino, as quais podem ser tanto de natureza pública como privada.

Como se viu anteriormente, algumas escolas, a despeito de realizarem todo o processo relativo aos cursos *lato sensu* e às residências, ainda não estão habilitadas para a certificação de ofertas, o que leva à necessidade do estabelecimento de parcerias com universidades.

Outro ponto importante dessa relação refere-se aos cenários de prática e estágios a serem desenvolvidos na rede, relativos aos diferentes níveis dos processos formativos, sejam eles cursos técnicos, graduações, pós-graduações ou residências, cuja regulação e/ou coordenação estão, em grande parte dos locais, a cargo das ESPs. Algumas das ações realizadas por elas, nesse sentido, são:

- Acompanhamento pedagógico do processo formativo de estudantes e do programa de estágios;
- Acompanhamento dos estágios nas unidades de saúde;
- Organização e dimensionamento dos estágios na rede;
- Estabelecimento dos fluxos e de contrapartidas para as instituições privadas;
- Elaboração de instrumentos de avaliação dos estágios;
- Distribuição dos alunos na rede conforme a capacidade instalada;
- Regulação dos cenários de práticas do sistema de saúde do município/estado;
- Credenciamento das instituições de ensino;
- Elaboração de portaria para ordenar a distribuição dos estágios e de um sistema eletrônico de solicitação de vagas pelas universidades.

Assim, o estabelecimento de parcerias associado a uma boa relação com as instituições de ensino torna-se importante e necessário para ambos os lados. Essa relação tem se dado mediante o estabelecimento de Contratos Organizativos de Ação Pública de Ensino-Saúde (COAPES); convênios; acordos de cooperação técnica; termos de compromisso; termos de ajuste; portaria; instrução normativa dispendo sobre as normas e os fluxos dos estágios na rede; entre outros mecanismos.

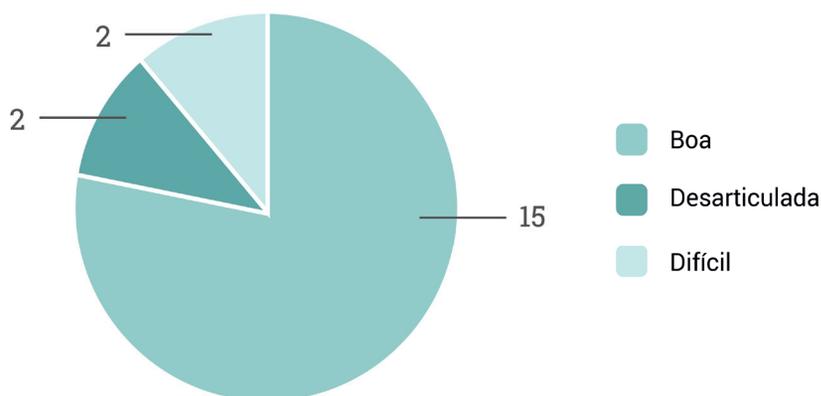
Mesmo nesse cenário, algumas fragilidades subsistem, como o número expressivo de instituições de ensino conveniadas para utilização dos cenários como campo de estágio e, conseqüentemente, a entrada de grande número de alunos na rede de saúde, sem parâmetros de alocação definidos; e os diferentes entendimentos de EPS por parte das instituições de ensino.

Dois escolas classificaram essa relação como difícil e uma outra como desarticulada. Entre as primeiras, as dificuldades de interação relatadas foram, em sua maioria, com as instituições de ensino privadas. Entre as razões apontadas, estava o grande número de alunos por preceptor e as diferentes metodologias de ensino utilizadas. No segundo caso, relatou-se a ausência de fiscalização e o descontrole dos cenários utilizados como campos de estágio.

O estabelecimento de contrapartida pelas instituições privadas foi pontuado por três das escolas visitadas, sendo que, à época da visita, uma delas estava em negociação com as instituições de ensino para a definição de contrapartida por hora de estágio.

Por fim, uma das escolas informou não regular os estágios na rede. Informou também a presença de diversas universidades públicas e privadas no município que oferecem cursos técnicos e graduações na área da saúde, sendo os estágios regulados pelas próprias universidades. Contudo, a mesma escola informa ter boa relação e estabelecer parcerias com a universidade federal.

Figura 21 – Distribuição de Escolas de Saúde Pública segundo relacionamento com as instituições de ensino



Fonte: Elaboração própria.

✦ Participação em instâncias colegiadas de gestão

A maior parte das escolas relatou participar da CIES e/ou ter assento nesta. Nesse conjunto, a CIES está implantada e operante e muitas vezes ocupa um espaço na própria escola, seja por ela sediar sua secretaria executiva, seja por disponibilizar o espaço para as reuniões.

Diferentes situações relativas ao funcionamento das CIES foram identificadas, quais sejam: CIES com funcionamento irregular; existência de CIES, mas inoperante; CIES não

implantada; e CIES em processo de reativação. Em relação à última situação, destaque-se a liderança da ESP nesse processo.

Para além da CIES, a maioria das escolas informou ter assento ou participar de outras instâncias de gestão, sejam elas de âmbito municipal, estadual ou federal. Abaixo, estão algumas das instâncias de gestão elencadas:

- CONASS;
- CONASEMS;
- RedEscola;
- RET-SUS;
- Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (RENASF);
- Gerências Regionais de Saúde;
- Conselhos Municipais/Estaduais de Saúde;
- Comissão Intergestores Regional (CIR);
- COREMU.

✦ **Participação em pesquisa**

A participação em pesquisa ainda se constitui como um desafio para boa parte das escolas, não obstante muitas delas possuam estruturas para análise e regulação de projetos de pesquisa, como Comitê de Ética em Pesquisa e Núcleo ou Comissões de Pesquisa. Além disso, algumas fazem a regulação de todas as pesquisas desenvolvidas nos cenários de saúde do estado ou município e outras emitem pareceres autorizativos.

Duas escolas destacam-se nesse conjunto por apresentarem uma participação consolidada, estruturada e autônoma no que se refere à pesquisa. A primeira escola possui, em sua estrutura, um Centro de Investigação Científica para a elaboração e disseminação da produção científica. Acoplado a ele, está o Observatório de EPS, que tem a finalidade de desenvolver projetos e pesquisas (várias em andamento à época da visita). A segunda escola relatou o desenvolvimento de pesquisas financiadas tanto por agências de fomento como pela própria instituição, além da realização de pesquisas em parceria com outras instituições. Também nessa escola, várias pesquisas estavam em andamento no momento da visita.

Há, ainda, aquelas que participam de pesquisas apenas em parceria com universidades e outras que disseram desenvolver estudos, porém pontualmente ou sob demanda. Uma escola, que classificou como fraca sua atuação em pesquisa, direciona os trabalhos finais dos

cursos de especialização para projetos de intervenção, no intuito de potencializar e fortalecer os estudos que tenham impacto na rede.

Destaca-se que uma das escolas disse militar muito pouco no campo da pesquisa. Contudo, reafirmou a importância de as ESPs desenvolverem seus próprios estudos e não serem apenas “campos” de pesquisa. Ressaltou-se o fato de a estrutura da escola, muitas vezes, ser utilizada pelos pesquisadores sem, contudo, apresentarem retorno dos estudos para os trabalhadores e para a comunidade. Reconhecendo a necessidade de se pesquisar, a escola acredita que a pesquisa pode dar uma visão de futuro e contribuir para a união dos que nela trabalham.

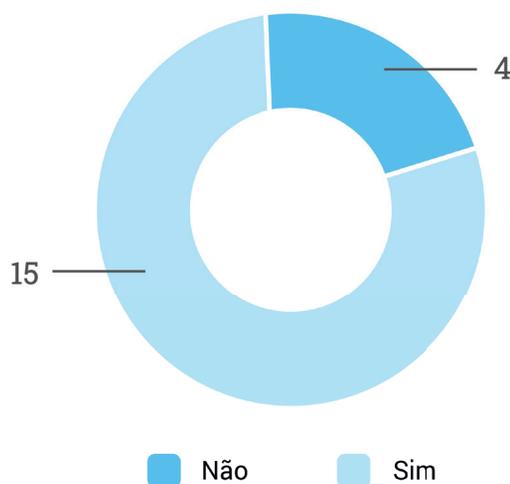
Ainda no tocante ao retorno para o serviço, uma das escolas estabeleceu o *feedback* como contrapartida obrigatória para a realização da pesquisa e, para isso, criou um termo de compromisso para ser assinado pelo pesquisador. A devolutiva é feita em uma mostra científica de trabalhos e confere certificado aos participantes.

Por fim, no momento da visita, uma das escolas estava em processo de construção de um núcleo de pesquisa para acompanhamento e registro das pesquisas. Além disso, no intuito de apoiar os pesquisadores, estava prevista a oferta de minicursos autoinstrucionais na área de metodologia de pesquisa.

✦ **Produção científica, técnica, didática e bibliográfica**

A maioria das escolas demonstrou pujança e diversidade quanto à produção científica, técnica, didática e bibliográfica. Foram identificados diferentes tipos e portes de produção, com objetos e diretrizes diversas, tais como: revistas científicas; artigos; livros; coletâneas; e-books; relatórios técnicos; boletins; cartilhas; produção de conteúdo para cursos; elaboração de material didático; protocolos; portfólios; e materiais de divulgação e de educação em saúde.

Figura 22 – Distribuição de Escolas de Saúde Pública segundo produção, ou não, de materiais de cunho científico ou didático



Fonte: Elaboração própria.

Seis revistas científicas foram citadas, em graus variados de classificação (Qualis Capes), periodicidade e reconhecimento, por outras áreas. Ressalta-se a preocupação e a busca constante por uma melhor qualificação e visibilidade das revistas. São elas:

- Cadernos ESP;
- Gerais: Revista de Saúde Pública do SUS/MG;
- Revista de Saúde Pública de Santa Catarina;
- SANARE – Revista de Políticas Públicas;
- Revista de Saúde Pública do Mato Grosso do Sul;
- Revista de Saúde Pública do Paraná.

Uma importante produção das escolas, a qual está diretamente relacionada com a prática desenvolvida, são as publicações dos trabalhos finais e/ou monografias dos cursos de especialização e das residências. Essas publicações em formato de coletânea ou livro, físico ou digital, reúnem os trabalhos desenvolvidos na rede, em geral orientados para projetos de intervenção. Foram ainda relatadas publicações de livro com as ações da Política de Educação Permanente no estado e dos melhores trabalhos de pesquisa desenvolvidos na rede de serviços.

Em algumas escolas, a participação dos servidores em congressos e seminários potencializa a divulgação dos trabalhos realizados. Outra estratégia de divulgação utilizada é a realização de mostras em que são apresentados os trabalhos e as pesquisas desenvolvidos no SUS.

Uma das escolas informou possuir editora, e outra estava em processo de criação de uma. Também foi referida a publicação de experiências da ESP e/ou rede de saúde, algumas tendo sido agraciadas por edições do Prêmio InovaSUS.

✦ Plataforma Moodle

A maioria das escolas já incorporou a EaD em seu rol de atividades, o que levou à necessidade de se trabalhar com novas tecnologias e ferramentas. Dentre elas, a Plataforma Moodle é a mais utilizada pelo conjunto das ESPs. Uma delas utiliza o Moodle apenas como suporte, pois possui plataforma própria de EaD; outra o utiliza como repositório, isto é, armazena documentos, mas não disponibiliza cursos, e outra estava em processo de elaboração e desenvolvimento de ferramentas para a plataforma.

Duas escolas não usam essa plataforma, seja por falta de equipe e/ou falta de equipamentos, e outra utiliza o Ambiente Virtual de Aprendizado do SUS (AVASUS) em ambiente específico.

✦ Outros destaques

Aqui se procurou destacar algumas especificidades e iniciativas estabelecidas pelas escolas com objetivos diversos: melhorar a gestão; facilitar processos; auxiliar egressos em sua inserção no mercado de trabalho; dar respostas rápidas a situações inesperadas (pandemia de covid-19, por exemplo), entre outros. São elas:

- Criação de um núcleo de voluntariado no sentido de propiciar oportunidade para que os egressos dos cursos, mas também pessoas da comunidade, adquiram experiência prática e, assim, aumentem sua chance de colocação profissional;
- Elaboração própria dos formulários necessários às atividades da escola – manual de orientações para alunos, protocolos e manuais de processos;
- Construção de uma rede de educação em saúde;
- Participação no processo de acreditação pedagógica das ESPs;
- Implantação de sistema de gestão de qualidade;
- Apoio à criação de novas ESPs em municípios com rede estruturada;
- Elaboração de Plano de Trabalho Individual (PTI) para alunos bolsistas;
- Processos seletivos *on-line*;
- Utilização do FormSUS para todas as submissões de projetos, processos seletivos e propostas de pesquisa;

- Sistema de processo seletivo com utilização de plataforma ampla que permite o compartilhamento de informações entre vários sistemas;
- *Software* de gestão da EPS – SIGES;
- Sistema de informação próprio, criado pela escola;
- Processos seletivos totalmente informatizados;
- Organização de processos formativos e informativos sobre a pandemia de covid-19;
- Criação de estratégias de escuta e mobilização em virtude da pandemia;
- Projetos conectados com a saúde – realização de *lives* diárias com estratégias de enfrentamento à pandemia;
- Criação de Grupo de Arte e Educação Popular.

Expectativas de apoio institucional

Em todas as visitas, as escolas expuseram suas expectativas de apoio institucional. Estas foram bastante diversificadas e abrangeram questões amplas e questões específicas e inerentes à realidade de cada ESP. Contudo, várias demandas similares foram apresentadas, conferindo certa unicidade a esse heterogêneo grupo de instituições.

Como se viu anteriormente, em que pesem as já apontadas diferenças entre as escolas, estas apresentam características, fragilidades, fortalezas e necessidades comuns. Assim, as demandas de apoio pelas escolas, de maneira geral, assemelham-se e refletem as fragilidades e os desafios pontuados, sendo elas de ordem acadêmica, técnica, mas também de ordem estrutural e financeira.

As solicitações de apoio foram agrupadas em quatro eixos temáticos:

- ✦ **Articulação interinstitucional:** abarca as demandas de apoio para o reconhecimento social das ESPs e relacional com outras instituições;
- ✦ **Jurídico e documental:** inclui as demandas de apoio de caráter jurídico e de desenvolvimento e revisão de documentos jurídicos e pedagógicos;
- ✦ **Gestão do ensino:** agrega os apoios relativos aos processos de gestão acadêmica, à qualificação profissional e ao monitoramento e à avaliação das ações desenvolvidas;
- ✦ **Pesquisa:** agrupa as necessidades de apoio para o incentivo, desenvolvimento e fortalecimento de projetos de pesquisa;
- ✦ **Financiamento:** agrupa as demandas de apoio de ordem financeira.

Articulação interinstitucional

Esta dimensão agrega as expectativas de apoio para o reconhecimento social das ESPs e relacional com outras instituições. Considerando-se a diversidade das propostas dessa dimensão, ela foi categorizada.

→ Reconhecimento social

A sistematização das visitas técnicas apresentada anteriormente evidenciou alguns elementos que permitem inferir sobre o ainda pouco reconhecimento ou desconhecimento por parte da gestão acerca da definição, das finalidades, da importância, do papel e das ações desenvolvidas pelas ESPs. Associa-se a isso a inexistência de conceito, de padrões de dimensionamento e de um escopo mínimo de requisitos que estabeleçam os elementos constituintes de uma ESP.

Nesse contexto, as ESPs apontaram como uma demanda importante o seu reconhecimento enquanto instituição formadora de trabalhadores do SUS, o qual pode ser facilitado e promovido por meio de ações de apoio institucional visando a superar a necessidade de estarem sempre se justificando para os gestores sobre a sua importância e o seu papel. A principal ação proposta nesse sentido foi a de aprofundamento da relação do MS com as ESPs, com contatos mais constantes, promovendo o seu reconhecimento social.

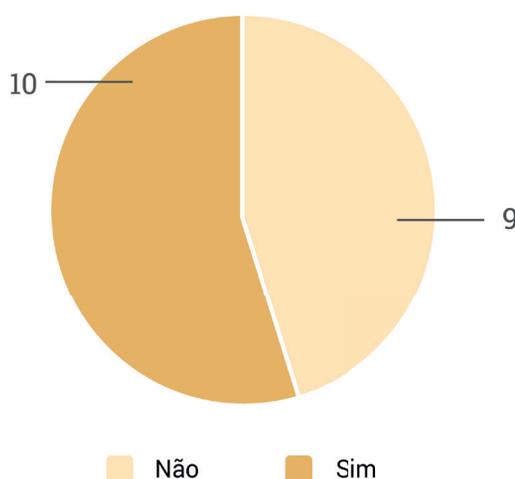
Também foram elencadas como propostas de apoio o debate sobre a importância da constituição de um corpo técnico específico das escolas; a discussão do papel das escolas no eixo extensão; e a necessidade de se definir um escopo/padrão mínimo para constituição de ESP, incluindo orientações gerais ou diretrizes acerca do dimensionamento de pessoal necessário, ou seja, o quantitativo mínimo de servidores que seria necessário para o funcionamento de uma ESP. Mais ainda, pediu-se o estabelecimento de cotas para os egressos das ESPs nos processos seletivos públicos, como forma de ratificar a importância e excelência das ESPs.

→ Credenciamento com o MEC

Uma questão importante para as escolas refere-se ao credenciamento para a titulação dos cursos por elas elaborados e geridos. Como se disse anteriormente, boa parte das escolas oferta cursos de diferentes modalidades, ficando a seu encargo todo o processo para a sua execução, mas não possui autonomia para certificá-los.

Dadas as especificidades das ESPs, diferentes graus de apoio apresentaram-se, como a discussão acerca da possibilidade de mudança de modelo e/ou do desenho tradicional estabelecido pelo MEC para as instituições escolas, a proposição de uma estratégia que permita a incorporação de novos formatos e o estabelecimento de critérios específicos para as ESPs, para que possam certificar suas ofertas educativas.

Figura 23 – Distribuição de Escolas de Saúde Pública segundo expectativa de apoio para o credenciamento com o MEC



Fonte: Elaboração própria.

→ Relações interinstitucionais

Para além de apoio para a aproximação com o MEC, as ESPs também pontuaram que a gestão federal, estadual e municipal pode auxiliar no estreitamento do relacionamento entre elas e as instituições de ensino.

As necessidades de apoio institucional apontadas, neste sentido, passam pelo fomento à interlocução entre as instituições públicas e privadas e pelo estabelecimento de diretriz nacional ou de parâmetros claros de entrada das instituições de ensino e alunos nos serviços de saúde, como limites, possibilidades e responsabilidade institucional para com os serviços.

No que tange às ações relacionadas à integração ensino-serviço, foi requerido apoio para o desenvolvimento de um sistema de regulação de práticas e estágios na saúde e para a retomada da discussão e contratualização de COAPES.

Por fim, ainda como possibilidade de apoio às ESPs, foram mencionados o fomento a cooperações nacionais e internacionais e o fortalecimento das instâncias de articulação e pactuação no âmbito estadual.

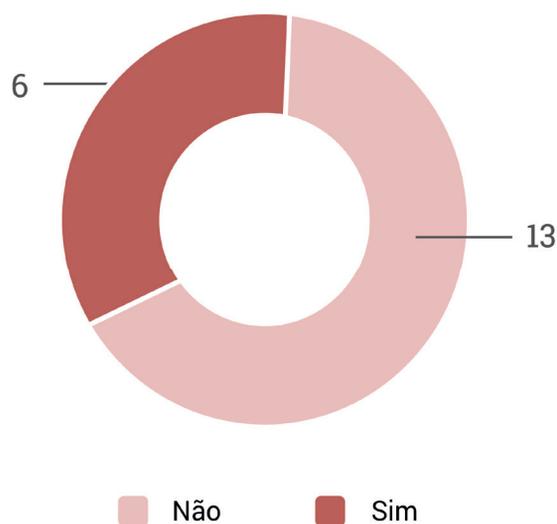
Jurídico e documental

Já foram apontadas as diferenças entre as trajetórias e os arcabouços jurídicos das ESPs integrantes deste projeto, os quais lhes conferem maior ou menor autonomia na consecução de alguns processos. Dessa forma, este quesito também se constitui como um apoio necessário para algumas delas, mesmo para aquelas que já operam há décadas.

Os apoios solicitados compreenderam questões como reformulação do arcabouço legal e normativo da escola; apoio jurídico no sentido de orientar/avançar no processo de seleção e contratação de docentes; apoio no estabelecimento de estratégias para gratificação de servidores; apoio para a construção de instrumentos legais que especifiquem as particularidades regionais/locais; apoio na elaboração e revisão dos instrumentos jurídicos e pedagógicos, como regimento, plano de desenvolvimento institucional e projeto pedagógico institucional; e apoio na organização e estruturação documental da escola.

Também foi requerida a criação de um espaço virtual de compartilhamento (repositório) de documentos para as ESPs e apoio para a elaboração, revisão e/ou disponibilização de documentos pedagógicos, a exemplo de um manual instrutivo para a elaboração de projetos pedagógicos e instrumentos e métodos para a elaboração de ofertas educativas na lógica da EPS.

Figura 24 – Distribuição de Escolas de Saúde Pública segundo expectativa de apoio jurídico



Fonte: Elaboração própria.

Gestão do ensino

Esta dimensão agrega as expectativas de apoio relativas aos processos pedagógicos e didáticos, à oferta, ao monitoramento e à avaliação de ações educacionais e gestão acadêmica. Considerando-se a diversidade das propostas desta dimensão, ela foi subcategorizada.

→ Sistema de gestão acadêmica

O desenvolvimento e a disponibilização de um SGA que atenda às necessidades dos cursos ofertados, dos mais simples aos mais complexos, foram o apoio mais solicitado pelo conjunto das ESPs, incluindo aquelas que já possuem sistema, visto que são limitados e não atendem a todas as necessidades da secretaria escolar.

Uma delas especificou mais detalhadamente as características, a magnitude e o alcance que o sistema deve ter: disponibilização de *software* de gestão que contemple toda a organização das ofertas das ESPs do País, possibilitando a gestão de cursos em todas as modalidades de ensino (cursos livres, técnicos, pós-técnicos, graduação e pós-graduação, residências médica e multiprofissional, estágios, pesquisa, biblioteca, EaD), com funcionalidades múltiplas.

Como se viu, essa ferramenta está ausente na maioria das escolas, as quais fazem seus registros de forma manual e/ou em planilhas de Excel.

→ EaD

O apoio aos processos de oferta no formato EaD foi solicitado por algumas escolas, compreendendo a ampliação da discussão sobre o EaD na saúde, incluindo como deve ser estruturado o sistema e a definição quanto à composição da equipe (gestor, conteudista, *design* instrucional, tutor, etc.); o apoio técnico às ESPs para o desenvolvimento e para a certificação de ofertas; a capacitação de profissionais que atuam nesta modalidade; e consultoria para customizar o ambiente virtual para os cursos EaD ofertados.

→ Monitoramento e avaliação

Considerando-se que as ESPs desempenham um importante papel na formação e na qualificação dos profissionais e trabalhadores da saúde, a elaboração e o desenvolvimento de instrumentos e iniciativas no que tange aos processos de monitoramento e avaliação das

ações realizadas constituem-se como uma das demandas da proposta de apoio institucional. Além disso, foram também solicitados o apoio técnico no desenvolvimento de indicadores de monitoramento e avaliação das ofertas (resultados), a construção de estratégias e metodologias de monitoramento e avaliação, o apoio no desenvolvimento de *software* para processo de monitoramento da oferta de cursos realizados fora da sede, bem como a implantação de sistema de monitoramento de egressos e a elaboração de instrumentos de avaliação de impacto territorial das ações de educação na saúde.

→ Qualificação

Várias foram as modalidades de capacitação/qualificação do corpo profissional das ESPs, para as quais se apontou a necessidade de apoio. Nesse rol de demandas, foi solicitada oferta regular de capacitação para desenvolvimento de projetos educacionais sobre metodologias de ensino, para a qualificação da gestão escolar, acadêmica, preceptoria e utilização da Plataforma Moodle, para a formação docente/pedagógica para atuar em cursos técnicos e cursos de saúde pública, para capacitação para manejo do *site* da escola, para qualificação do quadro das ESPs para a inovação e para o desenvolvimento de programas e projetos de formação em educação na saúde do SUS do estado, incluindo supervisores, coordenadores, preceptores, docentes, tutores e residentes.

Destaquem-se as demandas específicas relativas à capacitação de preceptores, as quais compreenderam desde a proposição de cursos específicos até uma política nacional para a formação de preceptores, incluindo os da residência.

→ Programas de residência

As ESPs participam direta ou indiretamente de programas de residência – médica, multiprofissional ou uniprofissional. Os apoios solicitados sobre o tema referem-se às possibilidades de expansão dessa prática, de melhoria de sua gestão em âmbito estadual e nacional e de mecanismos para sua implantação.

Constituem-se demandas os pedidos de apoio para:

- Diagnóstico, planejamento e fomento para o credenciamento de novos programas de residência;
- Constituição de um sistema de gestão específico para os residentes;

- Assessoria para o pagamento de bolsas para os residentes;
- Reativação das ações da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional;
- Implantação da política estadual de residência em saúde;
- Implantação e implementação de programas de residências;
- Elaboração de projetos e planos de programas de residência.

Pesquisa

Como se viu, a participação em pesquisa – atividade que ainda não está presente em um contingente importante delas, mas nem por isso considerada menos importante – ainda se constitui como um desafio para boa parte das escolas.

No conjunto de ESPs verificadas, há aquelas cujas atividades de pesquisa já se encontram consolidadas e outras ainda em estágio incipiente ou até mesmo inexistente.

O apoio neste quesito contemplou propostas de investimento, de fortalecimento e de estímulo à realização de pesquisas, bem como investimentos em publicações e criação de revista ou periódico, para produção e divulgação de conhecimento.

Foi solicitado, ainda, que sejam estabelecidas linhas de interesse de pesquisas a serem desenvolvidas pelas escolas, que se apoie o desenvolvimento de pesquisas qualitativas dos processos educacionais, que se apoie o acesso sistemático a bases de dados, em especial o Portal de Periódicos da CAPES, e sistemas operacionais para a produção de evidências, que se apoie a qualificação ou que se qualifique o corpo profissional das ESPs no desenvolvimento de pesquisas, que se auxilie a estruturação de núcleo de pesquisa nas ESPs e que se proponha e promova a constituição de uma biblioteca virtual para uso das ESPs.

Ademais, também foi requerido apoio no fomento a projetos focados na Saúde Coletiva e no fortalecimento da produção do conhecimento das ESPs.

Financiamento

Esta dimensão reflete as demandas de apoio financeiro, com objetivos e destinos diversificados. Entre eles, talvez o mais importante, conforme pontuado pelas ESPs, está

a reativação do repasse de recursos para a implementação, para a manutenção e para o fortalecimento da PNEPS. Ainda nesta seara, propôs-se o financiamento de ações de EPS nos territórios e para a elaboração de planos operativos da PNEPS, bem como suporte orçamentário da PNEPS para a oferta permanente de cursos ofertados pelas ESPs.

O apoio financeiro também foi solicitado no sentido de estabelecer-se uma política de financiamento regular para manutenção e sustentabilidade das ESP e para o desenvolvimento de ações de educação na saúde.

Como já visto, as ações desenvolvidas por muitas das escolas possuem uma abrangência que ultrapassa os limites geográficos de onde se localiza a sede. A necessidade de reconhecimento dessa abrangência e, conseqüentemente, do financiamento tripartite também foi levantada.

O apoio financeiro para melhorias na infraestrutura das ESPs também foi bastante enfatizado e inclui:

- Construção de uma sede própria;
- Reforma e ampliação;
- Aquisição de equipamentos e insumos materiais, inclusive para ampliação da EaD;
- Aquisição de transporte, com vistas ao desenvolvimento de ações descentralizadas;
- Estruturação de laboratório multifuncional;
- Estruturação/ativação de sala para videoconferência;
- Atualização do *site* institucional.

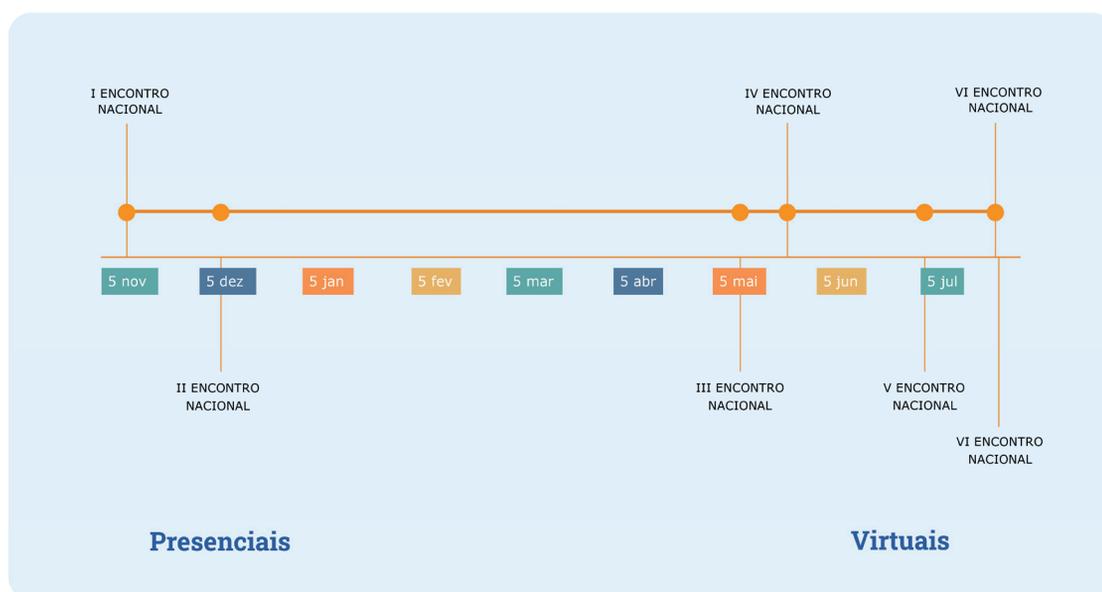
Cabe destacar que também foi mencionado o apoio para que as ESPs possam otimizar a utilização dos recursos financeiros a elas destinados.

O relatório sistematizado do conjunto de visitas técnicas foi apresentado e discutido com as ESPs, em um encontro virtual, com o objetivo de compartilhar informações sobre o conjunto das instituições, disparar a reflexão sobre os pontos comuns e as particularidades de cada uma delas e buscar fortalecer a proposta de troca de experiências.

Oficinas de trabalho e encontros virtuais

As oficinas de trabalho e os encontros virtuais foram operacionalizados pelo projeto, entre novembro de 2019 e julho de 2020, no âmbito do **Ciclo de Encontros de Apoio Institucional às Escolas de Saúde Pública**, iniciado com o objetivo de empreender discussões entre os dirigentes das ESPs acerca de temas evidenciados na fase diagnóstica que se constituem lacunas e/ou desafios para o desenvolvimento dessas instituições.

Figura 25 – Cronograma de encontros e oficinas com as Escolas de Saúde Pública



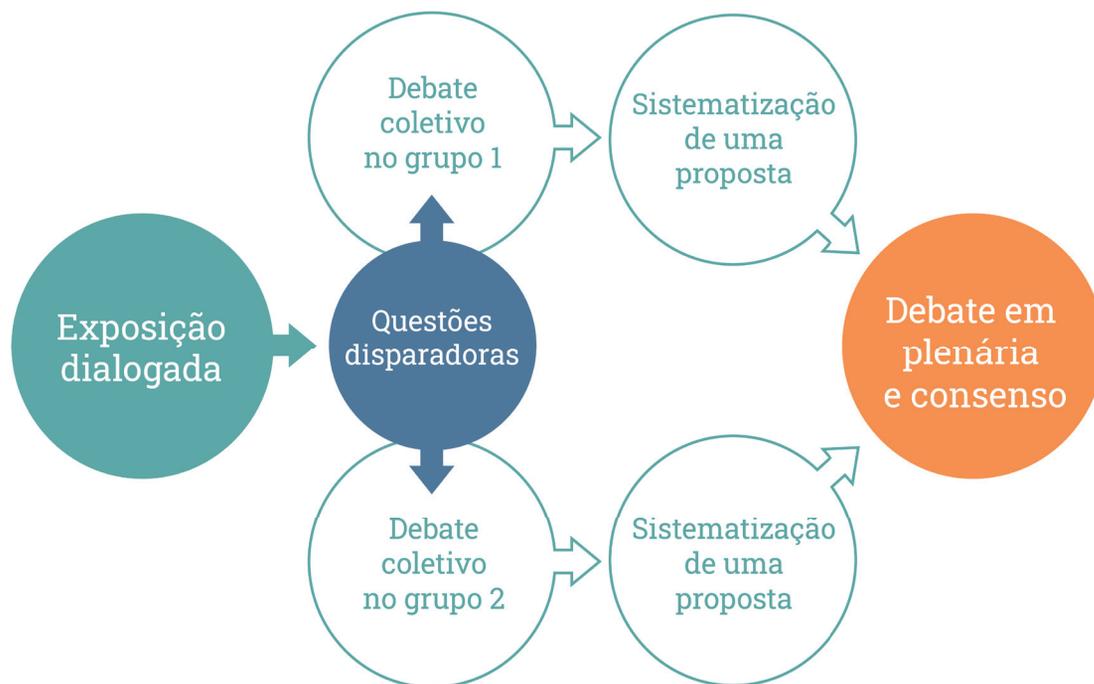
Fonte: Elaboração própria.

A previsão inicial era a realização de cinco encontros nacionais, que abrigariam duas oficinas de trabalho cada um. Contudo, o contexto pandêmico causado pela covid-19 implicou encontros operacionalizados por meio de plataforma de webconferência, alterando a dinâmica adotada nos encontros presenciais. Se, por um lado, esse fato acarretou limitação de tempo e de espaço (inviabilidade de trabalhos em grupo) como os principais fatores impactantes no formato das atividades previstas, por outro lado, a realização dos encontros virtuais ampliou o número de participantes de cada ESP nos debates dos temas eleitos como importantes.

Do ponto de vista metodológico, as oficinas ocorreram em dois momentos: em exposição dialogada e em trabalho em grupos de discussão. Os encontros virtuais, por sua vez, foram conduzidos a partir da exposição de temas por convidados, seguida por um momento de debate entre os participantes e expositores e de propostas de encaminhamentos.

Figura 26 – Dinâmica de desenvolvimento das oficinas de trabalho e dos encontros virtuais

Dinâmica das oficinas de trabalho



Dinâmica dos encontros virtuais



Fonte: Elaboração própria.

✦ Oficina de trabalho “Diagnóstico situacional das Escolas de Saúde Pública”

Objetivos: Apresentar, discutir e validar o diagnóstico situacional; refletir e discutir sobre o acesso à informação, as atividades, a organização, a missão e o público-alvo das ESPs.

Como primeira atividade da oficina, foi apresentado o diagnóstico situacional das ESPs, conformado a partir da busca por informações nos *sites* das escolas e do *survey* aplicado aos dirigentes.

A partir do diagnóstico, dois pontos principais foram ressaltados:

- a diversidade e a heterogeneidade das ESPs em relação aos seus aspectos organizacionais, gerenciais, administrativos, operacionais e de abrangência territorial e de ações;
- ESPs sem *sites*, com *sites* desatualizados ou com informações insuficientes.

Diante dessas considerações e seguindo-se o método do apoio institucional, foram operacionalizados grupos de trabalho com o objetivo de discutir pontos específicos relativos à organização e pressupostos que norteiam o funcionamento das ESPs. Os grupos, em número de dois, foram compostos por nove dirigentes/representantes das ESPs, por um membro da equipe do projeto (PPAES/IMS/UERJ) que atuou como mediador e por representantes do DEGES/SGTES/MS. Cada grupo escolheu um ou dois relatores para posterior apresentação e discussão em plenária. Para nortear os debates em grupos, duas questões diferentes foram apresentadas:

Grupo 1

- Quais são as informações que não podem faltar no *site* institucional de uma Escola de Saúde Pública? (Acesso à informação e divulgação)
- Quais são e a quem se dirigem as ações desenvolvidas em uma Escola de Saúde Pública? (Atividades e público-alvo)

Grupo 2

- Quais são os elementos essenciais para o funcionamento técnico e administrativo de uma Escola de Saúde Pública? (Organização e estruturação de uma ESP)
- Qual é o papel de uma ESP? (Missão)

As propostas sistematizadas e posteriormente acordadas em plenária estão apresentadas na sequência.

*Quais são as informações que não podem faltar no site institucional de uma ESP?
(Acesso à informação e divulgação)*

Inicialmente, é preciso:

- Estabelecer acesso ao *site* utilizando indexadores adequados/apropriados;
- Estabelecer a quem se destina o *site*: diferentes atores sociais.

Elementos que devem constar no *site* institucional:

- ✦ Identificação: nome da instituição, endereço, contatos, telefones, *e-mails*, horário de funcionamento, etc.
- ✦ Estrutura organizacional
- ✦ Apresentação e trajetória histórica da ESP
- ✦ Missão, visão e valores
- ✦ Organograma gráfico
- ✦ Ofertas educacionais e serviços:
 - Cursos (caracterização básica)
 - Seminários
 - Oficinas
 - *Workshop*
 - Palestras
 - Pesquisas
 - Atividades de extensão
 - Assessorias, etc.
- ✦ Publicização dos produtos
- ✦ Produção científica
- ✦ Documentação/atos normativos
 - Regimento/regulamento
 - Ato de criação e/ou outros atos autorizativos
 - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
 - Projeto Político Pedagógico (PPP)
 - Portaria de criação da PNEPS
 - Legislação específica do estado/município
- ✦ Parcerias e instâncias de pactuação

- Serviços ofertados pela secretaria acadêmica (matrícula, formulários, requerimentos, certificação etc.)
- ✦ Notícias e eventos
- ✦ Fale conosco
- ✦ Atualização periódica

*Quais são e a quem se dirigem as ações desenvolvidas em uma ESP?
(Atividades e público-alvo)*

Quais?

- ✦ Cursos de formação no campo de Saúde Coletiva:
 - Cursos (caracterização básica)
 - Seminários
 - Oficinas
 - *Workshop*
 - Palestras
 - Pesquisas
 - Atividades de extensão
 - Assessorias, etc.

A quem?

- ✦ Prioritariamente aos profissionais e trabalhadores da saúde e a toda a sociedade.

Quais são os elementos essenciais para o funcionamento técnico e administrativo de uma Escola de Saúde Pública? (Organização e estruturação de uma ESP)

- ✦ Dimensão dos instrumentos legais e normativos
 - Ato de criação
 - Autorização de funcionamento como escola (Setor da Educação)
 - Regimento
 - Organograma
 - Projeto Político Pedagógico
 - Plano de Desenvolvimento Institucional
- ✦ Dimensão da estrutura física

- Sede própria
- Secretaria acadêmica
- Biblioteca
- Salas de aula e de professores
- Auditório
- Conectividade
- Acessibilidade
- Infraestrutura informática
- Laboratório de informática
- ✦ Dimensão dos recursos humanos (pessoas e cargos)
 - Núcleo Docente Estruturante
 - Coordenação pedagógica
 - Quadro de profissionais incorporados à escola (trabalhadores administrativos, bibliotecários, profissionais de informática, pedagogos)
 - Secretário escolar
 - Docentes
 - Pessoal de limpeza, manutenção e segurança
- ✦ Dimensão técnico-política
 - Relações ministeriais – Ministério da Educação e MS (alinhamento sobre a importância da saúde e do SUS e, conseqüentemente, das Escolas de Saúde Pública)
 - Conexão em redes: Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola), Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) e outras
 - Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais
 - Parcerias para operacionalização das ações nos territórios

Qual é o papel de uma ESP? (Missão)

Para responder a essa pergunta, um dos integrantes recomendou que o debate fosse direcionado a partir dos seguintes questionamentos relacionados às instituições: para que a instituição existe? O que ela deve fazer? Como deve fazer? Onde deve fazer? Para quem

deve fazer? Qual é a responsabilidade social da instituição? Nesse sentido, os participantes atribuíram uma resposta sucinta a cada um desses itens.

- ✦ **Para que:** ofertar serviços de qualidade aos usuários do SUS em acordo com seus princípios e suas diretrizes
- ✦ **O que deve fazer:** ensino, pesquisa, extensão e inovação
- ✦ **Como:** mediante a aplicação dos pressupostos da Educação Permanente em Saúde
- ✦ **Onde deve fazer:** no serviço e para o serviço
- ✦ **Para quem:** trabalhadores do SUS
- ✦ **Responsabilidade social:** melhorar a qualidade de vida da população

✦ **Oficina de trabalho “Perspectivas de apoio institucional às Escolas de Saúde Pública”**

Objetivos: Refletir e discutir sobre os aspectos normativos/legislativos das ESPs e sobre o referencial e as possibilidades de apoio institucional.

Como primeira atividade da oficina, o expositor convidado, Felipe Asensi, advogado e consultor jurídico e também professor do IMS/UERJ, fez uma exposição dialogada sobre os resultados oriundos da análise empreendida nos documentos institucionais das ESPs: PPP, PDI, atos de criação (legislação), regimentos internos e outros que foram fornecidos pelas instituições. O objetivo dessa apresentação foi disparar a reflexão sobre os atos normativos das ESPs, os quais refletem seus processos organizacionais, administrativos e pedagógicos, o grau de autonomia e governança das ESPs e as possibilidades de mudanças das ESPs no campo jurídico-normativo. Essencialmente, a proposta não foi determinar um arcabouço legislativo, jurídico e organizacional para essas instituições, mas, sim, apresentar reflexões que poderão futuramente subsidiar a implementação de novas ESPs e/ou a alteração do atual modelo de organização das já existentes.

Na sequência, discorreu-se sobre os resultados do levantamento bibliográfico sobre o apoio institucional em saúde no que concerne ao conceito, aos referenciais teóricos, aos métodos de aplicação e a seus efeitos e aos resultados do *survey* relativos às necessidades de apoio institucional das ESPs. A partir dos resultados expostos, foi ressaltado que:

O ciclo de encontros constitui-se dispositivo metodológico de apoio institucional em saúde; logo, as apresentações, as reflexões, os debates e os consensos em grupos e em plenária são a materialização do apoio institucional.

A partir do ciclo, busca-se desencadear processos coletivos de diálogo, planejamento de ações e construção participativa de soluções para as dificuldades enfrentadas pelas ESPs.

Busca-se, ainda, fortalecer a capacidade de gestão das instituições, na perspectiva da descentralização da gestão e da autonomia, subsidiando o desenvolvimento institucional e seus processos políticos, gerenciais e pedagógicos, com vistas a qualificar a sua atuação e seu valor social.

Assim como ocorreu na primeira oficina, foram operacionalizados grupos de trabalho, mantendo-se a conformação adotada, com o objetivo de discutir as necessidades de apoio institucional das ESPs. O debate nos dois grupos foi norteado pelo seguinte questionamento:

Grupo 1 e Grupo 2

- Quais tipos de apoio institucional podem ser disparados ou temas podem ser discutidos de modo a auxiliar na resolução dos problemas vivenciados pelas ESPs?

As propostas sistematizadas e posteriormente acordadas em plenária estão apresentadas na sequência.

Grupo 1

- ✦ Apoio pedagógico considerando-se questões metodológicas;
- ✦ Processos de credenciamento/autorização e certificação de cursos *lato sensu*;
- ✦ Arcabouço legal e jurídico das contrapartidas de estágio curricular obrigatório;
- ✦ Discussão sobre regulamentação de pagamento de hora/aula de docência para servidores;
- ✦ Sistema de gestão acadêmica;
- ✦ Discussão sobre o papel das ESPs nas residências em saúde;
- ✦ Apoio para implantação de programas de residências;
- ✦ Possibilidade de captação de recursos financeiros;

- ✦ Apoio a processo de ensino a distância, questões pedagógicas e estruturais;
- ✦ Produção científica/periódicos.

Grupo 2

- ✦ Métodos de análise de demandas de formação;
- ✦ Instrumentos/métodos de elaboração de ofertas educativas na lógica da EPS;
- ✦ Indicadores de monitoramento e avaliação das ofertas (resultados);
- ✦ Sistema de gestão acadêmica (retomada e fortalecimento da proposta de sistemas já existentes e sua disponibilização para as ESPs);
- ✦ Apoio jurídico e pedagógico para elaboração/revisão dos instrumentos pedagógicos (PPP) e jurídicos (PDI, PPI, regimentos);
- ✦ Instrumentos/sistemas para acompanhamento de egressos;
- ✦ Política de financiamento;
- ✦ Estratégias para construção de materiais pedagógicos e conteúdos para educação a distância (consultoria de conteudistas/capacitação de técnicos que produzem conteúdo e de técnicos de tecnologias da informação);
- ✦ Promoção do debate da educação interprofissional no âmbito das ESPs;
- ✦ Capacitação para desenvolvimento de projetos educacionais e metodologias de ensino;
- ✦ Manual instrutivo para elaboração de projetos pedagógicos;
- ✦ Mapeamento e compartilhamento das experiências das ESPs (criação de um repositório);
- ✦ Viabilização de troca de experiências entre as escolas (programação de um calendário de visitas interinstitucionais);
- ✦ Otimização/instrumentos/experiências que facilitem a operacionalização de pagamento a docentes.

✦ **Oficina de trabalho “Validação dos consensos e pactuação de agenda”**

Objetivos: Validar o relatório do I Encontro Nacional de Apoio às Escolas de Saúde Pública; pactuar agenda de trabalho dos próximos encontros.

A oficina discorreu sobre as missões das ESPs integrantes do projeto, conforme descrito em seus sites institucionais. No contexto do debate sobre a missão das ESPs, foi apresentado um texto elaborado com base nos elementos pactuados no I Encontro, o qual foi revisto e discutido em plenária, o que levou à alteração do texto previamente estruturado, como se verifica abaixo:

Texto de missão proposto	Texto de missão pactuado
<p>Promover no e para o serviço, mediante a aplicação dos pressupostos da Educação Permanente em Saúde, atividades de ensino, pesquisa e extensão para os trabalhadores do SUS, no intuito de ofertar serviços de qualidade aos usuários do SUS, em consonância com os seus princípios e diretrizes, e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.</p>	<p>Promover, no e para o serviço, atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação para os trabalhadores do SUS e a comunidade, mediante os pressupostos da Educação Permanente em Saúde, no intuito de ofertar serviços de qualidade em consonância com os princípios e diretrizes do SUS, e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.</p>

Após a discussão e depois de executadas as alterações solicitadas pelo conjunto de atores da oficina, o relatório do I Encontro foi aprovado. Em seguida, a agenda de visitas e dos novos encontros foi pactuada.

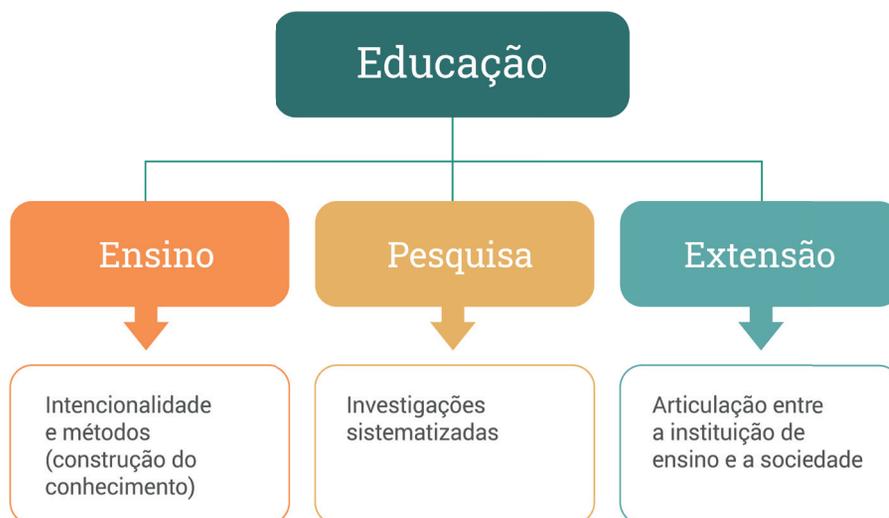
✦ **Oficina de trabalho “Alinhamento conceitual sobre as Escolas de Saúde Pública”**

Objetivos: Discutir o conceito de Escola de Saúde Pública e as características que a diferenciam de outras instituições de ensino.

Fez-se uma breve exposição sobre definições e conceitos relativos à educação e ao ensino e a instituições de ensino, para suscitar a reflexão para o trabalho em grupos.

A **educação** abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Figura 27 – Pilares da Educação nas universidades



Fonte: Elaboração própria.

As **Escolas de Governo** são instituições públicas criadas com a finalidade de promover a formação, o aperfeiçoamento e a profissionalização de agentes públicos visando ao fortalecimento e à ampliação da capacidade de execução do Estado, tendo-se em vista a formulação, a implantação, a execução e a avaliação das políticas públicas (BRASIL, 2006).

As **Escolas Técnicas do SUS** são instituições públicas que buscam atender às demandas locais de formação, prioritariamente dos trabalhadores de nível médio que já atuam nos serviços de saúde do SUS. A principal especificidade dessas instituições é a capacidade de oferta descentralizada das atividades formativas. Para isso, utilizam as unidades de saúde como espaços de aprendizagem, qualificam pedagogicamente os profissionais de nível superior dos serviços para atuarem como professores, adequam o currículo ao contexto regional e têm, como modelo pedagógico, a integração ensino-serviço, tendo o trabalho e a pesquisa como princípios educativos (SILVA *et al.*, 2009).

A partir dos diferentes conceitos apresentados e seguindo-se o método do apoio institucional, foi operacionalizado o trabalho em grupos com o objetivo de discutir-se um possível conceito para as Escolas de Saúde Pública⁷.

Grupo 1 e Grupo 2

→ O que são as Escolas de Saúde Pública?

⁷ Para o MS, Escola Técnica do SUS - *ETSUS* é instituição pública de ensino técnico, pertencente à gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), voltada para a formação de trabalhadores de nível médio em saúde (BRASIL, 2013).

- Quais são as características que as diferenciam de outras instituições de ensino quanto:
- À natureza jurídica (pública e/ou privada)
 - Ao tipo de educação (formal, não formal e/ou informal)
 - Aos níveis de formação (fundamental, médio e/ou superior)
 - Às ofertas (cursos e/ou programas)

Grupo 1

O debate para o estabelecimento de um conceito para as Escolas de Saúde Pública foi bastante intenso, mas muito produtivo. O item “natureza jurídica” suscitou várias ponderações e contrapontos. Houve grande preocupação do grupo em não formular um conceito que fosse excludente, mas que, ao mesmo tempo, conseguisse expressar as características e peculiaridades concernentes a uma ESP. Após um intenso debate, os participantes do grupo 1 optaram por apresentar tópicos definidores, a saber:

- Instituição pública de direito público
- Âmbito municipal/estadual/federal
- Equipamento específico do SUS e da educação
- Formação e qualificação do nível superior
- Possibilidade de formação e qualificação de outros níveis de escolaridade
- Formação a partir das necessidades sociais e do SUS
- Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) como eixo estruturante

Grupo 2

O debate para o estabelecimento de um conceito transcorreu de maneira tranquila e muito produtiva. Os pontos que suscitaram mais debate foram o nível educacional das ações (fundamental, médio, superior); se ESP deve, ou não, ofertar necessariamente ações educacionais de nível superior; se as ESPs promovem ações educativas informais ou apenas formais e não formais. Do debate resultou um conceito basilar agregado a um conjunto de elementos essenciais que definem uma ESP:

Escolas de Saúde Pública são instituições públicas criadas com a finalidade de promover processos de educação formal e não formal e fornecê-los aos trabalhadores do SUS e à comunidade, cujo funcionamento vise a atender às necessidades do seu território de atuação, tendo como referência a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

Componentes e especificidades

- **Característica:** equipamento público de dimensão política e social
- **Tipos de ações:** ações educacionais, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, de nível inicial, técnico, graduação e pós-graduação lato e stricto sensu; cursos livres; ações de atualização e aperfeiçoamento; ações de integração ensino-serviço-comunidade; e ações de extensão, pesquisa e inovação
- **Abrangência:** área geográfica de atuação, respeitando-se as pactuações nas instâncias gestoras do SUS e legais da educação
- **Operacionalização:** uso de espaços colegiados e de pactuações institucionais

Ao término das discussões em grupo, os participantes reuniram-se novamente para apresentação e discussão das propostas. A plenária da oficina foi marcada por concordâncias e discordâncias.

Os **pontos concordantes** foram:

- As ESPs são instituições públicas;
- As ESPs têm a PNEPS como eixo estruturante;
- As ESPs são equipamentos específicos do SUS;
- As ESPs desenvolvem ações em função das necessidades de seu território de atuação;
- As ESPs podem formar e qualificar outros níveis de escolaridade que não apenas o superior;
- As ESPs são articuladoras de redes.

Os **pontos discordantes** foram:

- As ESPs são instituições públicas de direito público (ou também de direito privado);
- As ESPs formam e qualificam necessariamente o nível superior;
- As ESPs ofertam ações ao nível de graduação.

A plenária foi finalizada com a seguinte proposta conceitual:

Escolas de Saúde Pública são instituições públicas que se constituem como equipamentos específicos do SUS, criadas com a finalidade de promover processos de educação formal e não formal e fornecê-los aos trabalhadores do SUS e à comunidade, cujo funcionamento vise a atender às necessidades do seu território de atuação, tendo como eixo estruturante a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e a articulação de redes como diretriz.

✦ **Encontro virtual “Desafios e perspectivas para o monitoramento e a avaliação de ações de educação das ESPs”**

Objetivo: Discutir os desafios e as possibilidades para a implementação de processos de monitoramento e avaliação das ações de educação desenvolvidas pelas ESPs.

O encontro contou com duas expositoras convidadas, Isabela Pinto e Monique Esperidião, docentes e pesquisadores do ISC/UFBA, que discorreram sobre alguns elementos considerados importantes para a avaliação dos processos educativos na saúde. As questões que nortearam a sua fala foram:

- Como estruturar processos avaliativos para o monitoramento e avaliação dos processos de educação das ESPs?
- Como atribuir significado para as ações desenvolvidas, tendo como referência os valores e conceitos fundamentais da EPS?
- Quais são os indicadores, dispositivos e instrumentos potencialmente mais adequados para o monitoramento e para a avaliação da diversidade de ações de EPS?
- Como monitorar e avaliar seus efeitos?

Ao longo da exposição, ressaltou-se a importância das ESPs e das bases que fundamentam o processo educativo na saúde, isto é, os princípios que norteiam as ações de EPS.

- ✦ Na perspectiva da EPS, os processos educativos colocam o cotidiano do trabalho em saúde em análise e transformação, problematizando as relações concretas que operam as realidades do mundo do trabalho.
- ✦ Constituem-se ainda em espaços coletivos para reflexão, produção de sentidos e transformação dos atos produzidos no cotidiano do trabalho em saúde.
- ✦ Permitem a qualificação e o aperfeiçoamento do processo de trabalho em vários níveis do sistema, orientando-se para a melhoria do acesso, qualidade e humanização na prestação de serviços e para o fortalecimento dos processos de gestão político-institucional do SUS, no âmbito federal, estadual e municipal.

Como pontos de reflexão para as ESPs, foram sugeridas as seguintes perguntas avaliativas:

- As escolas, por meio de suas ações educativas, têm tomado o trabalho como princípio educativo, considerando as necessidades oriundas da realidade dos serviços, do cotidiano de trabalho dos profissionais envolvidos, assim como da gestão das unidades e do sistema de saúde em geral?
- A EPS representa uma estratégia pedagógica para valorização do trabalhador, potencializando a dimensão pedagógica dos processos de trabalho?
- As metodologias ativas são implementadas? Elas permitem que o processo de ensino-aprendizagem estimule e opere a transformação de sujeitos críticos e reflexivos?
- Em que medida as ações educativas desenvolvidas consideram as necessidades do trabalho para a saúde?
- O perfil epidemiológico da população é utilizado como referência para a organização curricular ou para definição dos conteúdos a serem trabalhados em cada ação educativa?
- Como as ações educativas potencializam o desenvolvimento de competências colaborativas e a troca de saberes entre os profissionais de saúde e entre diferentes instituições e setores de saúde?

Tomando-se como pano de fundo o Cenário atual da pandemia do novo coronavírus, um fato que chamou a atenção foi a rapidez com que as escolas estão respondendo às necessidades de formação/atualização dos trabalhadores dos SUS nessa temática.

Mais ainda, indicou-se um caminho que pode ser perseguido pelas ESPs para a instalação de processos de avaliação. Ao final, foi reafirmada a importância dos processos avaliativos como meio para a reflexão e para o aperfeiçoamento das ações educativas dessas instituições formadoras.

Figura 28 – Caminho para instalação do processo de avaliação



Fonte: Elaboração própria.

Discussão

Como consequência de uma primeira aproximação ao tema, o debate produzido trouxe reflexões importantes que oscilaram entre abrangência, finalidade e responsabilidade institucional das ESPs na incorporação de um processo permanente de monitoramento e avaliação das ações.

Foi reforçada a ideia de reorganização dos processos de gestão e de planejamento institucional e a necessidade da utilização do plano de EPS como ponto de partida para dimensionar o escopo de atuação da escola, da revisão dos fluxos de informação das ações realizadas e do desenvolvimento de metodologias que auxiliem a avaliação de impacto das ações de educação no contexto do trabalho.

A missão das escolas pode direcionar a definição/delimitação do foco de avaliação dessas instituições, e ser este um primeiro caminho para implementar processos avaliativos de acordo com a realidade de cada escola, considerado o seu escopo de atuação. Lembra-se que a missão das escolas está ligada ao processo de formação e qualificação dos trabalhadores do SUS e deve responder às necessidades de saúde da população. Assim, é fundamental que se possa delimitar com clareza o papel das escolas, revendo e reafirmando as suas competências.

Evidencia-se a essencialidade de conhecer os indicadores epidemiológicos para subsidiar o planejamento das ações formativas para que efetivamente resultem em transformação das práticas e produzam impactos na saúde da população, objetivo principal da EPS.

Em continuidade, ressaltou-se a existência, nos estados, de um instrumento importante, que são os planos de EPS que foram construídos de forma participativa e dialógica com todos os atores da política nacional. Assim, se as escolas trabalharem com a gestão da educação de uma forma afinada e integrada, elas terão no plano as necessidades educativas elencadas e organizadas. Isto, porque os planos devem ser elaborados em uma lógica ascendente, considerando-se, portanto, as necessidades de saúde do território.

Admitiu-se a dificuldade das escolas de tomar conhecimento de todas as ações de EPS desenvolvidas no território e dos resultados delas. Isto, porque parte das ações são desenvolvidas pelas áreas técnicas das Secretarias de Saúde, sem o envolvimento das ESPs no processo. Esse cenário imprime maior articulação entre os setores, bem como entre a gestão e o território, visando à expansão do diálogo e ao compartilhamento de informações entre os atores envolvidos nos processos de formação.

A necessidade de utilizarem-se diferentes técnicas para a avaliação dos impactos que não sejam apenas quantitativos e de o processo de avaliação contribuir para o reconhecimento e fortalecimento das ESPs foram outros pontos destacados. Dessa forma, ao lançar mão da

matriz avaliativa como um instrumento, deve-se ter em conta que ela precisa ser construída a partir da realidade de cada instituição, sem desconsiderar-se, no entanto, uma dimensão político-gerencial ancorada nos princípios da PNEPS, já que esta é a norteadora das ações de educação na saúde.

Algumas inquietações sobre o processo de avaliar também estiveram presentes na discussão: dificuldade em institucionalizar a avaliação; a importância da articulação em redes, pois não é possível fazer-se movimentos isolados, segmentados; e a importância da organização das informações para a implementação de processos avaliativos.

Ao final, ressaltou-se que os processos avaliativos vão ao encontro do objetivo de fortalecimento da PNEPS e que isso precisa ser transmitido a todos os atores participantes/condutores da PNEPS e das ações de EPS.

✦ **Encontros virtuais – “Bases para a implementação de um Sistema de Gestão Acadêmica”**

O tema *Sistema de Gestão Acadêmica* demandou a realização de dois encontros virtuais, cujos **objetivos** foram:

- Compartilhar experiências de implementação, customização e uso de SGA por ESP do SUS;
- Debater os requisitos mínimos para a implementação de um SGA que contemple as necessidades das ESPs do SUS à luz das experiências compartilhadas;
- Debater sobre possíveis estratégias para o desenvolvimento de SGA que atenda às especificidades de cada escola.

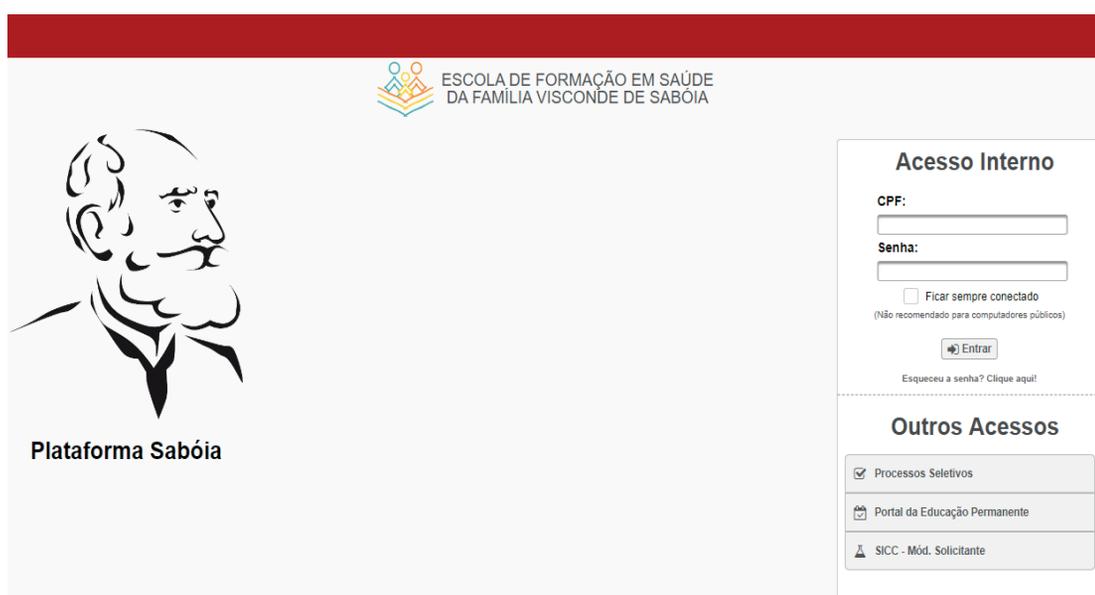
O primeiro encontro foi conduzido a partir da apresentação de três experiências de escolas distintas, e o debate circundou pelos aspectos relacionados ao desenvolvimento, à implementação, às funcionalidades e às bases tecnológicas de cada sistema apresentado. O segundo foi centrado nos requisitos mínimos necessários à adoção de SGA pelas escolas, no que compete aos aspectos técnicos, financeiros e de recursos humanos para seu desenvolvimento e manutenção, bem como em estratégias que possam viabilizar a implantação de sistemas de gestão que atendam às especificidades de cada escola.

Experiências de implantação e uso de sistema de gestão acadêmico

→ Plataforma Saboia, Escola de Saúde Pública Visconde de Saboia

O encontro foi iniciado com a apresentação da expositora convidada Fabrícia Rocha, que tratou da experiência da Escola de Saúde Pública Visconde de Saboia com o sistema utilizado pela instituição, a Plataforma Saboia⁸.

A Plataforma Saboia foi desenvolvida considerando-se as necessidades identificadas a partir dos processos formativos desenvolvidos pela ESP e após conhecer-se o sistema da RET-SUS, o que permitiu constatar que este era insuficiente para atender às demandas processuais da ESP. A plataforma foi desenvolvida com recursos do Fundo Municipal de Saúde, implantada nos servidores da Prefeitura de Sobral e é assistida mediante suporte técnico por profissionais de tecnologia da informação da prefeitura.



A plataforma permite acesso aos colaboradores internos da ESP e a usuários externos. Nesse último caso, o acesso é concedido para os módulos de “processos seletivos”, “Portal da Educação Permanente” e “Sistema Integrado de Comissão Científica (SICC)”. No caso dos usuários internos, estes têm acesso a todos os processos realizados no âmbito da ESP, a depender da função que é a eles concedida dentro do sistema.

⁸ <http://plataformasaboia.esf.sobral.ce.gov.br/saude/apps/portal/login.php>.

O módulo *processos seletivos*, para os usuários externos, no momento, apenas permite o acesso a editais de seleção de coordenadores, docentes e discentes para processos formativos. Já o módulo *Portal da Educação Permanente* admite que os profissionais se inscrevam em ofertas educativas e acessem os certificados e as declarações de processos dos quais já participaram. No módulo *SICC*, os usuários externos podem submeter projetos de pesquisa para análise ou, no caso de profissionais da saúde, solicitar afastamentos para cursos ou eventos.

Os colaboradores internos, a partir da Plataforma Saboia, podem:

- gerenciar os processos seletivos – cadastro do processo seletivo, inscrição dos candidatos, avaliação de inscrições, geração e leitura de gabaritos e relatórios dos resultados das etapas da seleção e resultado final;
- monitorar a realização de pesquisas desenvolvidas nos equipamentos de Saúde da Prefeitura de Sobral;
- organizar e monitorar os processos de integração ensino-serviço realizados no município – estágios, visitas técnicas e vivências;
- cadastrar e gerenciar as atividades de educação permanente, cursos técnicos e pós-técnicos e residências em saúde;
- emitir relatórios.

As principais potencialidades da plataforma apontadas foram a sustentabilidade ambiental, pela redução no consumo de papel e de impressão; maior segurança no armazenamento das informações; melhoria na organização dos processos dos grupos de trabalho em cada um dos módulos disponíveis; contribuição na regulação das práticas de saúde (estágio, visitas técnicas e vivências de extensão); e monitorização de pesquisas realizadas nos equipamentos de saúde e do afastamento dos profissionais para processos formativos.

Entre as necessidades de aprimoramento do sistema, foram citadas a integração entre os módulos, o desenvolvimento de novas funcionalidades e a correção de alguns erros identificados após a implantação e utilização pelos profissionais da ESP-VS.

→ **RET-SUS – Sistema de Gestão Acadêmico, Escola de Saúde Pública do Paraná**

A experiência da Escola de Saúde Pública do Paraná com o RET-SUS – Sistema de Gestão Acadêmico⁹ foi apresentada pelo expositor convidado Aldiney Doreto, membro do corpo técnico da ESP.

Essa plataforma em rede foi desenvolvida pela UFRN como suporte às Escolas Técnicas do SUS e é integrada com diversas outras soluções desenvolvidas por esta instituição. O acesso ao sistema é por meio de entrada federativa – Sabiá –, isto é, usa-se o mesmo *login* para diversas ferramentas. As funcionalidades do sistema são dependentes do perfil do usuário.



Aos usuários internos – gestores, professores e colaboradores –, é possível, considerando-

⁹ <https://retsus.ufrn.br/login>.

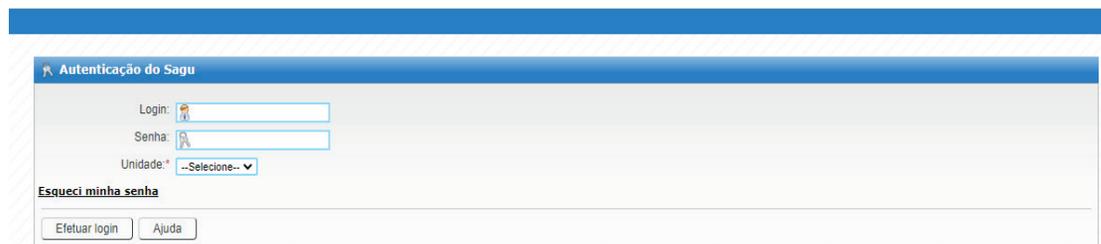
se as permissões por tipo de perfil:

- cadastrar e gerenciar os cursos ofertados pela escola;
- emitir relatórios, inclusive baixá-los no formato Excel;
- cadastrar tarefas, enquetes e manter comunicação entre alunos e professores;
- incluir e disponibilizar materiais didáticos e documentos.

Segundo representante da ESP, trata-se de um sistema robusto, muito pesado, e que requer um investimento inicial considerável para a customização que atenda às necessidades das escolas. Em termos de segurança e flexibilidade de acesso, é um bom sistema.

→ Sistema Aberto de Gestão Acadêmica Unificado, Escola de Saúde Pública do Ceará

A experiência da Escola de Saúde Pública do Ceará debruçou-se sobre o Sistema Aberto de Gestão Acadêmica Unificado (SAGU)¹⁰, sendo apresentada por Victor Pacheco, profissional de TI dessa ESP. Trata-se de um sistema de *software* livre, desenvolvido por uma Cooperativa de Soluções Livres, cujo acesso pode ser feito por meio de qualquer sistema operacional, o que o torna multiplataforma. Em caso de customização diferenciada do padrão, a cooperativa cobra uma taxa, opção adotada pela ESP.



O sistema permite uma série de funcionalidades, a depender do perfil do usuário que o acessa, quais sejam:

- cadastrar e gerenciar cursos;
- realizar inscrições *on-line*;
- gerenciar salas;
- emitir relatórios;
- gerir as residências em saúde – matrículas, mapeamento de instituições e rodízios.

¹⁰ <http://academico.esp.ce.gov.br/>. Repositório: <https://github.com/EscolaDeSaudePublica/sagu>.

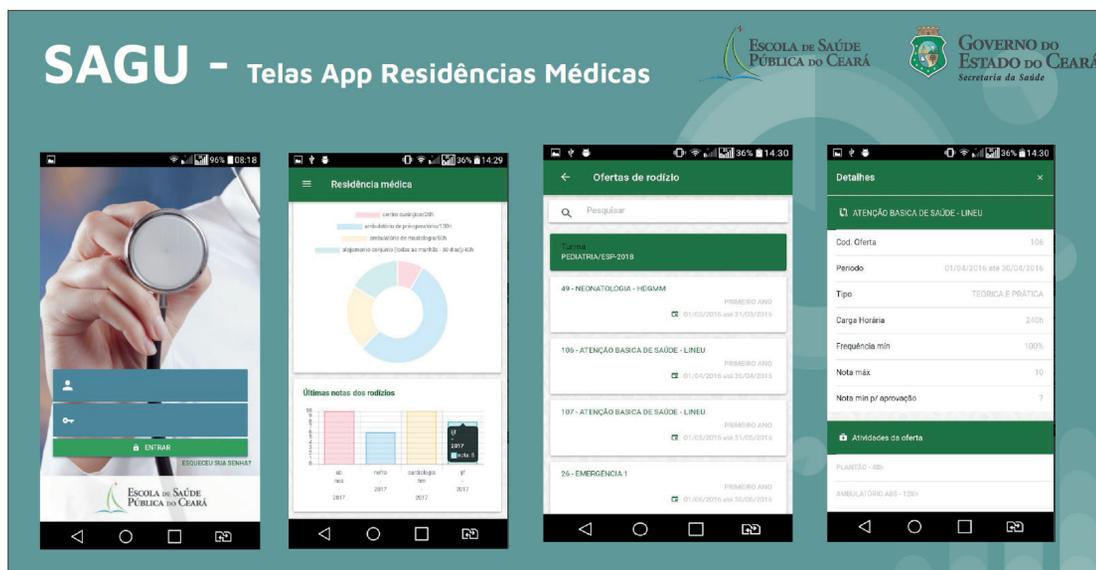
Os principais módulos do SAGU são:

- Ensino, pesquisa e extensão;
- Residência médica;
- Residência multiprofissional;
- Aplicativo para residência médica (preceptores e residentes).

O módulo *Ensino, pesquisa e extensão* concede acesso ao perfil das ofertas de formação disponíveis, ao calendário de aulas e aos relatórios e permite matrícula, lançamento de notas e de resultados das avaliações.

O módulo *Residência médica* apresenta as especialidades disponíveis e permite a matrícula dos residentes, bem como o gerenciamento dos rodízios nas unidades de saúde. O módulo *Residência multiprofissional*, dentre outras possibilidades, informa sobre as turmas matriculadas e informações sobre os módulos de ensino.

O SAGU está integrado a um aplicativo, direcionado para a residência médica, que possibilita o lançamento de notas e frequência, matrículas em ofertas de rodízio e a autoavaliação pelos residentes.



Discussão

As discussões produzidas nos encontros foram em direção aos aportes tecnológicos, à comunicação entre as escolas e aos aspectos operacionais na utilização, manutenção e atualização do sistema.

Conhecer as experiências de SGAs já implantados em algumas ESPs foi importante para que aquelas que não têm SGA pudessem ter uma ideia da complexidade que envolve desenvolver, utilizar e manter um SGA. Nesse sentido, durante os encontros, convocou-se as ESPs para a reflexão sobre quantos trabalhadores e de que forma a instituição está organizada para que se possa alimentar, desenvolver e fazer a manutenção de um sistema e emitir relatórios para a gestão que reflitam em tomada de decisão.

- ✦ Será preciso investir recursos financeiros e humanos?
- ✦ É preciso ter profissionais de TI?
- ✦ Que estrutura organizacional é preciso ter?
- ✦ Em um cenário de mudança tecnológica, como é feito o backup das informações?
- ✦ Que tipo de organização interna mínima é preciso ter para que se solicite e se demande o desenvolvimento de um SGA?

Assumindo-se essas questões como norteadoras da discussão, reafirma-se, no grupo, que é preciso debater e refletir sobre os ingredientes básicos necessários à implementação de um sistema, do ponto de vista tecnológico, financeiro, humano e burocrático. Sugere-se, assim, que cada escola que já tenha um sistema faça um relatório mais detalhado dessa experiência. Nesse campo de discussão, questionou-se se seria uma solução viável a existência de um sistema único que pudesse ser compartilhado para todas as escolas ou, ainda, um leque com dois ou três sistemas, de modo que a escola escolheria o que seria mais adequado a sua realidade.

De modo a contribuir, os expositores fizeram as seguintes advertências:

- ✦ É preciso verificar o tipo de tecnologia que o sistema que se deseja implantar requer, pois ela pode não ser compatível com a infraestrutura de TI da ESP/Secretaria de Saúde;

- ✦ Sob o ponto de vista da dimensão operacional, não adianta pensar um SGA como uma solução para os problemas de gestão do ensino, pois ele não se alimenta sozinho, ele não é automatizado, não é autossuficiente. Independentemente da tecnologia e do *software* utilizado, é preciso assumir que esta pauta demanda pessoas e equipe. É preciso outros níveis de esforço para que a implementação de um sistema aconteça. Nesse sentido, entende-se que a questão dos recursos humanos é muito importante, pois serão eles que alimentarão o sistema, que garantirão a sua manutenção e a implementação de novas soluções;
- ✦ Um sistema não se finda em si mesmo, há toda uma processualidade que requer planejamento e pessoal, sendo esse último quesito muito desafiador para as escolas, tanto do ponto de vista quantitativo como do qualitativo;
- ✦ Para a implantação de um SGA, é preciso operar um realinhamento do processo de trabalho, isto é, uma mudança de cultura organizacional;
- ✦ A implantação do SGA, mesmo sendo ele de código livre, implica aporte de recursos da própria escola para a customização do sistema e sua manutenção, processos esses que demandam pessoal de TI ou de profissionais que entendam a parte interna do sistema;
- ✦ A implantação de um SGA exige comprometimento da gestão municipal/estadual;
- ✦ A integração dos processos da ESP (gestão financeira, acadêmica e de pessoal) em um único sistema é um desafio, mas é recomendável. Caso contrário, a otimização dos processos fica limitada;
- ✦ Na possibilidade de se implementar a certificação digital dos cursos, é preciso considerar as resoluções atuais relativas a esse tipo de documento, visando à legalidade.

Em relação ao desenvolvimento de ferramentas, discutiu-se que são vários os componentes necessários à implementação de um sistema, que deve ser institucionalizado, isto é, que é de responsabilidade da ESP, mas também do governo local. Nesse campo, o MS pode apoiar mediante a promoção de mais trocas de experiências, como as viabilizadas pelo projeto de apoio institucional, que foi crucial para ratificar-se a importância das redes colaborativas e para refletir-se sobre as responsabilidades

institucionais. É preciso pensar sobre como, localmente, as ESPs podem pressionar e demandar um sistema. É preciso levar em conta que recursos humanos, capacidade física, manutenção, aquisição de *softwares* e tecnologias é de competência do nível local, seja estado ou município.

Menciona-se que não é possível ter padronização, inclusive de um SGA, para o que é diferente. O que há são possibilidades de se utilizarem diferentes propostas para diferentes cenários. Nesse entendimento, o compartilhamento de experiências é reafirmado como sendo fundamental para que cada ESP reflita sobre as suas necessidades, demandas e capacidades. Assim, ressalta-se que esse encontro está oportunizando o contato e a colaboração entre as ESPs, mas que será preciso que o conjunto se organize para uma troca mais profícua.

Coloca-se, ainda, que a maior parte das ESPs não possui corpo profissional de TI, o que é preocupante, pois o cenário atual tem mostrado a necessidade de implementação de diferentes recursos tecnológicos que não apenas computadores. Essa limitação, no entanto, pode ser contornada por meio de parcerias com profissionais de TI da Secretaria de Saúde, de outros setores dentro da própria estrutura do governo ou, ainda, com universidades.

Na perspectiva de se pensarem estratégias mais ampliadas como propositivas que contemplem os requisitos e as funcionalidades mínimas para um SGA, ressaltou-se que esses parâmetros devem englobar não somente a gestão acadêmica, mas também a gestão das pesquisas científicas, da extensão e da concessão de cenários de prática.

Os participantes disseram que o debate levantou questões importantes sobre as condições e os processos de trabalho das ESPs, bem como sobre a necessária difusão de fluxos de informação das escolas. Ilustrativamente, foi pontuado o uso de planilhas de Excel ou formulários do FormSUS e de diversos sistemas caseiros e desarticulados, que é uma realidade que desafia a implementação de um SGA que dê conta de todos os processos de gestão acadêmica. A ausência de pessoal de TI ou as inúmeras demandas daqueles que são disponibilizados para apoiar toda a rede da secretaria estadual/municipal também foram citadas como um obstáculo.

Assim, não se trata de um processo fácil, pois é preciso uma equipe preparada, incluindo pessoal de TI que, em geral, é terceirizado. Contudo, há alternativas que se apresentam, entre elas a implantação de um sistema de código aberto, que é menos oneroso e que poderia facilitar o compartilhamento de módulos e implementações entre as ESPs, como uma estratégia de apoio interinstitucional, fortalecendo, assim, essa rede colaborativa que se conformou entre as ESPs durante o projeto.

Aspectos como a ausência de garantia da manutenção das informações no sistema e a necessidade de um servidor robusto (que comporte o sistema) trazem vulnerabilidades, mas não devem impedir a ação. É preciso enfrentar esses obstáculos. Nessa compreensão, é

válido e importante esse movimento de as ESPs estarem se apoiando e se ajudando, para que juntas possam vencer os desafios que a elas se apresentam.

Ao final, foi sugerido, para além da rede colaborativa, se possível, que o MS encaminhasse um documento às Secretarias de Saúde enfatizando a necessidade de implantação de um SGA como uma ação potencializadora de fortalecimento das ESPs, mencionando-se o resultado desse projeto que adveio da escuta qualificada do corpo social das instituições.





AÇÕES DE FORTALECIMENTO
DAS ESCOLAS DE
SAÚDE PÚBLICA:
DOCUMENTO ORIENTADOR

APRESENTAÇÃO

Este documento orientador pretende informar gestores da saúde, dirigentes e técnicos das ESPs estaduais e municipais do SUS sobre as propostas resultantes das discussões e dos consensos que ocorreram no âmbito da execução do Projeto *Apoio institucional às ESPs* desenvolvido pelo CEPESC/IMS/UERJ em parceria com o DEGES/SGTES/MS.

As propostas, em consonância com os interesses das instituições envolvidas, reconhecendo especificidades e diversidades entre elas, refletem as suas principais demandas provindas dos diferentes movimentos de mobilização, reflexão e negociação empreendidos ao longo do Projeto *Apoio institucional às Escolas de Saúde Pública sob a tríade do ensino-pesquisa-extensão*.

Assim, este documento constitui-se, ao mesmo tempo, produto de reflexões e instrumento norteador para o desenvolvimento de ações que possam fortalecer as ESPs, promovendo o aperfeiçoamento da atuação dessas instituições em direção à melhoria da formação e qualificação dos profissionais e trabalhadores do SUS.

Enseja-se que as ações aqui propostas possam desencadear processos de gestão, de ensino e de pesquisa consonantes com os pressupostos da formação em saúde e na saúde nos territórios brasileiros, revelando-se potente instrumento que possibilite rever trajetórias, aprendizados e significados do processo de formação dos trabalhadores do SUS.

Reafirma-se, portanto, o papel do MS como um importante articulador interinstitucional e apoiador técnico de estados, municípios e instituições públicas com atuação no SUS.

INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios no SUS tem sido o de substituir os modos hegemônicos de gerir pessoas, processos de trabalho, recursos e políticas públicas de saúde, dando lugar a práticas inovadoras de gestão comprometidas com a transformação dos processos de trabalho e das relações exercidas entre os sujeitos (OLIVEIRA, 2011; FALLEIRO *et al.*, 2014). Entre as iniciativas experimentadas, destaca-se os arranjos de apoio institucional em saúde em diversos contextos do País.

O apoio institucional em saúde é compreendido como uma função gerencial que, a partir do princípio da cogestão, visa a reformular os modelos tradicionais de gestão em saúde. Na cogestão são experimentadas configurações de acolhimento das demandas provenientes dos diversos atores envolvidos no contexto, oferecendo-se diretrizes e submetendo-se tanto as demandas quanto as ofertas a processos de discussão, negociação e pactuação, a fim de construir-se projetos de mudança do modo mais dialógico e democrático possível (CAMPOS, 2015).

A cogestão como base do apoio institucional em saúde busca, então, construir relações e desenvolver ações que valorizem a liberdade e a autonomia dos sujeitos e dos coletivos e lhes promovam capacidade de intervenção sobre suas próprias realidades. Sua operacionalidade dá-se pelo denominado Método da Roda, que preconiza a construção de espaços coletivos, como rodas de conversa, grupos de trabalho, oficinas, reuniões, encontros, visitas, palestras, fóruns e eventos.

Nessa compreensão, os apoiadores institucionais trabalham com os apoiados, auxiliando-os com a construção de coletivos. Nesses espaços, o grupo, com o apoiador, reflete e analisa criticamente o seu processo de trabalho, diagnostica a realidade na qual está inserido e, a partir desse diagnóstico, elabora planos de ação. Nesse movimento, o apoiador apresenta e tem seu papel norteado por diretrizes, políticas e programas institucionais.

Na área da educação na saúde, cabe ao DEGES/SGTES/MS buscar a integração dos setores de saúde e educação para o fortalecimento das instituições formadoras no interesse do SUS. O apoio institucional em saúde, nesse âmbito, busca fortalecer a capacidade de gestão das instituições formadoras, na perspectiva da descentralização da gestão e da autonomia.

Entre as instituições de ensino do SUS, encontram-se as ESPs, que desempenham um importante papel na configuração da PNEPS e constituem-se locus privilegiado para a formação dos trabalhadores do SUS.

Em face desses fundamentos, o DEGES/SGTES/MS, com a pretensão de investir em ações abalizadas nos pressupostos do apoio institucional em saúde para o fortalecimento das ESPs, propôs e implementou o Projeto *Apoio institucional às Escolas de Saúde Pública sob a tríade do ensino-pesquisa-extensão*, que resultou em uma concepção própria de apoio institucional em saúde, qual seja:

Método de intervenção que opera o apoio em espaços coletivos e dialógicos de cogestão constituídos por diferentes sujeitos, com vistas a promover mudanças e novos processos e modos de produzir, analisar, supervisionar e avaliar práticas institucionais de gestão e de saúde.

Assumindo-se essa concepção e o Método da Roda como norteador das ações, o desenvolvimento do projeto deu-se pela promoção de espaços coletivos de diálogo, reflexão e análise crítica do processo de trabalho das e com as ESPs, visando-se à produção de consensos e à corresponsabilização coletiva pelos processos de mudança que lhes permitam implementar, conduzir, gerir, aperfeiçoar e monitorar estratégias educacionais à luz da PNEPS.

Desse projeto implementado pelo DEGES/SGTES/MS resultou, como um de seus produtos, a proposição de um conjunto de ações organizadas em eixos temáticos, a serem consideradas pelos gestores estaduais e municipais, as quais podem orientar novas ações, produzir novos consensos e arranjos para o fortalecimento das ESPs.

ANTECEDENTES

Durante o projeto, tendo-se em vista o referencial teórico-metodológico do apoio institucional em saúde, foram empreendidos diferentes movimentos de mobilização das ESPs, com as quais o grupo apoiador identificou diferentes nós críticos. Alguns desses foram problematizados e discutidos coletivamente em oficinas de trabalho, buscando-se estratégias de solução.

Na ausência de uma definição teórica sobre esse contingente de instituições, que, ao longo do tempo, vêm desenvolvendo e atuando na formação e qualificação dos trabalhadores do SUS, o ponto de partida do apoio institucional foi construir uma proposta que orientasse o debate sobre o que é uma Escola de Saúde Pública, e, para tanto, alguns conceitos foram discutidos e acordados como indicam o Quadro 1 e a Figura 1.

Ressalta-se que o conjunto de definições acordadas, resguardadas as diferenças e os contextos de cada instituição, objetivou delimitar características e conceitos que dessem uma identidade para o conjunto de ESPs existentes, sem a pretensão de padronizá-las.

Quadro 1 – Áreas-problema, contextualização e consensos produzidos em oficinas de trabalho com as Escolas de Saúde Pública

Área-problema	Contexto	Consenso
Acesso à informação e divulgação	ESP sem <i>sites</i> ou com <i>sites</i> desatualizados/ carentes de informação	Definição das informações essenciais a serem apresentadas no <i>site</i> institucional de uma ESP
Público-alvo	Ações dirigidas a diferentes públicos, mais ou menos abrangentes, e inexistência de diretrizes formais que definam o público-alvo de uma ESP	Delimitação do público-alvo de uma ESP
Atribuições	Multiplicidade de atribuições, com escopo mais ou menos abrangente, e inexistência de diretrizes formais que as definam	Definição das atribuições essenciais de uma ESP
Conceito	Inexistência de diretrizes, documentos e literatura que definam conceitualmente uma ESP, diferenciando-as das demais instituições de ensino	Descrição de um conceito geral para ESP
Organização e estrutura	ESP com características organizacionais e estruturais muito distintas	Definição de um conjunto de elementos essenciais para o funcionamento técnico e administrativo de uma ESP
Missão	ESP com missões muito diferentes entre si e inexistência de diretrizes e documentos formais definindo conceitos e parâmetros relacionados à ESP	Definição da missão de uma ESP

Fonte: Elaboração própria.

Figura 29 – Consensos produzidos em oficinas de trabalho com as Escolas de Saúde Pública

Escolas de Saúde Pública

O que são?

Instituições públicas que se constituem como equipamentos específicos do SUS, criadas com a finalidade de promover processos de educação formal e não formal aos trabalhadores do SUS e à comunidade, cujo funcionamento vise a atender às necessidades do seu território de atuação, tendo como eixo estruturante a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e a articulação de redes como diretriz.

Missão	Atribuições essenciais
<p>Promover, no e para o serviço, atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação para os trabalhadores do SUS e a comunidade, mediante os pressupostos da Educação Permanente em Saúde, no intuito de ofertar serviços de qualidade em consonância com os princípios e diretrizes do SUS, e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Ofertar ações de Educação Permanente em Saúde e de formação no campo da Saúde Coletiva ✦ Desenvolver pesquisas e atividades de extensão ✦ Assessorar instituições

Público-alvo: Prioritariamente profissionais e trabalhadores da saúde e toda a sociedade

- Instrumentos legais e normativos
 - ✦ Ato de criação
 - ✦ Autorização de funcionamento como escola
 - ✦ Regimento
 - ✦ Organograma
 - ✦ Projeto Político Pedagógico
 - ✦ Plano de Desenvolvimento Institucional
- Estrutura física
 - ✦ Sede própria
 - ✦ Secretaria acadêmica
 - ✦ Biblioteca
 - ✦ Salas de aula e de professores
 - ✦ Auditório
 - ✦ Conectividade
 - ✦ Acessibilidade
 - ✦ Infraestrutura informática

- Pessoas e cargos
 - ✦ Núcleo Docente Estruturante
 - ✦ Coordenação pedagógica
 - ✦ Secretário escolar
 - ✦ Docentes
 - ✦ Quadro de profissionais (administrativo, bibliotecários, profissionais de informática, pedagogo)
 - ✦ Pessoal de limpeza, manutenção e segurança
- Dimensão técnico-política
 - ✦ Relações com ministérios
 - ✦ Conexão em redes
 - ✦ Articulação com instâncias do controle social
 - ✦ Parcerias para operacionalização das ações nos territórios

No site institucional: informações de identificação e de contato, estrutura organizacional, missão, visão e valores, serviços e ofertas educacionais, publicização de produtos e produções, documentos e legislação, notícias e eventos

Fonte: Elaboração própria.

Considerado o fato de que se constituem definições primeiras a respeito dos temas, é válido dizer que esses consensos podem e devem ser revisitados e pactuados em outras instâncias, também democráticas.

Além do já exposto, os dispositivos de encontro – e outras etapas do projeto – também buscaram um olhar crítico para as fortalezas e fragilidades dos sujeitos institucionais e dos seus papéis sociais. Cumpre ressaltar a diversidade e heterogeneidade do conjunto das ESPs participantes do projeto no que tange a seus aspectos organizacionais, gerenciais, administrativos, operacionais, à abrangência territorial de suas ações e às suas atribuições. Também foram evidenciados pontos comuns e ímpares quanto a fortalezas, fragilidades e potencialidades no cumprimento da missão e dos objetivos de cada uma.

Ademais, em diferentes momentos do projeto, as ESPs tiveram a oportunidade de manifestar suas necessidades de apoio institucional, abrangendo questões de diferentes amplitudes. Contudo, várias demandas em comum também foram apresentadas, conferindo certa unicidade a esse heterogêneo grupo de instituições.

Dito isso, é correto dizer que o projeto não apenas levantou demandas de apoio a serem consideradas e implementadas pelos gestores locais, mas também implementou ações de apoio institucional em saúde, disparando a discussão de temas sensíveis, produzindo consensos, induzindo as ESPs a compartilharem experiências entre si e, em alguns casos, levando à implementação de ações/mudanças. Nesse último caso, têm-se como exemplos: a criação de *site* institucional por uma ESP e a adoção da missão pactuada por outra ESP.

Em face do exposto, espera-se que o apoio institucional às ESPs se faça presente nos planos estaduais e municipais de educação permanente e que este documento possa orientar a construção de planos de ação que visem à minimização ou mesmo à superação de alguns dos desafios que ainda se apresentam às ESPs, mesmo cientes de que essa proposta, aqui desenhada, não responderá a todos os anseios do corpo social dessas instituições. Por isso, ela não se finda em si mesma.

Com isso em vista e considerando-se que as relações entre apoiador e apoiado devem ser mediadas por contratos nos quais os objetivos, os métodos de trabalho coletivo e as responsabilidades sejam esclarecidas, a proposta que compõe este documento deverá ser debatida e pactuada entre gestores, técnicos e dirigentes das instâncias estadual e municipal, o que muito provavelmente resultará em alterações, seja no que tange às estratégias de ação desenhadas, às responsabilidades determinadas para as instituições envolvidas ou até mesmo à inclusão de prazos, sujeitos e instituições apoiadoras e corresponsáveis pela produção de mudanças.

Assim, resguardadas as particularidades de cada instituição, espera-se que as ações, dessa forma construídas e apresentadas, contemplem tanto as instituições integrantes do projeto como aquelas que futuramente se agreguem ao conjunto de ESPs da rede SUS.

Ações para o fortalecimento das Escolas de Saúde Pública

As ações ora propostas, elaboradas em face das múltiplas necessidades de apoio institucional apontadas pelo conjunto das ESPs, foram agrupadas em cinco eixos temáticos interdependentes que propõem o desenvolvimento de ações de diferentes espectros, em um movimento a ser construído de forma conjunta com os atores institucionais e sociais partícipes da condução da PNEPS e corresponsáveis pelas ações de educação na saúde.

Eixos temáticos

- **Articulação interinstitucional:** abarca as demandas de apoio para o reconhecimento social e relacional das ESPs com outras instituições;
- **Jurídico e documental:** inclui as demandas que visam ao apoio de caráter jurídico e de desenvolvimento e revisão de documentos jurídicos e pedagógicos;
- **Gestão do ensino:** agrega as demandas de apoio relativas aos processos de gestão acadêmica, qualificação profissional e monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelas ESPs;
- **Pesquisa:** agrupa as demandas de apoio que visam ao incentivo, desenvolvimento e fortalecimento de projetos de pesquisa;
- **Financiamento:** reúne as estratégias para o apoio de ordem financeira.

Apoia-nos a crença de que a continuidade das ações de apoio institucional é um processo compartilhado e que deve refletir um contexto que demanda intervenções; assim, para cada uma das dimensões, foram estabelecidos os seguintes momentos: áreas-problema, contexto, objetivos, ações de apoio e responsabilidades das ESPs.

É preciso ressaltar que os eixos temáticos compõem de um rol de ações estratégicas, propostas para serem implementadas no âmbito da política local de educação permanente. Assim, uma vez que se inserem na estrutura organizacional de estados ou municípios, as ESPs precisam negociar suas responsabilidades no processo de apoio e mobilizar esforços e comprometimento dos seus gestores, já que suas demandas exigem a participação efetiva e, sobretudo, o apoio técnico, material e financeiro da esfera administrativa da qual fazem parte.

Disso, pois, compreende-se que qualquer plano de apoio institucional em saúde que implique o desenvolvimento de ações em direção à produção de mudanças pressupõe negociações e debates entre todos os atores implicados na gestão descentralizada do SUS. No caso das ESPs, que se configuram como instituições comprometidas e cooperantes da PNEPS, é preciso considerar a responsabilidade e pactuação tripartite, bem como a inclusão dos diferentes espaços ou sujeitos que por elas são apoiados e que têm o potencial de ajudar a transformá-las ou a mantê-las como estão.

Nesse entendimento, encoraja-se que as ações aqui propostas confluem para a constituição coletiva de um plano permanente de fortalecimento que inclua os compromissos, as responsabilidades e as contrapartidas dos diferentes atores – apoiadores e apoiados –, que considere os consensos até então produzidos no âmbito desse projeto e que vislumbre a produção de efeitos de caráter gerencial, político e pedagógico das ESPs, buscando fortalecê-las no próprio exercício da produção de mudanças.

Articulação interinstitucional

As ações de articulação interinstitucional refletem as demandas por movimentos dialógicos e democráticos, inclusivos às ESPs, operacionalizados entre as instituições corresponsáveis pelos processos de formação no e para o SUS, em especial as instituições ministeriais da saúde e educação e os conselhos estaduais de educação que, além de serem responsáveis pela formulação de diretrizes e políticas, são fundamentais para a legitimação dos espaços institucionais de ensino no campo da saúde.

Importa, nesse sentido, apoio da gestão local que contribua para o reconhecimento social das ESPs como instituições de formação, as quais resguardam particularidades que as diferenciam de outras instituições de ensino e que, portanto, reivindicam um olhar regulatório também diferenciado.

Área-problema
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Reconhecimento social
Contexto
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Há pouco reconhecimento e/ou entendimento por parte dos gestores acerca da definição, das finalidades, da importância, do papel e das ações desenvolvidas pelas ESPs ✦ Pouca proximidade do MS com o conjunto de ESPs
Objetivo
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Formalizar conceitos e definições sobre a ESP, sua missão, suas atribuições e os elementos essenciais para o seu funcionamento
Ações de apoio
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Mobilizar os diferentes atores implicados na educação na saúde para o aprofundamento das discussões, das definições e dos consensos pactuados sobre o que é uma ESP, sua missão e suas atribuições essenciais ✦ Negociar com o MS a publicação de documento de referência nacional que disponha conceitualmente sobre as ESPs, suas características e particularidades, no sentido de reconhecê-las formalmente como espaços legítimos de formação do SUS, bem como a criação de espaço no site da SGTES para abrigar informações sobre as ESPs ✦ Pactuar o estabelecimento de referência técnica do MS para interlocução permanente com as ESPs ✦ Promover encontros e discussões periódicos com as ESPs
Responsabilidades das ESPs
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Apresentar arcabouço jurídico que as estabelecem como ESPs ✦ Integrar a rede estadual e/ou municipal de serviços de saúde ✦ Possuir estrutura necessária ao seu funcionamento

Área-problema
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Credenciamento para ofertar cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>
Contexto
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Parte das escolas oferta cursos <i>lato sensu</i>, ficando ao seu encargo todo o processo de execução, mas estas não têm autorização para certificá-los por não serem credenciadas como instituições de ensino ✦ A necessidade de diálogo entre o MS, o MEC e os Conselhos Estaduais de Educação foi colocada como uma questão importante, que pode viabilizar um perfil de credenciamento diferenciado das ESPs enquanto instituições de ensino relacionadas ao mundo do trabalho que atuam no e para o SUS
Objetivo
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Promover ações que viabilizem o credenciamento das ESPs como instituições autorizadas a ofertar cursos <i>lato sensu</i>
Ações de apoio
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Estabelecer diálogo com o MEC no sentido de apresentar e discutir as especificidades da educação na saúde e, conseqüentemente, das ESPs e do seu papel na formação dos trabalhadores do SUS na perspectiva da PNEPS ✦ Promover e intermediar, juntamente com o MS, o diálogo das ESPs com o MEC ✦ Mobilizar, em parceria com o MS, a criação de grupo de trabalho interinstitucional para discussão e criação de parâmetros e critérios específicos para o credenciamento das ESPs com o MEC ✦ Pleitear a proposição de legislação específica para credenciamento das ESPs com o MEC
Responsabilidades das ESPs
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Apresentar arcabouço jurídico que as estabelecem como ESPs ✦ Possuir Projeto Político Pedagógico ✦ Apoiar a mobilização dos Conselhos Estaduais de Educação ✦ Mobilizar os gestores locais para apoiar o processo de negociação

Área-problema
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Estágios na rede SUS
Contexto
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Necessidade de maior articulação entre as ESPs e as instituições de ensino
Objetivo
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Promover articulação entre as ESPs e as instituições de ensino públicas e privadas na rede de serviços de saúde
Ações de apoio
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Fomentar maior articulação das ESPs com as instituições de ensino e comissões de residência ✦ Fortalecer as instâncias de integração ensino-serviço ✦ Retomar a discussão da contratualização do COAPES ✦ Mobilizar, em parceria com o MS, a criação de grupo de trabalho para discussão, pactuação e publicação de diretrizes gerais de regulação dos estágios na rede SUS ✦ Apoiar o desenvolvimento de sistema de regulação de práticas e estágios na saúde ✦ Propor propostas ao MS de apoio ao pagamento de bolsas de residência
Responsabilidades das ESPs
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Participar das instâncias gestoras de integração ensino-serviço do estado ou município ✦ Mobilizar as instâncias de integração ensino-serviço, as comissões de residências em saúde e os gestores locais para participação no processo de negociação ✦ Trabalhar, de forma integrada, com a rede de serviços de saúde

Jurídico e documental

As ESPs, enquanto instituições de ensino agentes de mudança, também almejam a perenidade, que só pode ser conquistada se construída em bases sólidas, de forma sustentável. Essa sustentabilidade está obrigatoriamente ligada, do ponto de vista externo, ao reconhecimento social da ESP e, no sentido interno, a um conjunto de códigos que conduza os processos executados por elas.

Como anteriormente mencionado, o reconhecimento social das ESPs imprime considerá-las como instituições de formação legítimas do SUS, cuja missão e cujos objetivos e processos pedagógicos se ancoram nos pressupostos da PNEPS. Isso implica dizer que as ESPs não estão necessariamente contempladas no rol de instituições de ensino ou escolas, conforme conceituam o MEC e os Conselhos de Educação.

Reconhece-se que a necessidade, ou não, de revisão dos formatos jurídicos das ESPs é decisão política dos governos locais. Assim, a nossa proposta aqui é iluminar e orientar ações e estratégias que poderiam ser realizadas para fomentar o necessário debate sobre a relação entre os atos de criação e de funcionamento das ESPs (legislação, regimentos, projetos de desenvolvimento institucional e projetos pedagógicos), o grau de autonomia e a posição na estrutura administrativa do governo, os quais, por sua vez, acabam por refletir os modos como são geridos e conduzidos os processos e as ações executadas por elas.

É importante dizer que nem todas as estruturas estaduais e municipais de saúde elegeram ou instituíram as ESPs como espaços de formação de seus trabalhadores. Em muitos casos, associaram-se às instituições de ensino superior e de pós-graduação para o cumprimento desta tarefa.

Nesse sentido, essa dimensão conjectura as demandas de apoio do ente estadual/municipal que colaborem para o estabelecimento de um arcabouço jurídico, ou ao menos formalizado, que arregimente as ESPs enquanto instituições formadoras, garantindo-lhes as benesses e os direitos concedidos a outras instituições de ensino, em acordo às suas atribuições e limitações, bem como lhes conduza no desenvolvimento de documentos legais e pedagógicos internos, condutores de seus processos de gestão e de formação.

Mais ainda, as ações estratégias desenhadas aqui também dizem respeito à organização de um apoio jurídico que ambicione superar os desafios relacionados aos processos de contratação e remuneração de servidores e colaboradores externos para atuarem nas ESPs como agentes de ensino – docentes, facilitadores, tutores, preceptores –, uma vez que não possuem quadro docente próprio.

Área-problema

- ✦ Contratação e remuneração de docentes e preceptores

Contexto

- ✦ Inexistência de diretrizes e parâmetros orientadores para a seleção, contratação e remuneração de servidores e colaboradores para atuarem como docentes, preceptores e facilitadores das ações de formação das ESPs

Objetivos

- ✦ Promover a elaboração de legislação estadual/municipal dispendo sobre os processos de seleção, contratação e remuneração de colaboradores das ESPs

Ações de apoio

- ✦ Criar grupo de trabalho mediado por expertos na área jurídica para a discussão e definição de diretrizes orientadoras de elaboração de dispositivos legais relativos ao tema
- ✦ Apoiar juridicamente as ESPs na implementação de medidas legais permissivas à contratação e remuneração de colaboradores

Responsabilidades das ESPs

- ✦ Realizar processos formativos descentralizados
- ✦ Promover discussões internas com sua equipe
- ✦ Mobilizar os gestores locais sobre a importância do tema

Área-problema

- ✦ Instrumentos jurídicos e gestão documental

Contexto

- ✦ ESPs possuem arcabouços jurídico-legais heterogêneos, mais ou menos detalhados, que lhes conferem diferentes graus de autonomia e que não refletem necessariamente a abrangência do seu escopo de atribuições
- ✦ ESPs com documentos orientadores da gestão institucional e gestão do ensino desatualizados
- ✦ Necessidade de qualificação para a gestão documental

Objetivos

- ✦ Apoiar a organização, elaboração e revisão de instrumentos jurídicos e documentos das ESPs

Ações de apoio

- ✦ Promover encontros para a ampliar a discussão sobre as alternativas de personalidade jurídica das ESPs
- ✦ Propiciar apoio jurídico para a discussão e reformulação de arcabouço jurídico-legal das ESPs
- ✦ Elaborar, em parceria com o MS, diretrizes orientadoras para a elaboração e revisão de documentos institucionais e pedagógicos das ESPs
- ✦ Apoiar tecnicamente na elaboração e revisão de regimento interno, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Político Pedagógico (PPP), projetos educacionais e materiais didáticos
- ✦ Apoiar a criação de espaço virtual de compartilhamento (repositório) de documentos das e entre as ESPs
- ✦ Qualificar as ESPs para a gestão documental

Responsabilidades das ESPs

- ✦ Apresentar arcabouço jurídico que as estabelecem como ESPs
- ✦ Integrar a rede estadual e/ou municipal de saúde
- ✦ Instituir processo de registro permanente de dados e de gestão documental
- ✦ Mobilizar os gestores locais para apoiarem técnica ou financeiramente a implementação dos processos

Gestão do ensino

As ESPs enquanto instituições formadoras do SUS ofertam uma série de ações de educação, formais e não formais, centralizadas e descentralizadas, que se apoiam nos pressupostos da Educação Permanente em Saúde. A operacionalização dessas ações expressa diferentes processos de gestão do ensino mais ou menos eficientes, a depender da sua autonomia, do apoio que recebem e dos recursos – materiais, humanos e financeiros – que possuem.

Compreende-se a gestão do ensino como um conjunto de atividades pedagógicas e administrativas que buscam promover o ensino e a aprendizagem, o que inclui planejar, implementar, monitorar e avaliar ações, gerenciar tecnologias de ensino, atender aos aprendizes e docentes, elaborar, armazenar e gerir documentos.

Dados os desafios persistentes enfrentados pelas ESPs no que tange à gestão do ensino, essa dimensão de apoio agrega estratégias de ação que ambicionam otimizar as atividades diárias e sua organização, qualificar os processos gerenciais e pedagógicos e, por conseguinte, potencializar a eficiência do ensino dessas instituições de formação.

Área-problema	
	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Sistema de Gestão Acadêmica (SGA)
Contexto	
	<ul style="list-style-type: none"> ✦ A maior parte das ESPs não possui SGA, de modo que os registros dos processos são realizados manualmente e/ou em planilhas de Excel ✦ As ESPs desenvolvem ações formativas de diferentes tipos e amplitudes, não comportando um SGA único para todas. Essa é uma discussão que necessita levar em conta as características e especificidades de cada escola
Objetivos	
	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Apoiar o desenvolvimento, a implantação e a customização de SGA nas ESPs
Ações de apoio	
	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Apoiar técnica e financeiramente a customização de SGA já existente de livre acesso, diante das necessidades das ESPs ✦ Promover a troca de experiências e informações com as ESPs que já possuem SGA ✦ Acompanhar a customização e implementação do SGA nas ESPs ✦ Capacitar secretários escolares para a gestão acadêmica/escolar
Responsabilidades das ESPs	
	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Possuir secretaria acadêmica e/ou equipe apta a operacionalizar o SGA ✦ Possuir infraestrutura física e equipamentos necessários à implantação e manutenção de SGA ✦ Mobilizar os gestores locais para apoiarem técnica e financeiramente a implementação do SGA

Área-problema

- ✦ Educação a distância (EaD)

Contexto

- ✦ Desejo das ESPs de implantar ou expandir as ofertas em EaD, ampliando o acesso descentralizado às ações de formação
- ✦ Necessidade de qualificação das ESPs para o desenvolvimento e para a manutenção de ambientes virtuais de aprendizado, de elaboração de materiais didáticos e de metodologias EaD

Objetivos

- ✦ Possibilitar a ampliação ou a implantação das ofertas educacionais na modalidade EaD nas ESPs

Ações de apoio

- ✦ Promover a discussão sobre os requisitos mínimos para implantação e manutenção de EaD nas ESPs no tocante ao credenciamento institucional, a estrutura física, os equipamentos, a composição da equipe e as despesas
- ✦ Promover processos de qualificação profissional em EaD para as ESPs
- ✦ Proporcionar apoio técnico para o desenvolvimento das ofertas e o ensino na modalidade EaD
- ✦ Promover a troca de experiências e o compartilhamento de cursos e materiais já desenvolvidos entre as ESPs e outras instituições que já disponham da modalidade, no sentido de otimizar recursos públicos e evitar o desenvolvimento de ofertas já existentes

Responsabilidades das ESPs

- ✦ Possuir estrutura tecnológica e equipe qualificada para o desenvolvimento de ofertas em EaD
- ✦ Mobilizar os gestores locais para apoiarem técnica e financeiramente a implantação e manutenção da modalidade EaD

Área-problema

- ✦ Monitoramento e avaliação

Contexto

- ✦ Ausência de indicadores, processos e ferramentas de monitoramento e avaliação de ações e de acompanhamento de egressos na maioria das ESPs

Objetivos

- ✦ Apoiar a elaboração e implementação de ferramentas para o monitoramento e para a avaliação das atividades desenvolvidas pelas ESPs

Ações de apoio

- ✦ Promover processos de capacitação para o desenvolvimento de processos de monitoramento e de avaliação de ofertas educacionais
- ✦ Propiciar apoio técnico para o desenvolvimento de indicadores e ferramentas de monitoramento e avaliação de ações formativas e educação permanente
- ✦ Apoiar o desenvolvimento de sistemas informatizados para monitoramento de cursos e de egressos

Responsabilidades das ESPs

- ✦ Possuir algum método de registro das atividades realizadas
- ✦ Mobilizar os gestores locais para apoiarem técnica e financeiramente a implantação de sistemas informatizados nas ESPs

Área-problema
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Qualificação da gestão das ofertas de formação
Contexto
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Alta demanda territorial por ações de formação ✦ Elaboração e execução de cursos similares por diferentes ESPs ✦ Necessidade de incorporar metodologias de ensino inovadoras
Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Ampliar a oferta e aprimorar a gestão das ações de formação ofertadas pelas ESPs
Ações de apoio
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Promover capacitação para o uso de metodologias ativas ✦ Prover apoio técnico para a elaboração de projetos educacionais e de materiais didáticos à luz da PNEPS ✦ Promover, em parceria com o MS, espaço permanente para a discussão das demandas territoriais e nacionais por capacitação e qualificação, para a elaboração de portfólio de ações/cursos de interesse para o SUS e para o compartilhamento de metodologias, materiais e cursos já elaborados ✦ Apoiar a ampliação da oferta e das modalidades de formação das ESPs sob orientação das demandas dos trabalhadores e serviços de saúde locais
Responsabilidades das ESPs
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Desenvolver projetos e ações de formação em consonância com a PNEPS ✦ Realizar processos de formação descentralizados ✦ Realizar parcerias com outras instituições de ensino para o desenvolvimento de processos formativos e ações de educação permanente nos territórios ✦ Compartilhar metodologias, materiais didáticos e cursos com o conjunto de ESPs e outras instituições de ensino

Área-problema
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Preceptoría
Contexto
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Ausência de diretrizes nacionais que orientem o perfil, a qualificação e as atribuições dos preceptores na rede SUS ✦ Ausência de parâmetros legislativos nacionais que orientem a configuração de mecanismos para a seleção, contratação e remuneração de preceptores
Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Propor diretrizes que orientem o perfil, a qualificação, as atribuições e os mecanismos de contratação e remuneração de preceptores na rede SUS
Ações de apoio
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Criar grupo de trabalho para discutir uma política nacional de preceptoría ✦ Elaborar diretrizes para seleção, contratação e remuneração de preceptores ✦ Propiciar processos de qualificação dirigidos aos preceptores ✦ Apoiar o pagamento de bolsas para preceptores de residência
Responsabilidades das ESPs
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Participar direta ou indiretamente de programas de residência médica e multiprofissional ou da gestão de estágios na rede de serviços ✦ Mobilizar e estabelecer parceria com as instituições de ensino na saúde e programas de residência médica e multiprofissional em saúde ✦ Mobilizar os gestores locais para que participem do processo de discussão e negociação das diretrizes

Pesquisa

As ESPs assumem como uma de suas responsabilidades contribuir com a transformação das práticas de saúde e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população, a partir de atividades de ensino, pesquisa e extensão. No que tange à pesquisa, observa-se um cenário pouco favorável a essas instituições, em razão da ausência de incentivos, da qualificação profissional frágil quanto à aplicação de diferentes metodologias de pesquisa e do não reconhecimento das ESPs enquanto espaço potente para o desenvolvimento de pesquisas.

Compreendendo-as como equipamentos do SUS cujo papel social vai além de formar e qualificar profissionais, sendo também corresponsável pelo processo de criação e disseminação de novos conhecimentos, as ESPs podem ser consideradas como agentes estratégicos para o desenvolvimento de pesquisas que busquem intervir na realidade social e nos processos de trabalho em saúde no contexto em que atuam e que subsidiem a gestão na tomada de decisões estratégicas. Isso posto, essa dimensão agrupa estratégias que visam ao incentivo, ao desenvolvimento e ao fortalecimento de projetos de pesquisa pelas ESPs.

Área-problema
<ul style="list-style-type: none"> Atividades de pesquisa e produção do conhecimento
Contexto
<ul style="list-style-type: none"> A participação das ESPs no desenvolvimento de pesquisas é incipiente Baixa articulação das ESPs com instituições de fomento à pesquisa Poucas são as ESPs que possuem meios/instrumentos de divulgação dos conhecimentos que produzem ou que são produzidos na rede de saúde local
Objetivo
<ul style="list-style-type: none"> Investir e estimular a realização de pesquisas e a produção e a divulgação do conhecimento científico
Ações de apoio
<ul style="list-style-type: none"> Promover capacitação em metodologias e divulgação científica e na elaboração de projetos de pesquisa Estabelecer linhas de interesse de pesquisas a serem desenvolvidas pelas ESPs Apoiar o acesso sistemático a bases de dados científicas, em especial o Portal CAPES Investir na ampliação e renovação de acervo físico das bibliotecas Promover e apoiar a criação de biblioteca virtual integrada nas ESPs Apoiar a estruturação de núcleos e linhas de pesquisa e a criação de periódicos/boletins científicos Investir e estimular a divulgação do conhecimento produzido pelas ESPs Promover encontros para a divulgação de pesquisas e relatos de experiência das ESPs Apoiar a interlocução das ESPs com agências públicas de fomento à pesquisa
Responsabilidades das ESPs
<ul style="list-style-type: none"> Possuir, participar ou apoiar Comitês de Ética em Pesquisa local Estabelecer parcerias com outras instituições de ensino e de pesquisa Elaborar e pactuar diretrizes com a rede de saúde, estabelecendo-se os direitos e deveres do pesquisador, a avaliação das propostas de pesquisa e a devolutiva dos resultados para os serviços e profissionais da rede Participar e promover eventos locais para a divulgação dos trabalhos realizados na rede de saúde Estimular os técnicos a trabalhar e analisar as experiências vivenciadas e realizadas

Financiamento

O financiamento é condição *sine qua non* e elemento estruturante para a organização e o funcionamento de instituições de formação, caso das ESPs. São os recursos financeiros que, ao serem empregados em diferentes áreas e atividades, como no pagamento de recursos humanos, no custeio de instalações, de equipamentos e de deslocamentos, permitem o desenvolvimento e a manutenção das atividades institucionais.

É de se esperar que as ESPs, enquanto componente da estrutura administrativa do estado, quer seja estadual ou municipal, sejam por ele custeadas e mantidas, independentemente do fato de se constituírem unidade orçamentária e possuírem autonomia financeira. Apesar disso, é sabido que os recursos direcionados nem sempre são suficientes para atendimento a todas as necessidades das ESPs, o que acaba por fragilizar sua atuação e dificultar a sua sustentabilidade, especialmente porque muitas delas não possuem as prerrogativas para a captação de recursos externos não públicos.

Associa-se a isso o baixo reconhecimento da importância das ESPs para o SUS, que está diretamente relacionado ao conhecimento incipiente da PNEPS e da baixa prioridade histórica às políticas de educação e de saúde. Como consequência, observam-se ESPs que funcionam em instalações precárias, muitas vezes alugadas, com poucos equipamentos, recursos materiais e humanos.

Nesse sentido, muitas são as demandas de apoio de ordem financeira que vislumbram a melhoria das condições operacionais das ESPs.

Área-problema
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Financiamento da PNEPS
Contexto
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Financiamento da PNEPS interrompido em 2011 ✦ Muitas ESPs encontram-se sem financiamento para desenvolver ações de EPS nos territórios
Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Mobilizar o MS para a reativação do repasse de recursos para a implementação, para a manutenção e para o fortalecimento da PNEPS
Ações de apoio
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Criar, em parceria com o MS, grupo de trabalho com representantes das ESPs para coordenar a retomada da PNEPS nos territórios ✦ Repassar recursos financeiros para as ESPs para o desenvolvimento de atividades relacionadas à PNEPS ✦ Monitorar e avaliar regularmente o cumprimento de metas e o gasto dos recursos da PNEPS
Responsabilidades das ESPs
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Possuir Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Político Pedagógico ✦ Comprovar capacidade para execução de recursos da PNEPS ✦ Desenvolver ações de EPS regulares nos territórios em consonância com os princípios e com as diretrizes da PNEPS ✦ Ter integração com a rede de serviços de saúde

Área-problema	
+	Infraestrutura e equipamentos das ESPs
Contexto	
+	ESPs que funcionam em sedes alugadas ou sedes próprias, mas que possuem infraestrutura precária ou insuficiente, necessitando de reformas e de modernização/aquisição de recursos materiais e tecnológicos
Objetivos	
+	Contribuir para a melhoria das condições operacionais das ESPs (física, estrutural e tecnológica)
Ações de apoio	
+	Mobilizar alocação de recursos financeiros para as ESPs no tocante à melhoria de suas condições físicas e operacionais
+	Definir e assegurar técnica e financeiramente a manutenção das atividades das ESPs
Responsabilidades das ESPs	
+	Possuir Plano de Desenvolvimento Institucional
+	Elaborar projetos para pleitear recursos financeiros para melhorias na infraestrutura ou compras de equipamentos e materiais
+	Possuir capacidade instalada para o desenvolvimento de suas atribuições básicas

Lições

O apoio institucional em saúde foi adotado como um recurso de promoção à análise e transformação dos processos de trabalho e de gestão das ESPs, a partir do debate e da problematização da realidade. Pretendeu-se, assim, aumentar a participação dos atores das ESPs na tomada de decisão, na definição de compromissos e contratos e na habilidade de lidarem com seus conflitos e suas dificuldades. Buscou-se, em linhas gerais, motivar as ESPs para que, juntamente com os trabalhadores do SUS, os serviços e seus parceiros, possam operar as ações educativas nos territórios, a partir da cogestão.

A despeito da heterogeneidade, da amplitude e do alcance dessas instituições e de suas atribuições, elas resguardam o compromisso com o SUS e com a PNEPS e compreendem a sua importância enquanto espaço político. Mais ainda, independentemente do seu grau de autonomia, das condições de sua infraestrutura, do tamanho do seu quadro profissional e do apoio que recebe da gestão, dedicam-se a fortalecer e a promover os processos de qualificação profissional que respondam às demandas do trabalho em saúde e, por consequência, aperfeiçoem a qualidade do atendimento de saúde à população.

Para além da oferta de processos de qualificação, traduzidos em ações de EPS e cursos presenciais e a distância para os profissionais do SUS, para os atores do controle social e para a comunidade, as ESPs desempenham papel importante na coordenação e regulação de estágios nos cenários do SUS, de pesquisas e de programas de residência na área da saúde.

Compostas por equipes multiprofissionais, qualificadas e comprometidas, porém em número insuficiente para atendimento às demandas e para consecução de suas várias atribuições, as ESPs enfrentam diversos outros desafios, de diferentes ordens, que acabam por

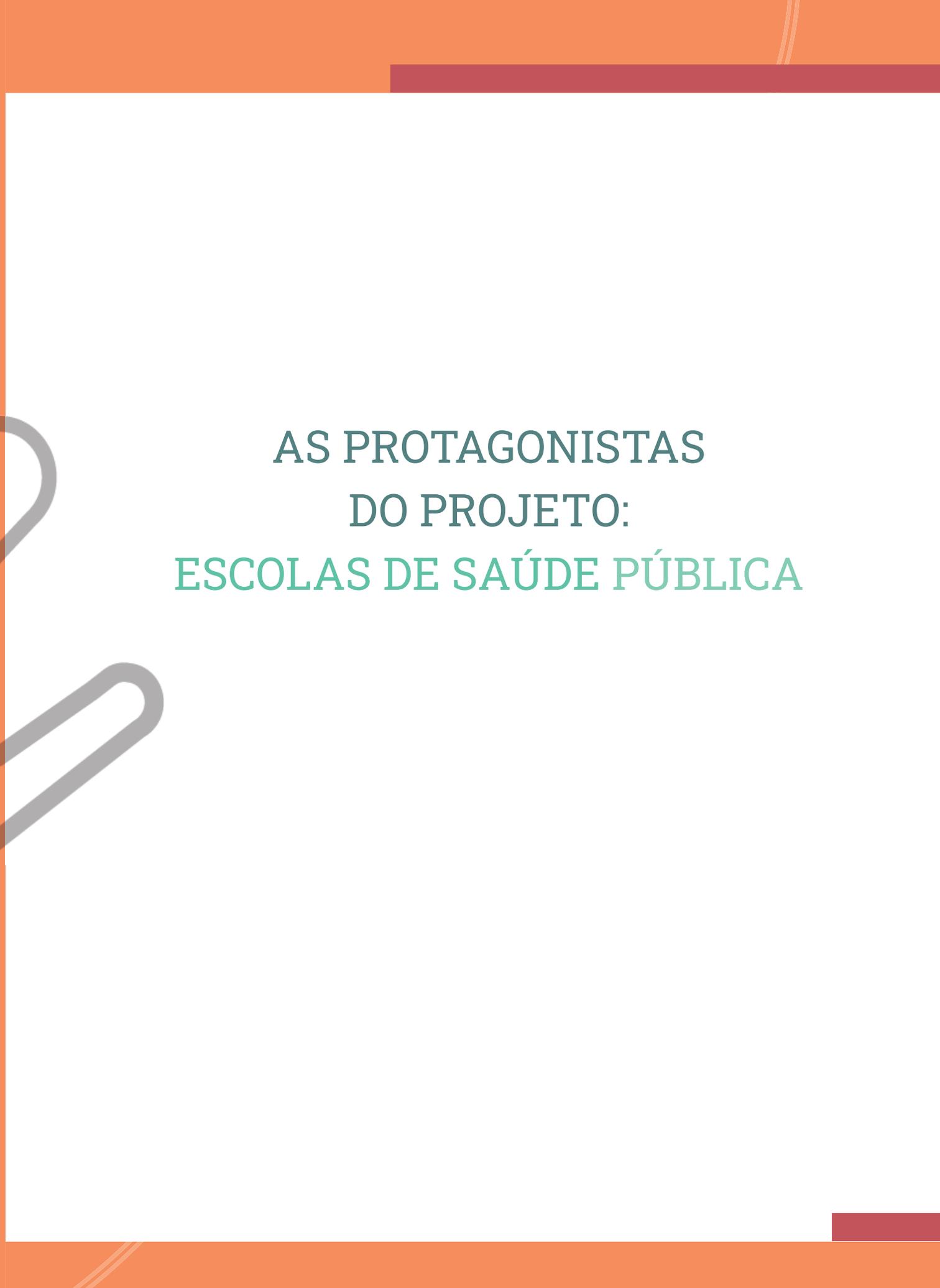
restringir sua atuação, como problemas de infraestrutura física, deficiência de equipamentos e de sistemas de gestão e inexistência ou limitações de atos normativos e jurídicos que permitam a contratação e o pagamento de colaboradores.

No âmbito do projeto, como dispositivos metodológicos previstos pelo apoio institucional em saúde, foram desenvolvidas oficinas de trabalho e encontros virtuais. Esses dispositivos promoveram momentos de diálogo, permitindo a livre expressão dos atores imbricados no processo de formação de trabalhadores da saúde, a troca de experiências entre as diferentes ESPs e a reflexão sobre os nós críticos que obstam a sua atuação, tendo como ponto de partida um diagnóstico situacional que respeitou a pluralidade e as diferenças da realidade em que cada uma se insere.

Com isso, esses espaços objetivaram operar e produzir efeitos em três dimensões interdependentes: gerencial, mediante reflexão sobre as práticas de trabalho e de gestão operadas; política, na perspectiva da cogestão como estratégia para o estabelecimento de processos participativos de gestão, de construção de redes e de relações democráticas entre os diferentes sujeitos; e pedagógico-terapêutica, no entendimento de que os coletivos dispararam a produção de novos saberes e subjetividades, operando mudanças nos próprios sujeitos.

Com base no diagnóstico e na evidenciação de nós críticos que limitam a atuação das ESPs, a discussão de alguns temas foi disparada, experiências foram compartilhadas e consensos foram produzidos como resposta de enfrentamento a desafios. Espera-se que o documento sirva de norte para o desenvolvimento de ações que busquem promover novos processos estruturados de educação nos âmbitos estadual, regional e/ou municipal, voltados para as necessidades, para a capacidade resolutiva dos serviços de saúde e para as diferentes possibilidades de desenvolvimento dos trabalhadores do SUS e da gestão social sobre as políticas públicas de saúde.





AS PROTAGONISTAS
DO PROJETO:
ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA



As Escolas de Saúde Pública e suas nuances

No decorrer do projeto, foi possível estabelecer diálogos entre dirigentes, gestores, técnicos e pesquisadores e produzir conhecimento sobre os processos de formação e qualificação de trabalhadores realizados pelas ESPs. Essas se despojaram para apresentar suas realidades e, de forma singular, refletir sobre os seus desafios.

Esse espaço reúne informações escritas por elas e sobre elas, as protagonistas do projeto. A ideia é que, a partir da expressão de cada ESP, possamos conhecer e reconhecer, em cada uma delas, o seu papel na formação e qualificação dos trabalhadores do SUS em seus territórios de atuação.

Região Norte

- ESP de Manaus
- ESP de Palmas
- ESP Tocantins

Região Nordeste

- ESP Ceará
- ESP Sobral
- ESP Iguatu
- ESP Pernambuco
- ESP Sergipe
- ESP Bahia

Região Centro-Oeste

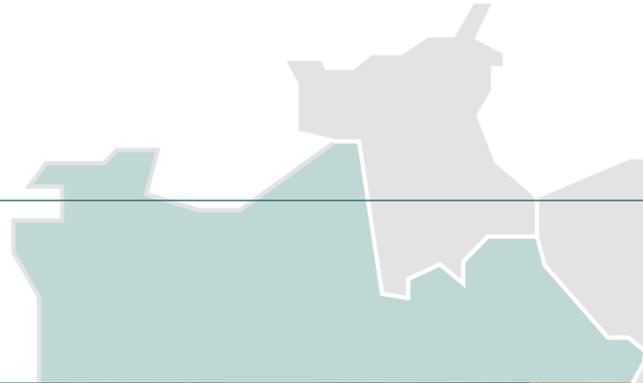
- ESP Aparecida de Goiânia
- ESP Goiás
- ESP Mato Grosso
- ESP Mato Grosso do Sul

Região Sudeste

- ESP Minas Gerais
- ESP São Paulo

Região Sul

- ESP Paraná
- ESP São José dos Pinhais
- ESP Santa Catarina
- ESP Rio Grande do Sul



Escola de Saúde Pública de Manaus (ESAP/SEMSA-AM)

Ao longo dos anos a Secretaria Municipal de Saúde de Manaus – SEMSA vem desenvolvendo ações na perspectiva de avançar em suas práticas educativas, nas dimensões da aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais valorizando a aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e dos serviços tendo como referencial o quadrilátero de formação para a área da saúde (ensino, gestão, atenção e controle social), a fim de realizar as mudanças necessárias ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde –SUS.

Os atores fundamentais na construção do SUS e no atendimento de excelência à população são os trabalhadores da saúde, o que tornou imperiosa a necessidade de priorização e valorização dessa importante força de trabalho, nas dimensões social, ética, política, cultural e científica.

Com o aumento das demandas da população, tanto em relação ao acesso quanto à excelência no atendimento, fez-se necessária a melhoria dos processos educacionais, com vista ao maior incremento das relações entre o serviço e as instituições de ensino (SUS Escola) impondo assim, uma inevitável ampliação dos campos de atuação da educação na saúde e um necessário redimensionamento das estruturas e das ações da SEMSA no espaço da educação permanente dos trabalhadores do SUS.

Com o objetivo de pensar e propor um redimensionamento para uma intervenção que venha enfrentar essas novas demandas, a Prefeitura Municipal de Manaus, por meio da SEMSA, cria a Escola de Saúde Pública - ESAP (Lei 2.320/2018) com a concepção de Escola enquanto formadora dos atuais e futuros trabalhadores, tendo como eixo estruturante a Educação Permanente direcionando a organização do processo de produção do conhecimento a partir da ressignificação dos processos de trabalho em saúde.

Inaugurada dia 03 de julho de 2018, a ESAP traz a estratégia inovadora de Cursos de Especialização baseados em metodologias ativas de ensino - aprendizagem, criou um Ambiente Virtual de Aprendizagem (plataforma moodle) para as atividades complementares dos cursos; publicou 21 editais de processos seletivos para especializando, tutores, preceptores, projetos de extensão; Plano de Trabalho Individual – PTI para avaliação dos bolsistas; levantamento de necessidades de capacitação dos servidores da SEMSA para submissão de projetos e propostas de educação permanente; criação do Conselho Consultivo para deliberação dos cursos livres que são oferecidos aos servidores; Programa de Residência de Medicina de Família e Comunidade com 23 residentes; Programa de Estágio Curricular Obrigatório atendendo aproximadamente 7 mil alunos de 14 Universidades com Termo de Cooperação Técnica com a SEMSA; liberação de campo para pesquisa científicas nacionais e internacionais.

Assim, a ESAP assumiu o papel de indutora no processo de reorientação da formação profissional, a partir das necessidades sociais e do Sistema Único de Saúde - SUS em Manaus, com ênfase na Atenção Primária à Saúde-APS, visando fortalecer a integração ensino-serviço - comunidade.



Oficina de Integração com os Especializandos



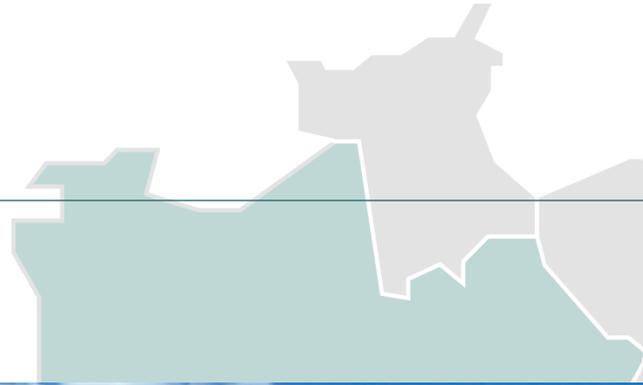
Aula Inaugural do Curso de Especialização em Saúde da Pública
com Ênfase em Estratégia Saúde da Família



Mostra de Pesquisa Científica



Oficina de Integração com tutores



Escola Tocantinense do SUS Dr. Gismar Gomes (ETSUS-TO)

A Escola Tocantinense do SUS Dr. Gismar Gomes – Etsus-TO resulta da fusão da Escola Técnica do SUS, que atendia às demandas de formação técnica no Estado, com a Diretoria de Gestão da Educação na Saúde (DGES) que desempenhava as ações relativas à implantação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). Esta integração representou em grandes avanços no desenvolvimento da Educação Permanente em Saúde (EPS) no Tocantins.

A Etsus-TO como condutora da EPS no Estado, tem como missão promover a gestão dos processos educacionais e de pesquisa, voltados para o desenvolvimento dos trabalhadores no âmbito da saúde do Tocantins. São 18 anos atuando no desenvolvimento de processos educacionais em saúde, contando com uma equipe comprometida e qualificada e a partir do financiamento da PNEPS pelo Ministério da Saúde - MS, aliado às iniciativas já existentes, como Profaps e Profae, pôde, para além de cursos, promover avanços normativos e conceituais. Exemplo disso é o Comitê de Regulação dos Processos Educacionais em Saúde (CREPES) com papel muito relevante na melhoria da qualidade dos programas de qualificação e capacitação na SES- TO, que são certificados pela Escola.

Com a ampliação da rede de ensino superior no Estado e consequente aumento das Universidades e instituições que desenvolvem formação em Saúde, a vivência no SUS transforma o ambiente dos nossos serviços em espaços de práticas de aprendizado. São cerca de 10 mil estagiários atuando nas nossas unidades de saúde, anualmente.

Uma estratégia de organização da EPS no Estado do Tocantins se dá por meio de Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEPS). Atualmente, são 15 NEPS nas unidades hospitalares e setores de gestão, que têm sido uma fortaleza na aprendizagem em serviço.

As propostas educacionais desenvolvidas pela Etsus-TO contemplam as diferentes Regiões de Saúde descentralizando para os municípios o assessoramento em EPS, contribuindo com o protagonismo e a autonomia dos trabalhadores, provocando mudanças nos processos de trabalho e melhorias para o usuário.

Ao longo destes anos, ocorreu o desenvolvimento de especializações e mestrado, atendendo demandas locais dos serviços de saúde e da gestão. Se deram através de parcerias com IEP, reconhecidas e relevantes em âmbito nacional, como: Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA), Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio Libanês (IEP/HSL), Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ) e também com instituições locais: Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). A participação na RedEscola-Fiocruz e na Rede de Escolas Técnicas tem sido imprescindível no crescimento da nossa Instituição.

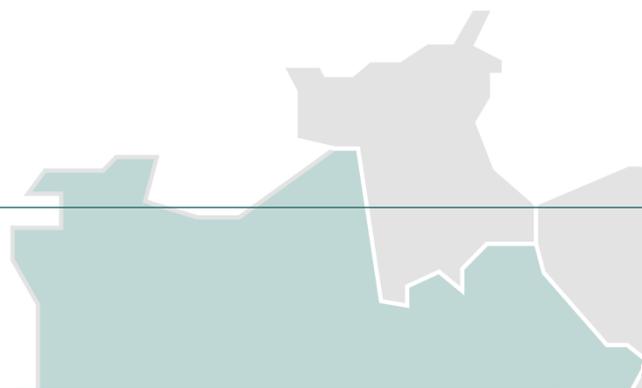
Nos últimos anos, houveram avanços significativos como o futuro desenvolvimento de cursos com o uso de tecnologias educacionais. O Observatório de Desigualdades Sociais e a Biblioteca da ETSUS representam reforço a esta proposta.

A Etsus-TO, reconhece o potencial da educação permanente em saúde para a qualificação e o desenvolvimento dos trabalhadores do SUS. Faz-se necessário pensarmos o tempo presente, a vida presente. Tudo é histórico. Construído e desconstruído. Reinventado. E poderá ser construído de forma modificada. É preciso resistir e sonhar. É preciso ter coragem, esperanças. De mãos dadas, marcharemos para a materialização do Sistema Único de Saúde que queremos. Pois “Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender”. Paulo Freire.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.
São Paulo: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura).







Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas (FESP-TO)

Uma Escola de Saúde Pública se faz ouvindo,
A si, o outro, os outros, os diferentes e toda a gente.

A Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas é assim, aberta
não é modelo, é novelo que se desfia para calçar, e assim alcançar.

Pesquisar para conhecer,
para saber as dores e os amores
do menino, da menina, sejam eles jovens ou idosos.

É preciso escrever esse mundo de sanidade e de insanidade
para conhecer a diversidade da alegria que nos une
e nos reúne em educação a um só coração.

Estamos no cerrado, é esse nosso território
Onde temos oratória e conhecemos a retórica
Da educação formal, não formal e popular.

Medicina social, comunitária, coletiva
É esse o nosso recurso o que constrói o nosso discurso
E prepara no sol o nosso lugar.

Juliete Oliveira

A Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas (FESP-Palmas) vem se consolidando como uma instituição fundamental para a promoção, regulação e desenvolvimento de toda atividade de formação e educação permanente, pesquisa e extensão na área da saúde voltada para o desenvolvimento dos trabalhadores, no âmbito da gestão municipal do Sistema Único de Saúde – SUS de Palmas-TO.

A partir de uma concepção ampla de educação permanente em saúde e da necessidade de reordenar a formação de recursos humanos em saúde, a FESP-Palmas desenvolve suas ações e estratégias na busca de inovação e produção tecnológica, a partir das necessidades sociais e de saúde, integrando ensino-serviço-comunidade, formando redes colaborativas e fortalecendo o Sistema Integrado Saúde Escola do Sistema Único de Saúde – SISE SUS.

A FESP/Palmas, cumprindo seus objetivos legais definidos pela Lei nº 2.014/2013, em conjunto com a Secretaria Municipal da Saúde, vem construindo diferentes estratégias estruturantes, inclusivas e de qualificação do SUS, por meio de metodologias capazes de problematizar e transformar a realidade, a realização de pesquisas aplicadas ao SUS, desenvolvimento de tecnologias que favoreçam o aprimoramento do trabalho em saúde, a qualificação das práticas em saúde e a integração, a eficiência e a economicidade no desenvolvimento das políticas públicas de seguridade social.

Nesse contexto, a partir da formulação do Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde (Portaria Conjunta SEMUS/FESP nº 001, de 04 de fevereiro de 2016), foi desenhado um grupo de ações e projetos de Formação, Extensão e Pesquisa Aplicada com foco na inovação dos ambientes produtivos no SUS, de modo a integrar as práticas educacionais e o mundo do trabalho em saúde.



Palmas será cidade polo na implantação do Projeto de Gestão do Cuidado Farmacêutico do Ministério da Saúde



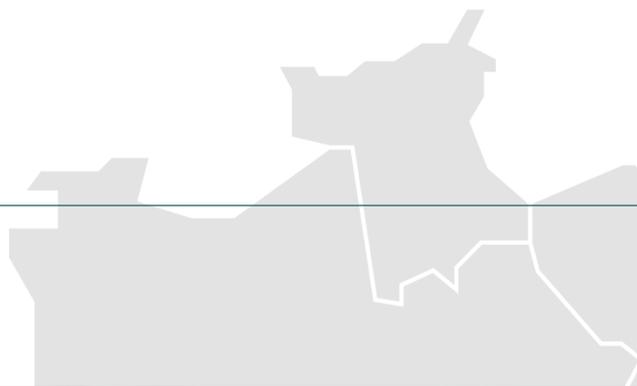
Centro de Saúde contabiliza ganhos com implantação da Residência



Covid-19: Pesquisadores ampliam o número de testagens para rastrear e combater o coronavírus



Profissionais de saúde recebem capacitação sobre o suporte avançado de atendimento ao paciente com Covid-19



Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis (ESP-BA)

A Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis (ESPBA) teve seu prédio inaugurado no dia 1º de março de 2018, visando atender ao processo de estruturação compartilhado pelas duas escolas existentes do SUS : a Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (EFTS), e a Escola Estadual de Saúde Pública Francisco Peixoto de Magalhães Netto (EESP), com respectivamente 23 e 15 anos de experiência.

Tem sua estrutura reformulada pelo **Decreto 19.001 de 02/04/2019** que aprova o Regimento da SESAB, no resguardo das Bases Legais da Educação, versadas no **Parecer CEE 443**, publicado no D.O.E. em 13/12/2018 que concede credenciamento especial para cursos de pós graduação *latu sensu*, Especialização da área de Saúde Pública, podendo qualificar e certificar profissionais e trabalhadores que atuam na atenção à saúde e na gestão do SUS-BA, bem como integra as ações da educação profissional técnica na saúde da Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis.

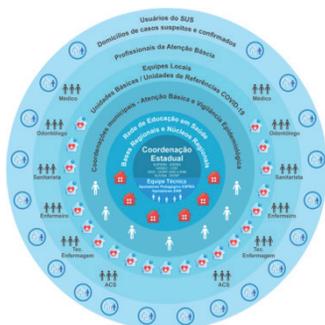
Constam abaixo algumas das frentes de trabalho e projetos estratégicos da ESPBA:



A Escola de Saúde Pública da Bahia (ESPBA/SUPERH/SESAB), em parceria com a OPAS/OMS e CONASS, com o objetivo de potencializar a prevenção, controle e enfrentamento de infecções causadas por vírus respiratórios, incluindo o coronavírus, está disponibilizando dois cursos online de autoaprendizado. Lançamento dos cursos em 15/07/2020. Links: <http://youtube.com/conassoficial> e <http://facebook.com/conassoficial>. Público alvo: gestores, trabalhadores e profissionais de saúde. Cursos: 1. Prevenção e controle de infecções (PCI) causadas pelo novo coronavírus (COVID-19) - <https://bit.ly/opascurso2> e 2. Doenças ocasionadas por vírus respiratórios emergentes, incluindo o novo coronavírus - <http://bit.ly/OPAScurso>



Dada a importância e o papel dos serviços de saúde públicos que integram o SUS, na integração ensino-serviço, para a formação dos futuros profissionais de saúde, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, através da Escola de Saúde Pública da Bahia (ESPBA/SUPERH/SESAB) está construindo um plano de retorno dos estágios na Rede SUS-BA, de modo a implementar ações adequadas e oportunas, a fim de mitigar os efeitos do Coronavírus junto à comunidade estudantil e Estabelecimentos de Saúde.



O Cure Identificação e Cuidados Precoces na COVID-19 tem como objetivo de qualificar os profissionais de saúde da Atenção Básica e da Vigilância à Saúde para implantação de protocolo de monitoramento para identificação e cuidados precoces na COVID-19 (protocolo do COE da Bahia), a Escola, em parceria com a Diretoria de Atenção Básica e a Diretoria de Vigilância Epidemiológica, iniciou a qualificação com vistas a melhor prepará-los para o enfrentamento do novo coronavírus, especialmente no que se refere a identificação e cuidados precoces a pacientes suspeitos e confirmados desta doença, com a finalidade de prevenir agravamento e diminuir a mortalidade. Foi desenvolvido em Rede, onde contamos com a parceria e colaboração de multiplicadores pedagógicos das regionais que compõem a Rede de Educação na Saúde da ESPBA. Ocorrido em 3 momentos da ação educativa, onde no primeiro qualificou-se 384 profissionais apoiadores de referência da Diretoria de Vigilância Epidemiológica-DIVEP, Diretoria de Atenção Básica-DAB e as referências da Atenção Básica e Vigilância Epidemiológica dos Núcleos e Bases Regionais de Saúde - NRS/BRS. No segundo momento, 1098 gestores municipais de 393 municípios do Estado da Bahia e o terceiro e último momento foi destinado aos profissionais de saúde que compõem as equipes da Atenção Básica e da Vigilância Epidemiológica dos municípios, profissionais estes (médicos, enfermeiros, Aux/técnicos de enfermagem, ACS, ACE, técnicos da vigilância, odontólogos e técnicos em saúde bucal), tendo se inscrito 14.086 profissionais de 389 municípios.



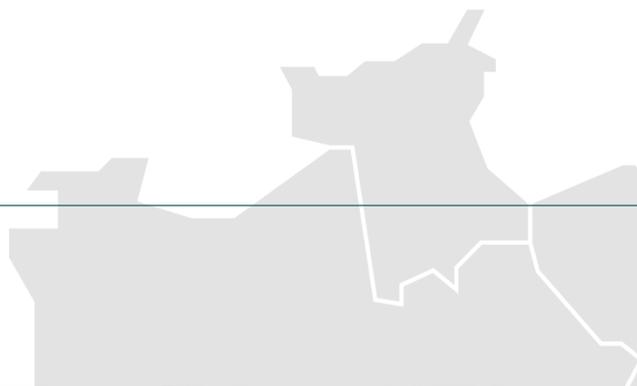
O investimento na área de Monitoramento e Avaliação da Educação Permanente em Saúde constitui-se em um compromisso da Política Nacional de Educação Perante em Saúde. A organização de um sistema de informação voltado para a educação dos profissionais de saúde e a proposição de indicadores para acompanhamento anual da política é fundamental para objetivação dos principais entraves na execução da política, sistematizando informações para o julgamento das ações e a tomada de decisão, considerando o necessário aperfeiçoamento da política de EPS e das práticas formativas ao longo dos anos. Nessa perspectiva, a Escola de Saúde Pública da Bahia - ESPBA, junto ao Instituto de Saúde Coletiva- ISC/UFBA (Instituição condutora técnica) e o Ministério da Saúde/SGTES/DEGES (Órgão financiador) realizaram em março de 2020 o processo de validação dos critérios e indicadores para o monitoramento e avaliação das ações de educação permanente em Saúde.



O Programa de Valorização da Preceptoría em Residência Médica e em Área Profissional da Saúde (Uni e Multiprofissional) tem como objetivo principal oferecer condições para a incorporação da pesquisa aplicada nas atividades desenvolvidas pelo preceptor. Nesse sentido, foi instituído um Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), designado pela Portaria Conjunta entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), a Secretaria de Saúde da Bahia (SESAB) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Como resultado desse trabalho foi estruturada uma proposta que consta das seguintes 5 etapas e com duração de dois anos: seleção de anteprojeto de pesquisa aplicada, através de edital publicado pela FAPESB, em parceria com a Escola de Saúde Pública da Bahia - ESPBA; qualificação dos anteprojetos selecionados a partir de curso de curta duração, modular com abordagens pedagógica e de pesquisa; execução do projeto pelo preceptor-pesquisador; realização de seminário aberto ao público para apresentação e avaliação dos resultados parciais e por fim, realização de seminário para apresentação do relatório final com premiação das pesquisas que demonstrem maior impacto e possam resultar em melhores das práticas de saúde.



Numa perspectiva de aprimoramento e intensificação da integração educação - saúde no âmbito do SUS-BA foi realizado um Diagnóstico Situacional dos Hospitais da Rede Própria Sesab quanto aos requisitos exigidos para Certificação como Hospitais de Ensino, conforme o estabelecido na Portaria Interministerial MEC/MS nº 285, de 24 de março de 2015. Esse diagnóstico situacional subsidiou as ações de Apoio Institucional realizado pela Coordenação de Residências em Saúde da Escola de Saúde Pública da Bahia – CORES/ESPBA que obteve os seguintes resultados: constituição e reorganização da Comissão de Ensino e Pesquisa no HGE; credenciamento dos Programas de Residência Médica em Ortopedia no Hospital do Oeste – HO, Residência Médica em Cirurgia do Trauma no Hospital Geral do Estado e em Medicina Intensiva Pediátrica no Hospital Geral do Estado (HGE), dos Programas de Residência Médica em Clínica Médica e Pediatria no Hospital Regional de Guanambi, além da solicitação de credenciamento de Programa de Residência Multiprofissional em UTI e Emergência para o Hospital Geral Ernesto Simões Filho – HGESF.



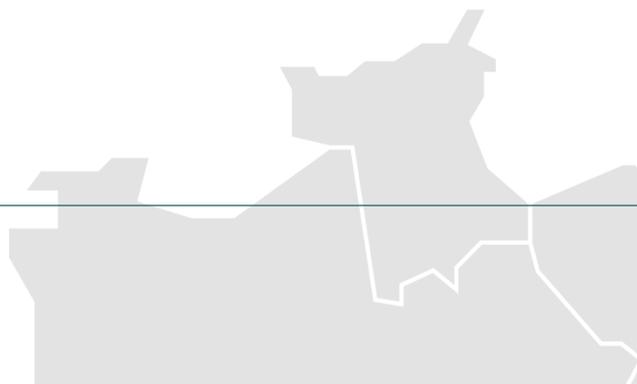
Escola de Saúde Pública de Iguatu (ESPI-CE)

A Escola de Saúde Pública de Iguatu (ESPI), criada pela Lei n.º 1.020 de 19 de maio de 2005, tem como missão desenvolver estratégias de intervenção no campo da formação técnica e capacitação dos trabalhadores de saúde, à luz da legislação vigente, do Plano Regional para a Educação Permanente em Saúde, dos conceitos e princípios da Educação Permanente, do parecer do Conselho Nacional de Educação/CEB 17/97 e do Plano Municipal de Saúde do Município de Iguatu.

A ESPI dedica-se a demanda da Região Centro Sul do Estado do Ceará contribuindo para com o ensino multiprofissional na área de saúde, nos níveis básico, técnico e de qualificação e habilitação dos profissionais inseridos no mercado de trabalho, mediante diretrizes pedagógicas calcadas em princípios básicos da interdisciplinaridade, da ética, dos valores humanos, da diversidade, da pluralidade; do enfoque nos problemas cotidianos das práticas das equipes de saúde; da inserção de forma institucionalizada no processo de trabalho, gerando compromissos entre os trabalhadores, os gestores, os usuários para o desenvolvimento institucional e individual; da transformação das práticas e da utilização de pedagogias centradas na resolução de problemas. Além disso, desde 2013 a ESPI tem apoiado o desenvolvimento da Residência Multiprofissional da Escola de Saúde Pública do Ceará através das ênfases saúde da comunidade e família, saúde mental coletiva e saúde coletiva.

Nesse sentido, busca solucionar problemas tais como: a desvalorização dos trabalhadores de saúde, com baixo investimento em um processo de educação permanente; fragmentação do processo de trabalho e das relações entre os diferentes profissionais; precária interação nas equipes e despreparo para lidar com a dimensão subjetiva nas práticas de atenção; poucos dispositivos de fomento à gestão e à valorização e inclusão dos trabalhadores e usuários no processo de produção de saúde; Formação dos profissionais no modelo médico-assistencialista com maior ênfase na doença, dicotomizando assistência e prevenção; dificuldade de acesso da comunidade às informações que possibilitem a reflexão sobre o processo saúde-doença e consequente aumento de sua autonomia e atitudes de cuidado.





ESPPE
ESCOLA DE GOVERNO
EM SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO

Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE-PE)

A Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE) tem um papel fundamental na estruturação da Política de Educação Permanente em Saúde no estado. Integra a Rede de Escolas Técnicas e Centros Formadores (RETSUS) e a Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola), espaços potentes de diálogo e troca de experiências com o objetivo de fortalecer a política de formação dos trabalhadores do SUS (BRASIL, 2018; PERNAMBUCO, 2018).

Foi instituída no ano de 1989, período de redemocratização do País e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Destacou-se durante a década de 1990 e início dos anos 2000 na Educação Profissional Técnica em Saúde para os trabalhadores do SUS de Pernambuco, ampliando sua oferta de formação para cursos de pós-graduação nas modalidades lato sensu e residências em área profissional da saúde no ano de 2013, por meio da Lei n. 15.066/13 (PERNAMBUCO, 2013).

Atualmente, a ESPPE oferta, além de cursos técnicos, cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização lato sensu e especialização na modalidade de residência em área profissional da saúde, tendo como principal diretriz a descentralização e regionalização, atendendo as necessidades de formação dos municípios mais distantes da capital (BRASIL, 2018; PERNAMBUCO, 2018).

Seus processos formativos têm como princípios norteadores o valor social, a adoção de metodologias de ensino voltadas para a problematização do processo de trabalho, o alinhamento com as necessidades de saúde da população, o compromisso com a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho e o compromisso institucional com o SUS (PERNAMBUCO, 2018).

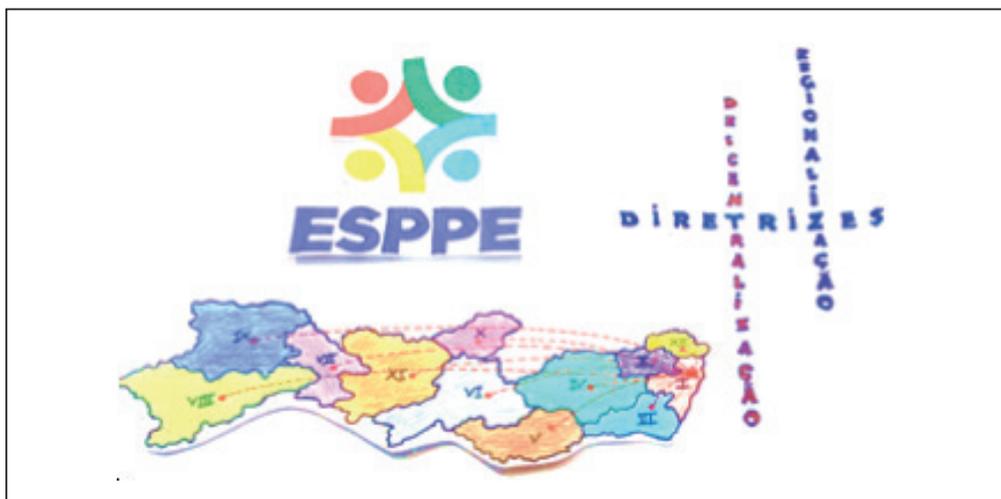
A programação dos cursos realizados e propostos pela ESPPE compõe o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde de Pernambuco (PEEPS), construído a partir de articulações entre as áreas técnicas da SES e gestores do SUS (PERNAMBUCO, 2018).

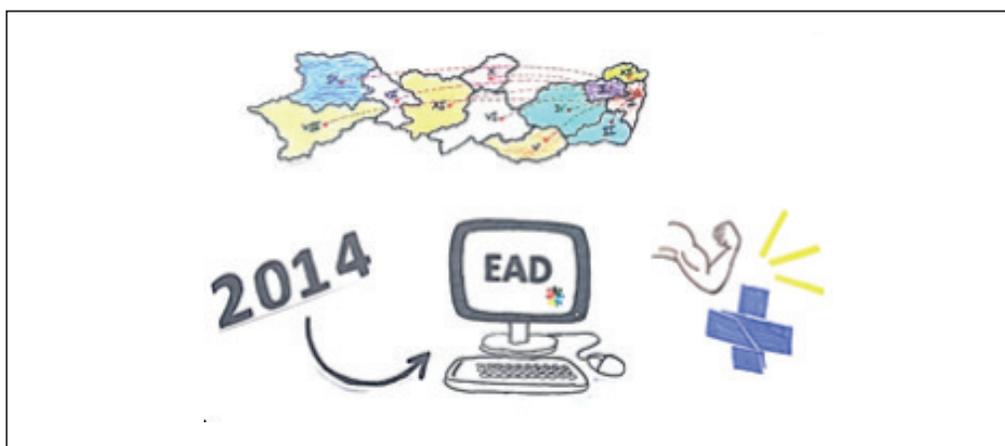
Tendo a descentralização como uma de suas principais diretrizes, aderiu em 2014 ao ensino a distância, modalidade que vem sendo aperfeiçoada ao longo desses anos e que, juntamente às demais ações educacionais, vem contribuindo para qualificação e fortalecimento do SUS (PERNAMBUCO, 2018).

Saiba mais sobre a ESPPE:

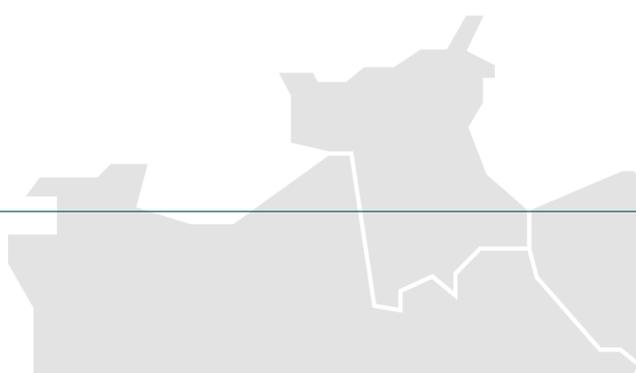
<https://ead.saude.pe.gov.br/>

<https://www.youtube.com/esppe>





Fonte: Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco.



Fundação Estadual de Saúde (FUNESA-SE)

A Fundação Estadual de Saúde – FUNESA foi criada pela Lei nº 6.348 de 02 de janeiro de 2008 como uma instituição integrante da Administração Pública Indireta do Poder Executivo do Estado de Sergipe, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e utilidade pública com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, quadro de pessoal próprio e prazo de duração indeterminado.

Finalidade

Prestar serviços de apoio da atenção básica, de promoção, prevenção e proteção da saúde coletiva e individual, de formação profissional e educação permanente na área da saúde pública, devendo manter a Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe - ETSUS/SE, de acordo com os princípios, normas, objetivos constitucionais e legais

Objetivos específicos da Funesa, enquanto Escola de Saúde Pública:

- atuar, de forma integrada e de acordo com a política de saúde definida pela SES, inserindo os serviços prestados pela FUNESA nas **áreas de Educação Permanente, formação e Saúde Coletiva;**
- participar, junto aos municípios da região e de acordo com o definido pela SES, no estabelecimento de metas que visem à melhoria da saúde da população;
- promover **estudos, pesquisas e ações no tocante ao seu campo de atuação;** IV - promover **educação permanente para os trabalhadores do SUS;**

Áreas educacionais que compõem a Funesa:

O Núcleo de Telessaúde Sergipe faz parte de um programa nacional para a qualificação à distância de profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS), promovendo Educação Permanente (EPS) e fortalecendo a Estratégia Saúde da Família (ESF). Em Sergipe, desde 2013 é gerido pela Secretaria Estadual de Saúde e operacionalizado pela Fundação Estadual de Saúde.

Os serviços ofertados são caracterizados pelo apoio diagnóstico e terapêutico, com ênfase no caráter educativo de suas ações, ao prover apoio assistencial descentralizado.

COEPG - Coordenação de Educação Permanente e Pós-Graduação

A Coordenação de Educação Permanente e Pós-Graduação – COEPG é responsável por articular e operacionalizar ações de educação junto à Secretaria de Estado da Saúde, nas modalidades de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu para profissionais de nível superior e capacitações para profissionais de nível médio e superior, objetivando qualificar trabalhadores vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS, na perspectiva de ampliar o protagonismo e a autonomia dos sujeitos envolvidos, buscando melhorar o processo e trabalho e a capacidade resolutiva dos serviços.

ETSUS - Escola Técnica do SUS

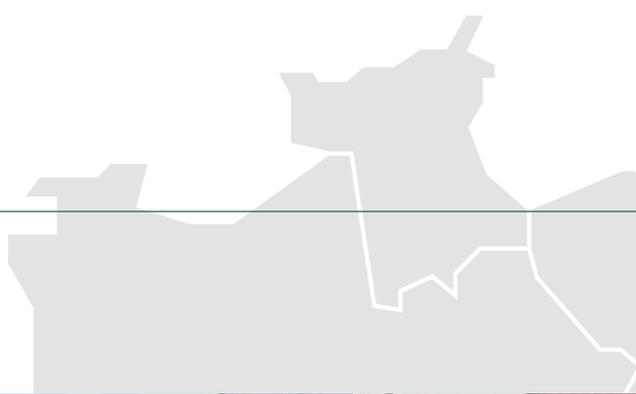
A Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe – ETSUS/SE, criada em pela Lei nº 5.215 de 12 de dezembro de 2003, constituiu-se órgão formador de Educação Profissional em Saúde no Estado de Sergipe. Com a criação da Fundação Estadual de Saúde de Sergipe – FUNESA, a ETSUS/SE passou a integrar a estrutura organizacional desta Fundação.

Editora

O trabalho da Editora FUNESA visa contribuir para melhoria dos processos educativos na saúde do nosso estado e está pautado nos princípios que fundamentam o SUS através da produção e análise de material didático para que atendam a necessidade de uma formação específica nos cursos e capacitações da FUNESA e da SES; da organização de protocolos e documentos técnicos para o uso na atenção à saúde; da organização e diagramação de instrumentos das áreas da FUNESA; da elaboração de projetos editoriais e pedagógicos no campo da educação em saúde e da produção e análise de material gráfico.







Escola de Saúde Pública do Ceará - Paulo Marcelo Martins Rodrigues (ESP-CE)

A Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), criada pela Lei nº 12.140, de 22 de julho de 1993, com competência redefinida de acordo com o inciso IV do Art. 78 da Lei nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, e reestruturada de acordo com o Decreto nº 30.602, de 15 de julho de 2011, é uma entidade da Administração Indireta Estadual, de natureza autárquica, vinculada à Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA), regendo-se por regulamento próprio, pelas normas internas e a pela legislação pertinente em vigor.

A missão da ESP/CE é promover a educação, o conhecimento e a inovação, contribuindo para a saúde individual e coletiva e a melhoria da qualidade de vida e felicidade das pessoas. Tem como visão ser referência de inteligência, ensino, pesquisa e extensão para os cidadãos, gerador de conhecimento e desenvolvimento sustentável, visando a qualidade e a eficiência do sistema de saúde. Seus valores são: Resultado centrado no cidadão; Humanização do atendimento; Valorização das pessoas; Transparência; Conhecimento e Inovação.

No momento atual da gestão, a instituição passa por uma proposta de mudança no seu processo organizacional, discutindo com seus gestores internos uma reestruturação organizacional com base no aprimoramento, na implantação e implementação das ações e dos serviços prestados à sociedade civil e aos parceiros focado nas políticas de gestão do trabalho e educação em saúde, gestão do conhecimento em saúde, promoção da inteligência em saúde, nas ações de ciência, tecnologia e inovação em saúde. Espera-se que a efetivação dessa nova proposta seja incorporada no período de 2020-2021 na ESP/CE.

A ESP/CE atua em:

Residências em Saúde:

<https://www.esp.ce.gov.br/ensino/residencia-em-saude/>

Educação Profissional em Saúde:

<https://www.esp.ce.gov.br/ensino/educacao-profissional-em-saude/>

Educação Permanente em Atenção à Saúde:

<https://www.esp.ce.gov.br/ensino/atencao-a-saude/>

Educação Permanente em Vigilância à Saúde:

<https://www.esp.ce.gov.br/ensino/vigilancia-da-saude/>

Educação Permanente em Gestão da Saúde:

<https://www.esp.ce.gov.br/ensino/gestao-em-saude/>

Investigação Científica:

<https://www.esp.ce.gov.br/pesquisa/centro-de-investigacao-cientifica/>

Revista Científica Cadernos ESP:

<https://www.esp.ce.gov.br/pesquisa/revista- cientifica/>

Programa de Pesquisa para o SUS:

<https://www.esp.ce.gov.br/2020/09/15/chamada- para-programa-de-pesquisa-para-o-sus-recebe-propostas-ate-30-09/>

Extensão em Saúde:

<https://www.esp.ce.gov.br/extensao/sobre/>

Em destaque, novas iniciativas no Exercício de 2019/2020 na ESP/CE

Programa de Valorização da Supervisão de Residências em Saúde do Estado do Ceará:

<https://www.esp.ce.gov.br/2019/11/29/saude-lanca-programa-pioneiro-no- brasil-de-valorizacao-da-supervisao-de-residencias-dia-03-12/>

Centro de Inteligência em Saúde do Estado do Ceará (CISEC):

<https://www.esp.ce.gov.br/2020/03/13/centro-de-inteligencia-em-saude-e-destaque-no-i-congpr/>

ObservaEPS:

<https://www.esp.ce.gov.br/2020/06/23/a-atuacao-do-observatorio-de-educacao-permanente-em-saude-do-ceara-sera-destaque-em-live/https://inova.esp.ce.gov.br/observatorio/institucional>

Curso de Ventilação Mecânica:

<https://www.esp.ce.gov.br/2020/04/27/esp-ce-deve-capacitar-mil-profissionais-de-saude-com-curso-basico-em-ventilacao-ecanica/>

Hotsite coronavirus.ceara.gov.br

App ISUS: <https://coronavirus.ceara.gov.br/isus/>

Central de Ventiladores Mecânicos e Equipamentos Respiratórios:

<https://coronavirus.ceara.gov.br/centraldeventiladores/>

Elmo - Capacete de respiração assistida:

<https://www.esp.ce.gov.br/2020/05/06/ceara-finaliza-prototipo-de-capacete-de-respiracao-assistida/>

Siga a ESP Ceará:

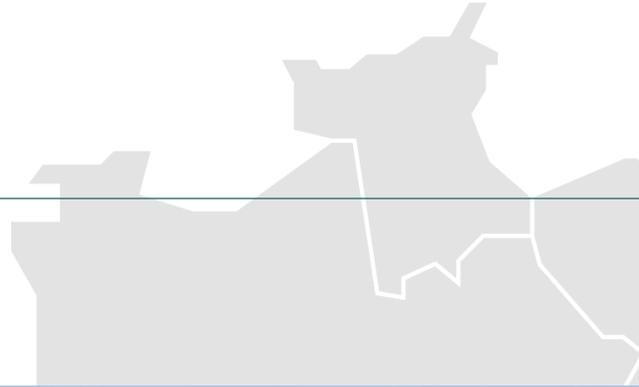
Instagram:

<http://www.instagram.com/espceara>; Facebook: <https://www.facebook.com/espceara/>

LinkedIn:

<https://www.linkedin.com/in/espceara/>; Youtube: <https://www.youtube.com/ESPCeara>





Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia - Sobral (ESP-VS-CE)

1999: Assim começa a nossa história... Desenvolvemos a primeira iniciativa de EP dos trabalhadores da Saúde de Sobral por meio da parceria com a UVA - Universidade Estadual Vale do Acaraú, o CURSO de ESPECIALIZAÇÃO com CARÁTER de RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL em SAÚDE da FAMÍLIA. Nesse ano também lançamos a Revista SANARE.

2001: A Escola foi inaugurada!

2003: A parceria com a UVA continua com o CURSO SEQUENCIAL para ACS. E foi ofertado o MESTRADO em EDUCAÇÃO e CIÊNCIAS para SAÚDE PÚBLICA, ministrado pela ESCOLA de SAÚDE PÚBLICA de HAVANA/CUBA

2004: É inserida no colegiado do POLO de EDUCAÇÃO PERMANENTE da MACRORREGIÃO NORTE de SOBRAL.

2005: Foi criada a Comissão Científica da Secretaria da Saúde de Sobral.

2006: É incluída na Rede de Ensino e Gestão Estratégica para o SUS. Ofertou a primeira turma de Residência em Medicina de Família e Comunidade. Realizou o Projeto de Ações Intersetoriais para Promoção da Saúde em parceria com a Associação Canadense de Saúde Pública, Associação Brasileira de Saúde Coletiva e Escola Nacional de Saúde Pública.

2007: Participou no Projeto internacional de Intercâmbio de Conhecimentos para Formação de Recursos Humanos por Competências nas Escolas de Saúde do Estado do Ceará, envolvendo Brasil e Canadá.

2008: Publicada a Portaria Municipal designando a Escola para coordenar a Educação na Saúde no Sistema Saúde Escola de Sobral. Oferta da primeira turma de Residência Médica em Psiquiatria.

2009: Credenciada como Escola Técnica pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará. Passa a integrar a Rede Nordeste de Saúde da Família – RENASF e a Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública.

2010: Participação no projeto de Cooperação Internacional Brasil-Angola para qualificação dos agentes comunitários de saúde daquele país.

2011: Integra o Conselho Gestor da RENASF e inicia a regulação dos cenários de práticas e da integração ensino serviço no Sistema Saúde Escola de Sobral.

2012: Participação em Mestrados Profissionais em parceria com a RENASF e com a UECE.

2013: Implantação do Núcleo de Evidências Científicas (NEV). Oferta da 1ª Turma de Residência Multiprofissional em Saúde Mental.

2014: Passou a integrar a RETSUS.

2019: Oficialmente, agora ela se chama ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA VISCONDE DE SABOIA (ESP-VS). Participou na Pesquisa Multicêntrica (Brasil-Índia-Indonésia) de investigação da Hanseníase. Foi aprovada a Residência Multiprofissional em Vigilância em Saúde.

2020: Credenciada como Escola de Governo.

A **Missão da ESPVS:** Promover processos educativos interprofissionais, tendo em vista o ensino, a pesquisa e a extensão, com o objetivo de qualificar a gestão, o trabalho e a participação social no âmbito do Sistema Único de Saúde, estimulando as práticas colaborativas, a inovação e a produção de tecnologias no contexto do Sistema Saúde Escola.

Esse é um pouco da história da ESP-VS

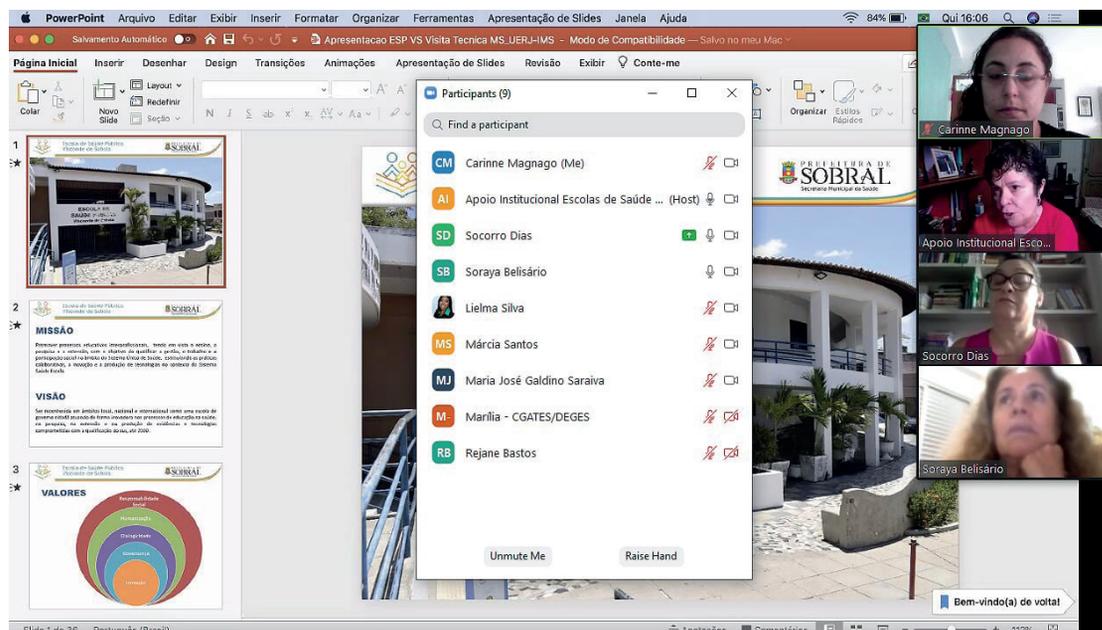
Quer conhecer mais?

Visita a gente:

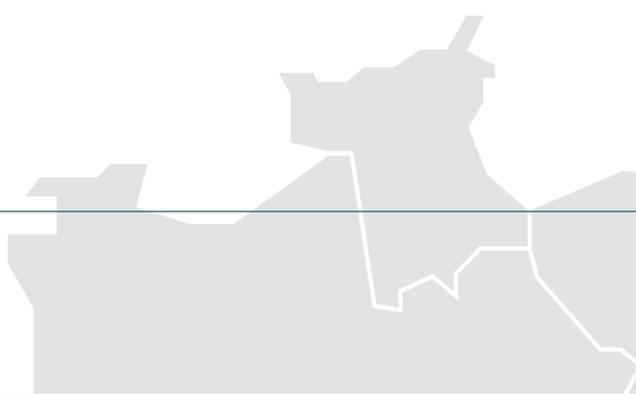
FACE: Espviscondedesaboia

INSTAGRAM: escoladesaudepublicavs

<http://blogdaescolasaudesobral.blogspot.com/>







Escola de Saúde Pública “Dr. Jorge David Nasser” (ESP-MS)

DIRIGENTE DA ESP/MS: André Vinicius Batista de Assis

Um pouco da história da ESP/MS

A Escola de Saúde Pública “Dr Jorge David Nasser” do Estado de Mato Grosso do Sul (ESP/MS) foi criada Decreto Nº 4993 20/02/1989, em meio há mudanças no país e, principalmente pela necessidade do fortalecimento do setor público de saúde em formar trabalhadores para o novo modelo de cuidado, conquistado pela reforma sanitária - o Sistema Único de Saúde (SUS).

A ESP/MS está presente na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, integrando a Diretoria-Geral de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde vinculados estão a Diretoria da Escola Técnica do SUS, Coordenadoria Estadual do Telessaúde, Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Biblioteca em Ciências da Saúde.

Comprometida em ser referência nas ações de integração ensino-serviço-comunidade no âmbito da saúde pública, visando melhorar a qualidade de vida das pessoas; norteada por valores éticos, crenças democráticas, inclusão social, respeito às diversidades e aos direitos humanos. Possui a missão de planejar e desenvolver atividades de formação, educação permanente, pesquisa e extensão na área da saúde pública, fomentando a inovação e a produção tecnológica, a partir das necessidades locais regionais identificadas, objetivando o desenvolvimento, sustentação e efetivação dos princípios doutrinários do SUS.

Nesse sentido, a ESP/MS passou a ofertar várias ações de formação para os trabalhadores do setor público, tanto de curta duração quanto de especialização, e de maneira sistemática realiza o curso de Saúde Pública na formação de sanitaristas para transformar o processo de trabalho em conformidade com os princípios do SUS.

Ao longo dos anos houve muitas mudanças adequando às novas políticas e transformações. Observa-se no trabalho contínuo da ESP/MS, que entre os anos de 2014 a 2018 foram realizadas 23 cursos de especialização *lato sensu*, e 23 ofertas de residências (uni e multiprofissional), 28 cursos de capacitação de curta duração, dois seminários, sendo todas estas atividades voltadas para a educação permanente dos profissionais e trabalhadores da saúde, inseridos no SUS.

No ano de 2004 foi o lançamento da Revista de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul (RSPMS) com o objetivo de dar publicidade aos diversos trabalhos realizados na área de saúde pública. E em 2018 passou a ser um periódico eletrônico permitindo maior acesso e visibilidade.

Ainda em 2018, a escola obteve o credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, dessa forma, alcançou a autonomia para o desenvolvimento e execução dos projetos políticos pedagógicos de curso.

E na lógica de se pensar a nova formação em saúde pública, adotou as metodologias ativas de ensino-aprendizagem e o viés interprofissional para a primeira turma de sanitaristas certificada pela ESP/MS.

Dentre várias ações, prima pelo desenvolvimento de parcerias e cooperação técnica, com diferentes organizações, de interesse da saúde coletiva para cumprimento da sua missão.

A ESP/MS possui para as suas atividades: 10 salas de aula, sala de reunião, laboratório de informática, sala de videoconferência, alojamento, biblioteca e um auditório com 220 lugares para atender a demanda de qualificação na área da saúde.

Atualmente a ESP/MS possui uma equipe qualificada por especialistas, mestres e doutores. Ao todo são seis profissionais de saúde e dois técnicos.

Onde se localiza

Está situada no Estado de Mato Grosso do Sul na região Centro-Oeste, com 79 municípios, sendo a capital Campo Grande, distribuídos em 04 macrorregiões e 11 microrregiões de saúde. O Estado abriga 70% do Pantanal com população estimada em 2018, de 2.748.023 habitantes e possui a 2ª maior população indígena do Brasil com aproximadamente 77.025 pessoas.

Devido as características peculiares de cada micro e macrorregião, as ações de educação em saúde são desenvolvidas para atender as especificidades locais, de acordo com as necessidades dos usuários e trabalhadores.

Nossas áreas de atuação

Os cursos, capacitações, estudos, pesquisas e extensões realizados pela ESP/MS seguem os pressupostos das metodologias ativas de aprendizagem, com a finalidade de buscar soluções de problemas detectados, no processo de trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde do SUS. As atividades estão distribuídas em três gerências, a saber:

- Gerência de Educação Permanente em Gestão e Atenção à Saúde: diagnostica as demandas e necessidades de formação e de educação permanente em todas as áreas de conhecimento e em todos os níveis de atenção e gestão em saúde; bem como elabora, propõe e coordena a realização de programas de gestão e atenção à saúde e projetos de formação em todos os níveis de educação permanente, no âmbito do SUS, para atender as demandas e necessidades locais, incluindo as ofertas de pós-graduação lato sensu.
- Gerência de Pesquisa, Extensão e Inovação em Saúde: levanta as demandas e necessidades de pesquisa na área da saúde pública/coletiva. Propõe, coordena e executa pesquisas, extensões e eventos científicos. A divulgação científica no estado é viabilizada pela Revista de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, com mais de 10 anos à disposição da comunidade e dos estudiosos.

- Gerência de Formação e Acompanhamento Pedagógico: Busca verificar nos processos de ensino-aprendizagem fortalecimento e meios para que os discentes trabalhadores de saúde possam desenvolver a capacidade de análise e tomada de decisão apresentando soluções as situações enfrentadas no seu território, especialmente nos programas de formação dos trabalhadores tutores/preceptores, residência uni e multiprofissional em saúde, residência médica que atuam na saúde da família e também nos programas de interiorização em parceria com as universidades.

E por fim...

Que a ESP/MS seja conhecida pelo seu encantamento, tal qual o poeta sul-mato-grossense, Manoel de Barros nos convida a pensar:

[...] que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós (BARROS, 2006).

Entre em contato conosco:

Site: <https://www.esp.ms.gov.br/>

Site da RSPMS: <http://revista.saude.ms.gov.br/index.php/rspms>

Endereço:

Av. Senador Filinto Muller, 1480, Vila Ipiranga, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. CEP 79074-460 e-mail: secretaria.academica@saude.ms.gov.br

Telefone: (67) 3345-8000

Participantes ESP/MS

André Vinicius Batista de Assis

Bianca Corrêa de Castro

Edgar Oshiro

Estela Marcia Rondina Scandola

Helizene Moreira da Silva

Inara Pereira da Cunha

Marcia Naomi Santos Higashijima

Maria de Lourdes Oshiro







Escola Municipal de Saúde Pública de Aparecida de Goiânia (ESP-GO)

A Escola Municipal de Saúde Pública de Aparecida de Goiânia é um espaço de formação, onde praticamos o verbo esperar por acreditarmos no poder transformador da educação para qualificação do trabalho em saúde com os ideais da reforma sanitária e da saúde coletiva. Uma equipe engajada que, por meio da práxis, promove pouco a pouco as metamorfoses necessárias para consolidar o Sistema Único de Saúde - SUS.

Em 2009, baseada na Política Nacional de Educação Permanente, na vivência e necessidade dos trabalhadores foi instituída a Coordenação de Educação e Formação em Saúde Pública com a função de acompanhar os processos educativos realizados nos diversos setores e unidades de saúde do município de Aparecida de Goiânia.

A sistematização, obtida com a observação e o acompanhamento da citada coordenação, evidenciou a necessidade de ampliar as discussões acerca dos processos de formação. Em 2011, foi incorporado ao organograma da Secretaria Municipal de Saúde o Centro de Formação e Educação em Saúde Pública, que no ano de 2012, passa a se chamar Escola Municipal de Saúde Pública (EMSP). Outro destaque, já no ano de 2015, é o ingresso da EMSP na Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública / Coletiva – REDESCOLA.



Ato de criação

Portaria GAB SMS Nº 20/2014
Lei Complementar Nº 125/2017

Coordenação e
Secretaria Escolar

Núcleo de Educação
Permanente em Saúde

Núcleo de Educação
Continuada e Cursos Livres

Núcleo de Educação em
Urgências

Núcleo de Estudo e Pesquisa

Núcleo de Voluntariado

Núcleo de Estágio e
Parceria Ensino-Serviço-Comunidade

Os desafios de fazer a gestão da educação para a saúde em âmbito municipal ainda são muitos. Apesar disso, nossa equipe e trabalhadores da EMSP de Aparecida de Goiânia, por meio da Coordenação, Secretaria Escolar e núcleos de trabalho, segue cumprindo seu papel, superando as dificuldades, ampliando sua rede de colaboradores, demonstrando sua competência e disponibilidade para acolher as demandas de trabalhadores e usuários do SUS, com forte empenho nas atividades de formação profissional e educação permanente, e também na ordenação das atividades da parceria ensino-serviço-comunidade.

Apesar da criação relativamente recente, a EMSP possui uma boa inserção e reconhecimento regional. Somos parceiros das demais escolas de saúde pública do estado de Goiás, estamos presentes nos colegiados da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES) Regional e Estadual, e realizamos e apoiamos eventos como os Seminários Municipal (2013) e Regional (2018) de Educação Permanente em Saúde.

A Enfermeira Ana Valéria, Coordenadora da EMSP, participa do grupo de condução da RedEscola, e sendo parte dessa rede fomos convidados a contar nossa história por meio de um capítulo do livro - "Educação permanente em saúde: experiência viva na Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública" (2016).

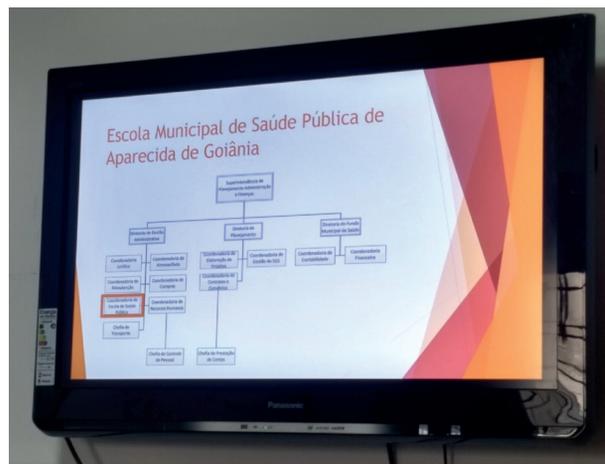
Outra atividade de repercussão abrangência nacional foi nossa participação no projeto de mostra online Saúde é Meu Lugar, com foco nas experiências de atuação de cerca de 500 Agentes Comunitários de Saúde e de Controle de Endemias do município.

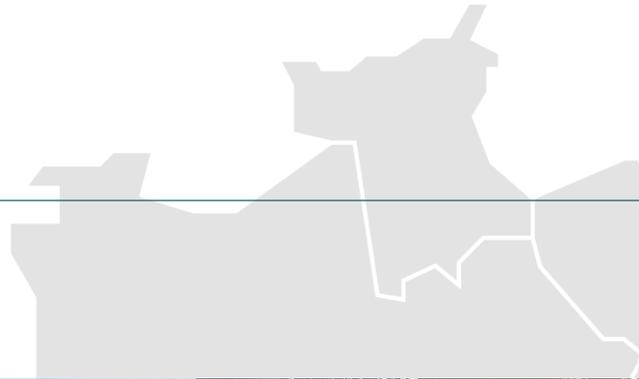
A ofertas educacionais são pensadas na perspectiva construtivista, da ação crítico-reflexiva, e sempre que possível com foco no trabalho interprofissional. Ampliamos nossa capacidade de atuação com a adoção de atividades de educação à distância (EaD) utilizando a Plataforma Moodle para ofertar cursos específicos para os trabalhadores da saúde e também cursos livres para toda a comunidade.

Nos últimos anos temos fortalecido a parceria ensino-serviço-comunidade, com significativas melhorias no processo de gestão dos estágios curriculares, inclusive com a aprovação da Lei de Preceptoria, visando a qualificação do ensino desenvolvido no cotidiano do trabalho em saúde. A aproximação com a comunidade é uma prioridade, apoiamos a realização das Conferências Municipais de Saúde e recentemente desenvolvemos um projeto de levantamento situacional de saúde da população quilombola, junto à comunidade de um quilombo urbano localizado em uma área periférica de Aparecida de Goiânia.

Nosso desafio atual é fortalecer o Núcleo de Voluntários, uma vez que os resultados iniciais foram positivos, gerando necessidade de ampliar nossos processos de acolhimento e acompanhamento dos profissionais de saúde voluntários.

Recentemente ingressamos no projeto de Apoio Institucional para Escolas de Saúde Pública (MS/IMS-UERJ), com vistas a reformular e aperfeiçoar nossos processos de trabalho. Juntos vamos tecer novas redes de aprendizado e afetividade.





Escola de Saúde de Goiás (ESP-GO)

“Impactar positivamente o SUS por meio da qualificação de profissionais e fomento à pesquisa e inovação”, orientado pela garantia do direito à saúde universal e integral e em sintonia com demandas de trabalhadores, gestores e usuários do SUS, o que reflete diretamente na melhoria do atendimento em saúde da população goiana, reforçando princípios de cidadania e dignidade e certamente contribuindo para fazer a diferença na assistência à saúde da população brasileira.

Kelli Santos/2020

Principais marcos em quatro décadas de existência

1980

Criação da Escola de Auxiliar de Enfermagem do Hospital Geral de Goiânia / HGG

1990

Criação do Centro Formador de Pessoal de Nível Médio e Elementar para a Área da Saúde

2000

Criação do Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás;

Criação da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago/ ESAP/GO (Lei nº 15.260, de 15 de julho de 2005);

A Gerência da Escola foi incorporada à SEFAZ (2008)

2010

Criação da Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS/SEST-SUS (Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011);

Reformulação da Estrutura Organizacional da Superintendência da Escola de Saúde de Goiás/SESG (Lei nº. 20.491 de 25 de junho de 2019)

Em sua **estrutura organizacional**, a Superintendência da Escola de Saúde de Goiás é composta por **03 Gerências**, sendo que cada uma conta com 01 Assessoria Técnica e 05 Coordenações:

- ✓ Gerência de Pesquisa e Inovação;
- ✓ Gerência de Projetos Educacionais e Ensino em Saúde;
- ✓ Gerência de Tecnologias Educacionais em Saúde.

Conta ainda com **03 Coordenações de apoio à gestão**:

- ✓ Coordenação de Assessoramento Técnico;
- ✓ Coordenação de Apoio Regional e;
- ✓ Coordenação de Residência e Estágio.

Estão ligados como **estrutura complementar de apoio ao Gabinete**:

- ✓ Conselho Escolar;
- ✓ Comitê de Ética e Pesquisa;
- ✓ Comissão Estadual de Farmácia e Terapêutica;

- ✓ Comissão de Integração Ensino-Serviço e;
- ✓ Comissão Própria de Avaliação.

A **nova estrutura** teve como principal destaque a divisão de coordenações da Gerência de Projetos Educacionais e Ensino em Saúde por **eixos Temáticos**: Educação em Atenção à Saúde, Educação em Vigilância em Saúde, Educação em Gestão em Saúde, Educação Popular em Saúde e Metodologias Educacionais em Saúde.

A **equipe da SESG é composta por 157 servidores**: 131 (equipe técnica) e 26 (equipe de manutenção predial).

Dos 131 servidores 127 são efetivos (97%)

Tabela 1 – Número de servidores da Escola de Saúde de Goiás segundo grau de formação

PERFIL DE FORMAÇÃO	QUANT
Ensino médio	18
Graduado	29
Especialista	62
Mestre	17
Doutor	05
TOTAL	131

Fonte: Escola de Saúde de Goiás.

Destaques da última década (2011-2020)

Tabela 2 – Número de cursos e de alunos da Escola de Saúde de Goiás no período 2011-2020

Nº Alunos / Cursos (2011 a 2020)		
PERÍODO	Nº. DE CURSOS	Nº. DE ALUNOS
2011	05	1.273
2012	03	188
2013	09	610
2014	14	1.566
2015	07	1.272
2016	08	2.217
2017	08	2.581
2018	24	7.466
2019	13	6.700
2020	13	4.259
TOTAL	104	28.132

Fonte: Escola de Saúde de Goiás.

Tabela 3 – Número de cursos de educação a distância ofertados pela Escola de Saúde de Goiás no período 2015-2020

Implantação da EaD / 2015	
PERÍODO	Nº. DE CURSOS EM EAD
2015	02
2016	05
2017	09
2018	10
2019	06
2020	10
TOTAL	42

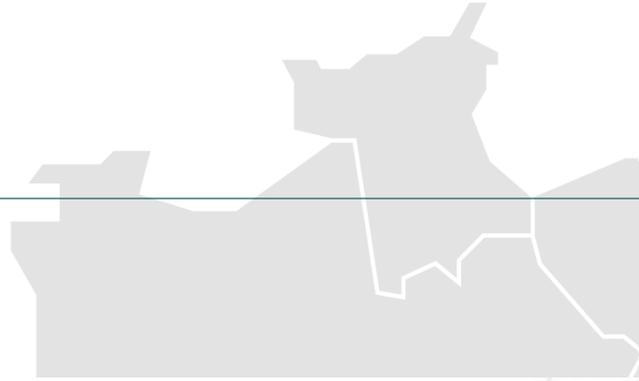
Fonte: Escola de Saúde de Goiás.

A SESG acompanha
49 PRM (334 Resid. Médicos) e
08 PRAPS (131 Resid.
 Multiprofissionais) em 07 Unidades hospitalares da SES-GO.

Destaques do 1º semestre de 2020

- ✓ Implementação da **nova versão da Plataforma Moodle** para a realização dos cursos ofertados na modalidade EaD, com 13.432 (993 em 2020) inscritos no Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola de Saúde – **Educa Saúde**;
- ✓ Avaliação e monitorização de 547 **Projetos de Pesquisa** no âmbito da SES-GO;
- ✓ Indexação da **Revista Científica da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás, Cândido Santiago (RESAP)** no Sistema regional de informações on-line para revistas científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal – Latindex -1ª Edição de 2020, vol. 6 n.1: 09 artigos publicados;
- ✓ **Implantação software GNUTECA** para gerenciamento de acervos bibliográficos da SES e Indexação na Biblioteca Virtual em Saúde do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde- BIREME - Indexação de documentos na Biblioteca Virtual em Saúde/BVS - 40 documentos publicados;
- ✓ **Efetivação do Núcleo de avaliação de Tecnologia em Saúde da SESG/SES-GO** na Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (Rebrats), que tem o objetivo de promover e difundir a área de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) no Brasil.





Escola de Saúde Pública (ESP-MT)

A Secretaria de Estado de Saúde oportuniza aos trabalhadores do SUS mergulhar no universo da Escola de Saúde Pública - ESP/MT que tem como missão: garantir a educação permanente aos trabalhadores da saúde enfocando os aspectos éticos, políticos, técnicos e científicos, na perspectiva da sua melhor inserção e desempenho profissional e social visando à melhoria dos serviços de saúde, a qualidade de vida da população e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso (SUS-MT).

Há aproximadamente quatro décadas a ESPMT vem realizando a Qualificação e Formação Técnica no SUS, por meio da colaboração dos trabalhadores do SUS, com a cooperação da Secretaria Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde/Ministério da Saúde, Redescola - Rede de Escolas Técnicas do SUS – RET-SUS, Rede de Escolas do SUS e parcerias com outras instituições.

Integram os Gestores da ESP/MT a Diretoria da ESP/SESMT: Sílvia Aparecida Tomaz; Coordenadoria de Gestão Pedagógica: Raquel Arévalo de Camargo; Coordenadoria de Ensino Pesquisa e Extensão: Eliane Barbosa Jerônimo; Coordenadoria de Formação Técnica em Saúde: Noíse Pina Maciel; Coordenadoria de Administração Escolar: Françoise Geise de Souza, Gerência Administrativa: Ivan Utsch Seba e Gerência de Documentação e Registro Escolar: Joaltina Santana Duarte.

A ESPMT aposta na potência do encontro entre os trabalhadores (as), Gestores (as) e Usuários (as) do SUS nas 16 Regionais de Saúde do Estado de Mato Grosso que compõe um conjunto de 141 Municípios com suas respectivas Secretarias Municipais de Saúde, reconhecendo que essas regiões são permeadas por processos de aprendizagem e de troca de experiências do fazer Saúde e apresenta suas diretrizes centradas na qualificação e formação profissional, almejando intensificar os serviços de saúde em sua potência de interação, do convite, da troca, da cooperação e do diálogo em comum-unidades no SUS.

Em Mato Grosso, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, considera as especificidades regionais, a superação das desigualdades regionais, as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde e a capacidade já instalada de oferta institucional de ações formais de educação na saúde. Para dar andamento nessas ações foram constituídas 17 CIES, 16 Regionais e uma Estadual, de acordo com as Regiões de Saúde do Estado e a partir deste ano na busca de estratégias para a execução desta estratégia, é que por meio Resolução CIB/MT nº 12 de 05/03/2020, dispôs sobre a responsabilidade da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso na Gestão da Política da Educação Permanente em Saúde e suas atribuições na Comissão de Integração Ensino Serviço - CIES Estadual.

Assim A ESPMT com essa proposta de oportunizar processos de aprendizagem significativas e transformadoras destaca algumas ações executadas, tais como: Capacitação Pedagógica em Metodologias Ativas de Aprendizagem; Capacitação para o Exercício da Tutoria na EaD na ESPMT; Qualificação profissional em: Agente de Combate em Endemias;

Agente Indígena de Saúde; e Agente Indígena de Saneamento. Cursos de: Aperfeiçoamento de nível médio em Saúde do Idoso; Aperfeiçoamento em nível médio em Saúde Mental. Especializações em: Saúde Pública.

Em andamento destacamos a Qualificação para Profissionais da Atenção Primária à Saúde do Estado de Mato Grosso/QUALI-APS-MT, que irá aperfeiçoar os processos de trabalho dos profissionais que compõem as equipes de Atenção Primária à Saúde (APS) dos municípios de Mato Grosso com a meta de qualificar 9.000 (nove mil) trabalhadores num período de 2020 a 2022.

A SES/MT possui o Núcleo de Residência na Área de Saúde que tem como objetivo planejar, apoiar a implantação dos programas de residências no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde Mato Grosso. Além disso, desenvolve ações de monitoramento e avaliação da implementação dos programas, com vistas a qualificar o processo de formação de profissionais para rede de atenção à saúde do estado.

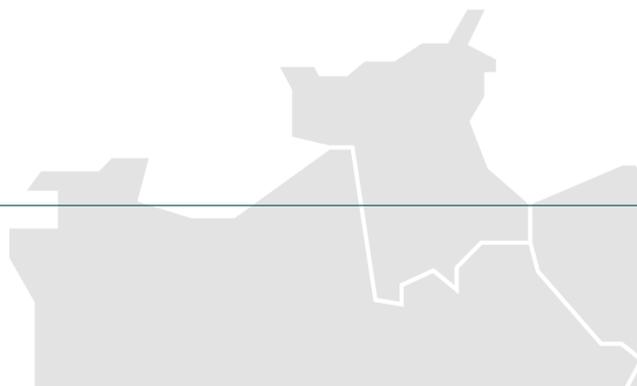
Com a declaração da pandemia decorrente do COVID-19, a ESPMT vem acompanhando e vivenciando cada movimento e enfrentando os desafios que lhes são apresentados diariamente na busca de colaborar junto aos demais trabalhadores da saúde do Estado de Mato Grosso, respondendo qualitativamente as demandas de informação, qualificação e atualização junto ao mundo do trabalho no SUS.

Mesmo ante a este contexto mundial de incertezas e desafios a ESPMT vem desenvolvendo e planejando ações que merecem destaques, como por exemplo, as especialização em: Auditoria; Hanseníase; Gestão do Trabalho e Educação na Saúde; Em atenção à saúde da pessoa com transtorno do espectro do autismo; Saúde Mental e; Fitoterapia e Plantas Medicinais, assim como os Curso Técnicos em: Vigilância em Saúde; Análise Clínica; Radiologia; Hemoterapia; Órtese e Prótese; Enfermagem; Saúde Bucal e ; Curso de Especialização Técnica em Saúde da Mulher e da Criança.

Acreditamos que o SUS pode ser muito mais: ser capaz de integrar um projeto civilizatório que tenha a luta e a esperança como motores, não a esperança de quem cruza os braços e espera – como advertia o grande educador Paulo Freire (2004, p. 47) – e, sim, aquela esperança na qual ele foi mestre ao nos ensinar com o seu testemunho: “movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero”.

Parte-se, assim, da certeza de que todos os trabalhadores do SUS produzem conhecimentos nos seus encontros com os pares no trabalho real do SUS, e por isso, o objetivo é sempre de continuarmos na construção dos saberes no serviço como Escola. Almejamos expandir nossos desejos, afetos e sentidos para brotarmos novas flores nos jardins da Educação Permanente em Saúde no Estado do MT, permitindo que novas formas de fazer/viver/sentir se apresentem no SUS com todas as fortalezas das Regiões, no propósito de aprender juntos no cotidiano do SUS, com EPS, para que possa dar potência nos serviços de saúde, na esperança de um Sistema Único de Saúde capaz de trazer para a prática os seus princípios doutrinários.





A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG)

A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), criada em 1946, é a primeira Escola de Saúde Pública estadual no Brasil e compõe o Sistema Estadual de Saúde de Minas Gerais, com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), a Fundação Ezequiel Dias (FUNED) e a Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais (HEMOMINAS).

Desde a sua criação, a Escola tem buscado, com esforço, dedicação e excelência, novos meios de cumprir seu objetivo traçado há mais de sete décadas: qualificar os trabalhadores e as trabalhadoras da saúde pública em Minas Gerais. Em sua estrutura atual, conta com cerca de 80 servidores efetivos, além de muitos colaboradores, comprometidos com a missão institucional de fortalecer o SUS, produzindo e disseminando conhecimentos junto a usuários, trabalhadores e gestores, por meio de ações educacionais e de pesquisa com a Educação Permanente em Saúde como referencial político-pedagógico.

A ESP-MG tem uma longa tradição na formação de sanitaristas, sobretudo após a criação, do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990, resultado coletivo do movimento da reformista, integrado pela instituição.

Em sua história, cerca de 320 mil trabalhadores foram qualificados por meio de pós-graduação, cursos técnicos e cursos livres. Destes, 20 mil nos últimos 2 anos (2018-2020).

As ações da Escola abrangeram, ao longo dos anos, todos os 853 municípios mineiros de forma descentralizada, com o envolvimento de mais de 9 mil docentes, técnicos e auxiliares em suas atividades educacionais.

A instituição tem protagonismo na condução e na implementação da Política de Educação Permanente em Saúde por meio de diferentes frentes de atuação:

- i) participação em espaços de discussão das Políticas Públicas de Saúde;
- ii) membro da Comissão Permanente de Integração Ensino Serviços Estadual (CIES), que funciona como espaço de governança da Política de Educação Permanente no Estado e como câmara técnica vinculada à Comissão Intergestores Bipartite (CIB);
- iii) desenvolvimento de cursos de pós-graduação lato sensu, cursos técnicos e cursos de curta duração orientados pela Política de EPS;
- iv) pesquisa e desenvolvimento;
- v) fortalecimento das equipes das Unidade Regionais para implementação de ações de EPS em articulação com os municípios;

vi) fomento de parcerias interinstitucionais com órgãos, fundações, conselhos e entidades, para ampliação do escopo de ações de ensino e pesquisa.

A formação na ESP-MG envolve ações educacionais realizadas de distintas formas:

i) Ações presenciais e descentralizadas: acontecem presencialmente nos municípios de atuação dos trabalhadores ou na região em que atuam;

ii) Ações presenciais e centralizadas: acontecem nas dependências da ESP-MG, em Belo Horizonte/MG;

iii) Ações na modalidade EaD: oferta de ações por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem da ESP-MG com tutoria ou auto instrucional.

A ESP-MG é referência em Minas e no país, para os trabalhadores que atuam no cuidado e promoção à saúde e no fortalecimento do SUS. Em junho de 2020, em meio a pandemia da Covid-19, completou 74 anos de fundação com um olhar para o futuro. Além de cursos voltados para o enfrentamento da pandemia, criou e ampliou canais multimídias para interlocução com alunos, gestores, profissionais e cidadãos.

Algumas das ações educacionais em desenvolvimento:

Ações Presenciais e Centralizadas:	Ações presenciais e descentralizadas:	Ações na modalidade EaD:
<ul style="list-style-type: none"> ☐ Curso SUS na prática: formação inicial para o gestor municipal ☐ Curso de Qualificação em Saúde para Trabalhadores do Sistema Prisional ☐ Pós-graduação lato sensu – Especialização nas áreas de: <ul style="list-style-type: none"> - Saúde Pública - Direito Sanitário - Saúde Mental - Comunicação e Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> ☐ Curso de Qualificação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) ☐ Curso de Qualificação de Conselheiros Municipais de Saúde ☐ Curso sobre Teste Rápido para HIV, sífilis e hepatites B e C 	<ul style="list-style-type: none"> ☐ Curso Introdutório para Agente Comunitário de Saúde ☐ Curso de Educação em Saúde nas Práticas do Agente Comunitário de Saúde ☐ Curso “ACS no enfrentamento à COVID-19” ☐ Curso “APS no enfrentamento da COVID-19”

Conheça mais sobre a ESP-MG:

www.esp.mg.gov.br [instagram.com/escoladesaudemg](https://www.instagram.com/escoladesaudemg)

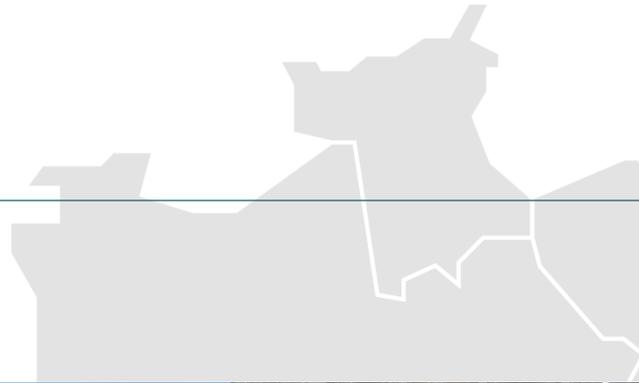
[facebook.com/escoladesaudemg](https://www.facebook.com/escoladesaudemg)

twitter.com/escoladesaudemg

[youtube.com/c/escolasaudepUBLICAMG](https://www.youtube.com/c/escolasaudepUBLICAMG)

soundcloud.com/escoladesaudemg





A Escola Municipal de Saúde (EMS-SP)

A Escola Municipal de Saúde (EMS), antigo Centro de Formação e Desenvolvimento dos Trabalhadores da Saúde – CEFOR, da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), foi criada pelo Decreto nº 28.625, de 30 de março de 1990 e nominado pela Portaria 062/2019 – SMS – G. Dentro da EMS existe a Escola Técnica do SUS (ETSUS - SP), que faz parte da rede governamental composta de 36 Escolas Técnicas e Centros Formadores de Recursos Humanos do SUS no país, envolvendo o Ministério da Saúde (MS), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS).

Desde sua criação até os dias de hoje, a EMS é polo irradiador da Política de Educação Profissional em Saúde e um Centro de Referência na construção do conhecimento de políticas de saúde. Nosso objetivo é promover a formação, o desenvolvimento e aprimoramento profissional dos servidores públicos e trabalhadores das organizações parceiras, de residentes, estagiários e dos membros dos conselhos gestores vinculados às unidades de saúde do município de São Paulo.

O desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas ocorre conforme a realidade dos serviços que compõem o Sistema Único de Saúde – SUS, sendo realizadas de forma centralizada, na sede ou nas suas 06 (seis) Unidades Regionais (Centro, Oeste, Leste, Norte, Sudeste e Sul).

Em nossos cursos estão diferentes programas de capacitação, combinando atividades selecionadas de formação de curta, média e longa duração, possibilitando o acesso a informações sobre inovações e melhores práticas de trabalho da área da saúde, de acordo com as necessidades locais.

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), temos cursos semipresenciais, material de apoio para cursos presenciais, comunidades de discussão e colaboração, biblioteca multimídia e, ainda, cursos ministrados integralmente à distância. Além disso, temos um canal de vídeos informativos da área da saúde, o Canal Profissional, que veicula aulas abertas, entrevistas, palestras e conteúdo educativo para os servidores e público interessado.

Contamos também com uma biblioteca com acervo físico, bem como com a Biblioteca Virtual em Saúde – SP (BVS-SP), uma ferramenta estratégica na gestão da informação e conhecimento técnico-científico, com acesso livre, gratuito e equitativo, onde todas as informações são produzidas por todas as áreas vinculadas à Secretaria da Saúde, portanto, um espaço de todos.

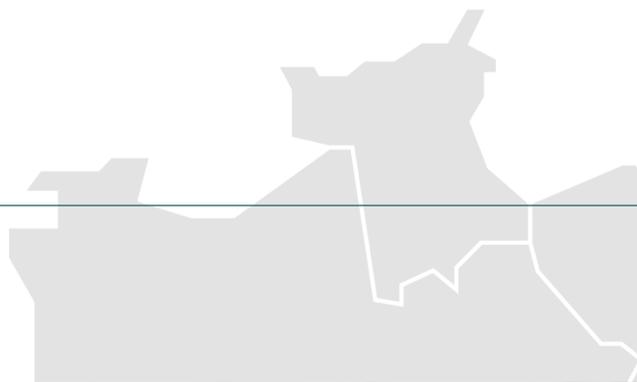
Nas dependências da Escola, atua a Comissão de Residências do Município de São Paulo (COMURE), incluindo a Comissão de Residência Médica em Rede (8º COREME) e a Comissão de Residência Multiprofissional e em Área Profissional (COREMU). Além das Residências, a instituição também comporta a equipe responsável pelos Contratos Organizativos de Ação

Pública Ensino-Saúde (COAPES), ferramenta que fortalece a integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A Escola Municipal de Saúde localizada na Rua Gomes de Carvalho, 250 – Vila Olímpia, pode ser encontrada através do site (<http://www.prefeitura.sp.gov.br/saude/ems>) e nas redes sociais Facebook (/EscolaMunicipaldeSaude) e Instagram (@escolamunicipaldesaude).







A Escola de Saúde Pública do (ESP - RS)

Um pouco da história da ESP/RS e valores da ESP

No Rio Grande do Sul, muito antes do movimento da Reforma Sanitária, em 1962, é criada a Escola de Saúde Pública por meio do Decreto Estadual nº 13.812, de 11 de julho de 1962, integrando os departamentos da Secretaria da Saúde. (Art. 2º, 3º e § único) A ESP/RS tem como finalidade a realização de cursos anuais e regulares para a formação de técnicos nos diversos setores da Saúde Pública. A Escola de Auxiliares de Enfermagem, criada pelo Decreto nº 5.027, de 30 de junho de 1954, somente passará a integrar a Escola de Saúde Pública, quando esta for oficializada pelo Governo Federal.

Ao longo dos anos a ESP/RS foi acumulando experiência, redimensionando suas atividades e contribuindo para a formação dos trabalhadores da saúde.

Seus valores demonstram a sua importância enquanto departamento da SES e no desenvolvimento de suas atividades educacionais:

MISSÃO	VISÃO	VALORES
A gestão da educação em Saúde Coletiva no Estado, desenvolvendo ações de formação, educação permanente, pesquisa, extensão e produção de conhecimentos, que contribuam para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população gaúcha	Ser um Centro de Educação e Pesquisa em Saúde, reconhecido por sua excelência na formação e educação permanente, em inovação, pesquisa e extensão e demais ações que contribuam para o aperfeiçoamento das práticas, a promoção da saúde da população e o fortalecimento do SUS.	Democratização do conhecimento e da participação; Cooperação e integração; Solidariedade; Compromisso e ética Integração entre trabalho e educação; Equidade; Atuação Intersetorial; Gestão compartilhada; Respeito à diversidade; Inovação contínua

Os objetivos da ESP/RS são pautados na declaração dos seus valores de promoção e desenvolvimento da educação e produção do conhecimento no campo da saúde de modo a contribuir para a melhoria das condições de saúde da população do Rio Grande do Sul, participando da elaboração de estratégias e programas na SES e articulado com a Divisão de Recursos Humanos do Departamento Administrativo; promover intercâmbio e fomentar cooperação técnica e convênios com instituições estaduais, nacionais e internacionais; na

promoção de ações articuladas com as Secretarias Municipais de Saúde e os Conselhos de Saúde, oferecendo assessoria técnica e orientação para o desenvolvimento de atividades de educação em saúde coletiva e pesquisa, caracterizando a ESP como um centro de educação e pesquisa para o Sistema Único de Saúde e destacando a atuação descentralizadas da ESP por meio dos Núcleos Regionais de Educação em Saúde Coletiva (NURESC) e Unidades Regionais da ESP/RS.

O Papel, áreas de atuação e funções da ESP/RS

As áreas de atuação da ESP abrangem a Difusão de políticas públicas integradas a educação superior, sob forma de cursos e programas, conforme diretrizes da educação nacional; Educação em ambiente de serviço, sob a forma do programa de residência integrada em saúde (ris); Ensino profissional, sob forma de cursos de habilitação profissional, qualificação básica e especialização em área profissional e da Educação continuada e permanente para profissionais de qualquer escolaridade, inseridos no sistema único de saúde.

Funções da ESP/RS

- Planejamento e execução de atividades referentes à educação permanente e à pós-graduação dos profissionais do setor de saúde, diretamente e/ou em articulação com outras instituições;
- Apoio ao desenvolvimento de recursos humanos do setor de saúde;
- Coordenação e desenvolvimento dos programas de residência integrada em saúde (médica e multiprofissional) no âmbito do sus;
- Difusão de conhecimentos técnicos e científicos, através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação, possibilitando, inclusive a extensão à população das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica produzidas na instituição.





Centro Integrado de Educação Permanente em Saúde (CIEPS - SC)

Diretoria de Educação Permanente em Saúde – DEPS

A DEPS desenvolve ações na perspectiva da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e da Atenção e Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da construção de parcerias e redes colaborativas com atenção às necessidades do SUS, ao modelo pedagógico de integração ensino-serviço, ao trabalho, a pesquisa e a extensão como princípios educativos. Para tanto, conta a **Escola de Saúde Pública Oswaldo de Oliveira Maciel (ESP-SC)** e **Escola de Formação em Saúde (EFOS)** as quais compõem o Centro Integrado de Educação Permanente em Saúde (CIEPS).

Escola de Saúde Pública de Santa Catarina Prof. Oswaldo de Oliveira Maciel (ESP-SC)

Com início das atividades em 1993 com a criação do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde (CEDRHUS), porém instituída formalmente em 2005, com a Reforma Administrativa do Estado, e credenciada em 2006 pelo Conselho Estadual de Educação. Surge com a finalidade de ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu* para trabalhadores (as) do SUS, por meio de parcerias como a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ), diretorias/gerências da SES e Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS). Realiza formação nas áreas de: Humanização, Gestão do SUS, Controle Social, Controle Avaliação e Auditoria, Planejamento, Ouvidoria, Saúde Mental e Atenção Psicossocial, Saúde da Família, Especialização em Sistematização da Assistência de Enfermagem, entre outros. Seu foco é o aprimoramento do SUS, a partir da formação, contribuindo de maneira positiva para efetivação do direito à saúde dos cidadãos Catarinenses.

Participa e promove o **apoio institucional** a Comitês, Colegiados, Grupos, Conselhos e Comissões tornando possível o desenvolvendo de ferramentas que garantam a qualidade dos serviços de saúde. E, por meio do apoio ao Comitê de segurança do paciente (**COSEP** -Portaria – 764 de 21/09/2016) promove implementação das ações do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).

Com a coordenação do **Colegiado de Humanização** produz Fóruns, Encontros e **Mostras HumanizaSUS**. Estas com publicização por meio da **pesquisa científica** que busca analisar a consonância dos trabalhos inscritos nas oito Mostras com o conceito, método e diretrizes que fundamentam a Política Nacional de Humanização (PNH). Além do apoio ao Grupo de Atenção a Pessoa LGBTQI, tem participação no Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH) e compõe a Comissão de Relatoria das Conferências de Saúde e temáticas como forma de potencialização destes espaços de escuta e, conseqüentemente o alinhamento das ofertas de educação permanente em saúde às reais necessidades da população.

Desenvolve **projetos de extensão e atuação nos cenários de prática** com ofertas como: Formação de Preceptores, Formação de Conselheiros de Saúde, Formação/intervenção em Educação Permanente e Humanização.

Participa na estruturação do curso: **cuidados avançados à pessoa com quadro clínico grave por COVID-19, oferecido na modalidade a distancia.**

E, por meio da **Revista de Saúde Pública (RSP)**, fomenta a produção de conhecimentos, por meio dos artigos publicados, resultados de pesquisas produzidas no âmbito do SUS, além da **Página Virtual da ESP-SC** - <http://esp.saude.sc.gov.br/>

Escola de Formação em Saúde – EFOS

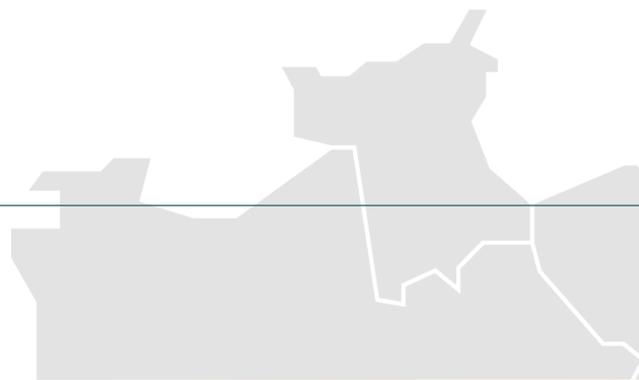
Foi instituída em 09 de julho de 1993, sob a Lei Complementar nº 091/93 com credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação por meio do Parecer nº 173/2001. Já formou em seus mais de **25 anos, 40 mil** trabalhadores do SUS. É parte integrante da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET/SUS). Oferece cursos reconhecidos pelo CEE/SC e busca o apoio da Comissão Permanente de Integração de Ensino em Serviço Estadual (CIES/Estadual), Comissão Permanente de Integração Ensino em Serviço Regional (CIES/Regional), Comissão Intergestores Regionais e dos municípios envolvidos no processo de ensino-aprendizagem do trabalhador em saúde.

Site da Escola – promovendo a divulgação de notícias na área da saúde e educação, colaborando para o fortalecimento do SUS. Além do **acesso ao ambiente virtual** em relação aos diversos cursos oferecidos pela Escola. O site da EFOS pode ser acessado: <http://efos.saude.sc.gov.br/>

Projeto EFOS de portas abertas - oferecimento de serviços a comunidade, com o objetivo de facilitar a inclusão social, humanizando as ações interpessoais com os cidadãos e instituições vizinhas a Escola.



Fotos CIEPS e ESP-SC



Escola de Saúde Pública

Centro Formador de Recursos Humanos

Escola de Saúde Pública

Centro Formador de Recursos Humanos (ESP-PR)

Formando melhores profissionais da saúde

Nossas ofertas:- Cursos Técnicos em Enfermagem, Saúde Bucal, Vigilância em Saúde.- Especializações em Equipes Gestoras do SUS, Saúde Pública, Saúde Mental, Gestão Hospitalar e Auditoria do SUS.- Diversos cursos na modalidade EAD. - Programas de Residência Multiprofissional SESA-ESPP.

Fundada no ano de 1958, a Escola de Saúde Pública une-se ao já estabelecido Centro Formador de Recursos Humanos formando assim uma estrutura de ensino e aprendizagem voltada formação de profissionais da área da saúde.

Há mais de seis décadas, a instituição oferta cursos de formação técnica, atualização profissional e especializações e tem como missão "Elaborar e coordenar a Política de Educação Permanente em Saúde no Paraná, contribuindo com o fortalecimento do SUS".

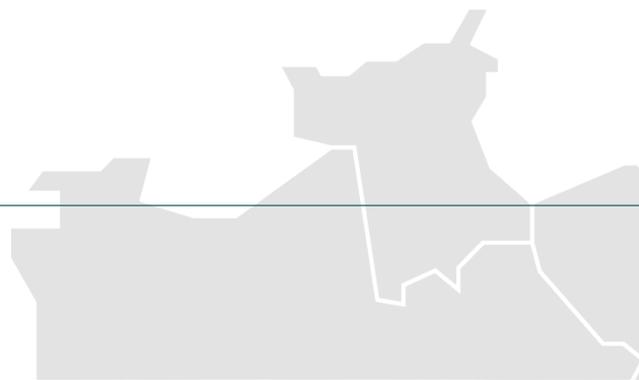


RSPP Revista científica da RSP. Informação especializada em saúde pública, saúde coletiva e educação em saúde.

ESPP-CFRH Rua Doutor Dante Romanó, 120 82821-016 - Curitiba - PR55 41 3342 9818

www.escoladesaude.pr.gov.br





Escola de Saúde Pública de São José dos Pinhais (ESP-SJP-PR)

O Município de São José dos Pinhais é o segundo Município em habitantes da Região Metropolitana de Curitiba, com 323.340 habitantes e a história da Escola de Saúde Pública de São José dos Pinhais (ESP/SJP) foi marcada por discussões referentes à Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Ministério Público e Conferências de Saúde, que se deram de 2009 até 2016.

Com a municipalização do Hospital e Maternidade Municipal São José dos Pinhais (HMMSJP) em 2009, a Comissão de Residência Médica da Secretaria Municipal de Saúde de São José dos Pinhais (COREME SEMS/SJP) foi instituída por meio do Decreto Municipal nº 230/2010, sendo o primeiro real impulso da Secretaria Municipal de Saúde de São José dos Pinhais (SEMS SJP) ao mundo acadêmico próprio.

Em seguida, em 16 de maio de 2011 a Lei Municipal nº 1.726 instituiu o Sistema Municipal Saúde Escola (SMSE) em São José dos Pinhais, declarando que cada serviço de saúde da Rede Municipal passava a ser caracterizado como cenário para o ensino e aprendizagem em parceria com Instituições de Ensino, também prevendo o pagamento bolsas para residentes e preceptores.

Alguns anos após, por meio do Decreto Municipal nº 2.549/2016, foi criada a ESP/SJP, como setor e subunidade administrativa da SEMS SJP, com organograma composto por Divisão de Coordenação da Escola Municipal de Saúde e Divisão de Educação em Saúde (Decreto Municipal nº 3.350/2019), sendo hoje composta por dois enfermeiros (Mestre e Doutor), um biólogo, dois agentes administrativos, dois cargos em comissão e um estagiário de nível médio.

Os seguintes objetivos foram estabelecidos em Decreto Municipal: oferecer cursos de formação e atualização de qualidade, contribuir para a atualização profissional, manter e ampliar os Programas de Residência em Saúde, promover o envolvimento e interação da comunidade com vistas a uma melhor participação nos processos de saúde, manter e ampliar parcerias com instituições de ensino e incentivar o desenvolvimento de conhecimento científico.

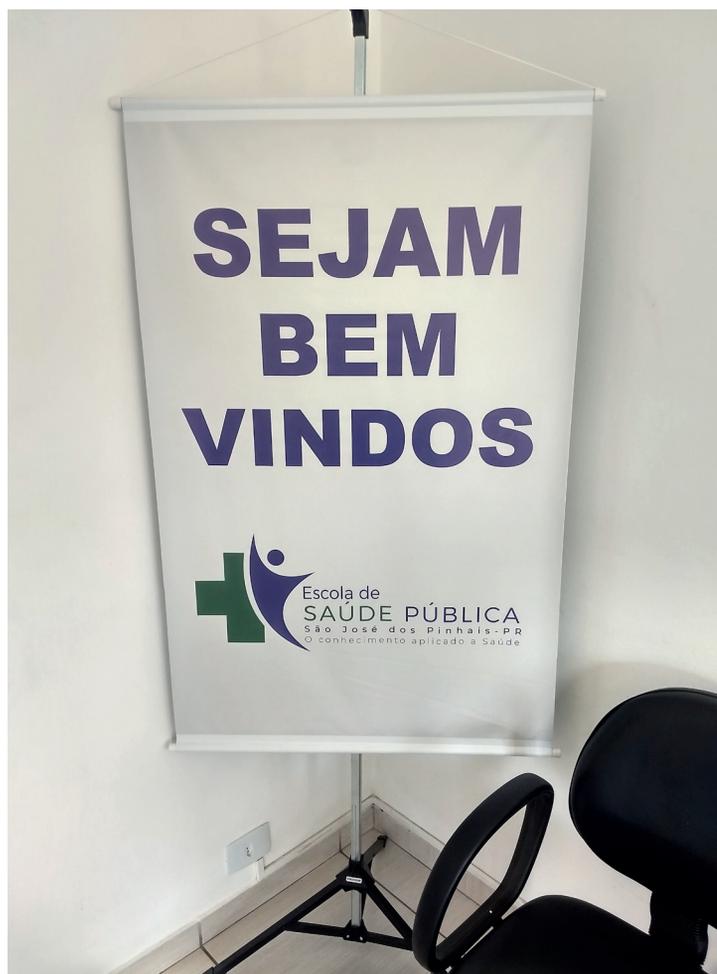
Atualmente, a ESP/SJP realiza eventos (Conferências Municipais, Mostra de Saúde) e cursos e palestras na ESP/SJP conforme demanda da SEMS SJP, mas também em parceria com o Núcleo de Educação em Urgência (NEU) do SAMU SJP e Núcleo de Educação Permanente (NEP) do HMMSJP (Exemplos: Curso para Gestores de Contratos, Curso sobre Planejamento Orçamentário-Financeiro na Saúde Pública; Curso de Intubação de pacientes, Integração dos Novos Conselheiros Municipais de Saúde, Extricação Veicular e atendimento a Parada Cardio-Respiratória, Curso de Interpretação de Eletrocardiograma, Atualização do Protocolo de Acidente Vascular Cerebral e Infarto Agudo do Miocárdio).

Ademais, a ESP/SJP presta ações administrativas e acadêmicas contínuas para 05 Instituições de Ensino, totalizando cerca de 600 estudantes (estágio obrigatório de ensino médio, superior e internato de medicina).

Referente à Pós-Graduação, a ESP/SJP conta, em parceria com a instituição certificadora Faculdades Pequeno Príncipe (FPP), com 02 Programas de Residência Multiprofissional (Saúde da Família e Urgência e Emergência).

Em adição, a COREME SEMS/SJP é composta por 09 Programas de Residência Médica (Programa de Residência Médica em Anestesiologia; Cirurgia Geral; Clínica Médica; Medicina de Família e Comunidade; Ginecologia e Obstetrícia; Ortopedia e Traumatologia; Pediatria; Psiquiatria; e, Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica), totalizando cerca de 80 estudantes e corpo docente (Coordenadores, Supervisores, Tutores e Preceptores) com mais de 100 profissionais servidores municipais.

Finalmente, a ESP/SJP conta também com Comitê de Ética em Pesquisa da SEMS/SJP (CEP SEMS/SJP), Comissão de Avaliação de Experiências Exitosas do SUS SJP, conduz os processos e edição dos Instrumentos de Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), realiza as atividades de teste seletivo de médicos credenciados e presta assessoria ao Gabinete SEMS SJP, Diretores de Departamento e Conselho Municipal de Saúde.



ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA ☎ 3381-5839

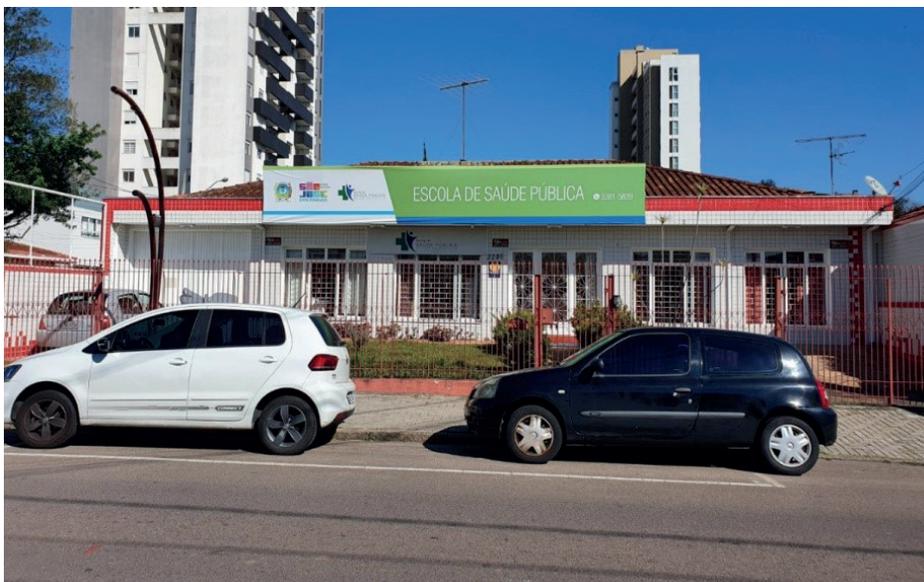
Escola de
SAÚDE PÚBLICA
São Teófilo dos Pinheiros-PR
O conhecimento aplicado à Saúde

SEGLINE
3051-9000

2106

AUDITORIA

SECRETARIA DA CIDADE
SECRETARIA DE SAÚDE



REFERÊNCIAS

- BARROS, M. **Memórias inventadas**: a segunda infância. São Paulo: Planeta, 2006.
- BELLINI, M. *et al.* O apoiador institucional da Atenção Básica: a experiência em um município do interior paulista. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 108, p. 23-33, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104-20161080002>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 24 fev. 2006.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *In*: BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Editoração e Publicações. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. 2. ed. Brasília: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2018. p. 8-51.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política de Educação Permanente e Desenvolvimento para o SUS**: Caminhos para Educação Permanente em Saúde. Brasília, DF: MS, 2004a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Ambiência**. 2. ed. Brasília, DF: MS, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?. Brasília, DF: MS, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. **RedEscola e a nova formação em saúde pública**. Rio de Janeiro: ENSP/RedEscola, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. Coordenação-Geral de Cooperação Interfederativa. **Diretrizes do apoio integrado para qualificação da gestão e da atenção no SUS**. Brasília, DF: MS, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS**: política nacional de humanização: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília, DF: MS, 2004b.
- CAMPOS, G. W. S. *et al.* A aplicação da metodologia Paideia no apoio institucional, no apoio matricial e na clínica ampliada. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, SP, v. 18, p. 983-995, 2014. Supl. 1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0324>. Acesso em: 14 ago. 2020.

- CAMPOS, G. W. S. **Saúde Paideia**. São Paulo: Hucitec, 2000a.
- CAMPOS, G. W. S. **Um método para análise e co-gestão de coletivos**. São Paulo: Hucitec, 2000b.
- CAMPOS, G. W. S. **Um método para análise e cogestão de coletivos: a constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições: o método da roda**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.
- CARDOSO, J. R. *et al.* Gestão democrática e práticas de apoio institucional na Atenção Primária à Saúde no Distrito Federal, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. e00009315, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00009315>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- CARDOSO, M. L. M. *et al.* A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde nas Escolas de Saúde Pública: reflexões a partir da prática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1489-500, 2017.
- FALLEIRO, L. M. *et al.* Considerações preliminares sobre o apoio institucional e educação permanente. In: FALLEIRO, L. M. (org.). **Experiências de apoio institucional no SUS: da teoria à prática**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014. p. 18-30.
- FRANÇA, T.; MAGNAGO, C. Políticas, programas e ações de educação na saúde: perspectivas e desafios. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 1, p. 4-7, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042019s100>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- FRANÇA, V. R. Limites constitucionais do decreto regulamentar na criação e extinção de órgãos e cargos públicos no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 45, n. 180, p. 17-30, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura).
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública**. 2020. Disponível em: <http://rededeescolas.ensp.fiocruz.br/apresentacao-redescola>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- GARCIA JÚNIOR, C. A. S. *et al.* Tecnologias e dispositivos do apoio institucional em saúde indígena no Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul, Estado de Santa Catarina. **Revista de Psicologia da UNESP**, Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2016.

GUIZARDI, F. L.; CAVALCANTI, F. O. L. O conceito de cogestão em saúde: reflexões sobre a produção de democracia institucional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1245-1265, 2010.

LOPES, N. **O que é o projeto político-pedagógico (PPP)**. 2010. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/560/o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico-ppp>. Acesso em: 14 ago. 2020.

MACHADO, S. S. *et al.* Apoio Institucional na ótica de gestores, apoiadores e trabalhadores: uma aproximação da realidade a partir de diferentes lugares. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, SP, v. 22, n. 66, p. 813-825, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622016.0829>

MACHADO, S. S.; MATTOS, R. J. B. Apoio institucional na atenção básica: a experiência no município de Salvador – BA. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 39, n. 1, p. 139-149, 2015.

MELO, L. M. F. *et al.* Análises das diretrizes para o apoio institucional das gestões da Atenção Básica das capitais brasileiras. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 108, p. 8-22, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104-20161080001>. Acesso em: 14 ago. 2020.

OLIVEIRA, G. N. **Devir apoiador**: uma cartografia da função apoio. 2011. Tese (Doutorado Pós-Graduação em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

PAIXÃO, L.; TAVARES, M. F. L. A construção do projeto “Apoio de Rede” como estratégia institucional. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, SP, v. 18, p. 845-858, 2014. Supl. 1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0203>. Acesso em: 14 ago. 2020.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. **Lei nº 15.066, de 4 de setembro de 2013**. Cria a Unidade Técnica Escola de Governo em Saúde Pública do Estado de Pernambuco – ESPPE. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 2013. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=15066&complemento=0&ano=2013&tipo=&url=>. Acesso em: 10 set. 2021.

PERNAMBUCO. Secretaria Estadual de Saúde. **Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde de Pernambuco**. Recife: Secretaria Estadual de Saúde, 2018.

SANTOS, A. F. *et al.* Apoio institucional e matricial e sua relação com o cuidado na atenção básica à saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 49, 54, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2015049005519>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SILVA, C. A. *et al.* Formação técnica do agente comunitário de saúde: desafios e conquistas da Escola Técnica de Saúde do Tocantins. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 609-621, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000300014>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SILVA, F. H. *et al.* Experimentações e reflexões sobre o apoio institucional em saúde: trabalho a partir do HumanizaSUS. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, SP, v. 19, n. 55, p. 1157-1168, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0280>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Conte-nos o que pensa sobre esta publicação.

Responda a pesquisa disponível
por meio do QR Code abaixo:



ISBN 978-65-5993-105-7



9 786559 931057

DISQUE SAÚDE **136**

Biblioteca Virtual em
Saúde do Ministério da Saúde
bvsm.sau.gov.br

Ações

Opções

Mobilização

Apoio

Encontros
Virtuais



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

